



REVISTA CIENTÍFICA NTETEMBWA

**CENTRO DE ESTUDO E INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA APLICADA DO ISPT**

Ano I, Vol. 1, N.º 3, Janeiro/Dezembro 2023



**Direcção Geral Adjunta de Investigação e Pós-Graduação
2023**

Ficha Técnica:

Presidente do ISPT: Carlos Mariano Manuel, Ph.D.

Editor: Patrício Batsíkama, Ph.D.

Revisão Técnica: Agostinho da Costa Paulo, Msc; Leonor Catete, Msc; Zeca Branco Dias, Msc.

Revisão linguística:

Diagramação: Soletrar Editora

Artes e Paginação:

Edição: Outubro de 2023

CEICA- Centro de Estudos e Investigação Científica Aplicada do ISPT.

Supervisão e Suporte Técnico: Soletrar Editora.

Conselho Editorial

Carlos Mariano Manuel, Ph.D. (ISPT)

Patrício Batsíkama, Ph.D. (ISPT)

Pedro André, Ph.D. (ISPT)

Kezita Michingi, Msc. (ISPT)

Bernardo Quinzongo, Msc.(ISPT)

Celino Nazaiwa, Msc.(ISPT)

Conselho Científico

Álvaro Campelo, Ph.D. (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)

André Pedro, Ph.D. (ISPT)

Carlos Serrano, Ph.D. (USP,Brasil)

Ivaldo Marciano de França Lima, PhD (UEB,Brasil)

Jonh Thornton, Ph.D. (Boston University, EUA)

Judith Freitas, Ph.D. (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)

Linda Heywood, Ph.D. (Boston University, EUA)

Luís Soares Nobre Noronha e Pereira, PhD (Universidade de Algarve)

Márcia Melo Medeiro, Ph.D.(USP, Brasil)

Dr. Patrício Batsíkama (ISPT, Angola)

Pierre Diasson, PhD (Université Paris 8, França)

Makisosila Mawete, Ph.D (Université Paris 8, França)

Samba Diakitè, Ph.D(Université Outtara, Canadá)

Vanee Hein, Msc. (Musé de Tervuren, Bélgica)

Wanderleia Silva, Ph.D (UEG, Brasil)

Washington Santos Nascimento, Ph.D (UERJ,Brasil)

Wyatt MacGaffey, Ph.D (Haverford, College, EUA)

Depósito legal n.º:1161/2025

ISBN:

© 2023 CEICA/ISPT

SUMÁRIO

Artigo 1.....	5
<i>A DIMENSÃO COMPORTAMENTAL NO QUADRO DE REFORMA DA FUNÇÃO PÚBLICA. 5</i>	
Ezequiel Bernardo José Instituto Superior Politécnico Tocoísta	
Artigo 2.....	18
<i>A QUESTÃO DA POLIGAMIA E A FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS NA DIÁSPORA NEGRA: UM CASO DE ESTUDO NO QUILOMBO DOS PALMARES NA VIRADA DO SÉCULO XVI A XVII DA ERA NGANGA ZUMBA. 18</i>	
Abel Calombo Quijila e Octávio Bengui José Hinda Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade do Estado de Amazonas	
Artigo 3.....	30
<i>SATISFAÇÃO DO PROFESSOR NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO..... 30</i>	
Zeca Branco Dias Instituto Superior Politécnico Tocoísta de Angola Vanda Odete Afonso da Silva Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento de Educação	
Artigo 4.....	43
<i>A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA NA INTERPOL NO COMBATE À CRIMINALIDADE INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE CASO. 43</i>	
Guilherme Paulo Domingos Instituto Superior Politécnico Tocoísta	
Artigo 5.....	53
<i>MOTIVAÇÕES PSICOSSOCIAIS O ABUSO SEXUAL À MENORES..... 53</i>	
Herman Manuel Instituto Superior Politécnico Tocoísta	
Artigo 6.....	65
<i>FACTORES PSICOSSOCIAIS DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO:..... 65</i>	
Francislina de Jesus S. Colombo Instituto Superior Politécnico Tocoísta	
Artigo 7.....	74
<i>DA BIOÉTICA À HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE EM ANGOLA 74</i>	
Messias Mateus Francisco Cassange FHUAN	
Artigo 8.....	90
<i>A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO MORAL 90</i>	
<i>Santos Manuel João</i> Instituto Superior Politécnico Tocoísta de Angola	
Artigo 9.....	100
<i>SUJEITO NÃO ACABADO NA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO PERMANENTE..... 100</i>	
Diviciano Samuel Lukoki Instituto Superior Politécnico Tocoísta de Angola	
Artigo 10.....	108
<i>OS DESAFIOS DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (CMR) EM TERMOS DE SEGURANÇA LABORAL 108</i>	
Agostinho Paulo Instituto Superior Politécnico Tocoísta de Angola	

APRESENTAÇÃO

A Direcção Científica do Instituto Superior Politécnico Tocoísta e a Revista Científica Ntetemba tomaram a iniciativa de lançar o desafio aos docentes do Departamento de Ciências Sociais e Humanas e os demais investigadores, docentes da comunidade científica nacional e internacional a debitar os seus subsídios epistemológicos através de reflexões, estudos que ora se apresentam nessa edição.

A resposta ao Edital para a submissão dos artigos foi respondido pelos investigadores do ISPT e na diáspora, pelo que temos no primeiro a artigo a reflexão em torno “ *da Dimensão comportamental no quadro da reforma da função pública*” sob a égide do docente Ezequiel José que estabelece um ruptura com visão normativista e jurídica que tem dominado as abordagens sobre a reforma da administração pública, lançando um olhar sociológico que chama atenção da necessidade de se ter conta as subjectividades dos actores sociais, suas crenças e valores.

Em segundo lugar, temos o artigo intitulado *A questão da “Poligamia e a formação de famílias na Diáspora Negra: um estudo no Quilombo dos Palmares virada do Século XVI A XVII da era NGANGA ZUMBA”*, elaborados pelos investigadores na Diáspora, Abel Quinjila e Octávio Hinda que destaca uma abordagem histórica, questionando a visão eurocêntrica sobre a prática da poligamia entre os povos africanos na diáspora.

No terceiro momento temos o artigo que aborda “ *A Satisfação do professor no trabalho: um estudo de caso*” sob a égide do Docente Zeca Branco Dias e da Investigador Vanda da Silva que procuram compreender a satisfação do Professor nas diferentes dimensões no trabalho, destacando a relação com os colegas, a formação e o salário. Na sequência encontraremos o artigo do docente Guilherme Domingos, intitulado *a relevância da Participação de Angola na Interpol no Combate a Criminalidade internacional*” que aborda a inserção de Angola nas organizações internacionais no Combate a criminalidade.

Em seguida temos dois artigos psicologizantes da autoria do docente Herman Manuel intitulado “*motivações Psicossociais do abuso sexual à menores*” e da autoria da docente Francislina Colombo que nos brinda com o Tema “ *Factores psicossociais da Depressão Pós-parto*.”

Temos presente nessa edição três artigos com teor filosófico, mormente o artigo da autoria de Messias Cassange com o tema “ *da Bioética à Humanização da Saúde em Angola*”, o artigo do docente Santos João “ *a Contribuição da Universidade para a formação do sujeito Moral*” e de Diviciano Lukoki “*Sujeito não acabado na Perspectiva de Formação Permanente*” que nos apresentam uma visão desafiadora sobre os temas em discussão.

Por último, temos o artigos do docente Agostinho Paulo que nos brinda com uma abordagem sociológica inovadora com o artigo que trata “ *Desafios do Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis em termos de Segurança laboral*, olhando sob as lentes teóricas das teorias da exclusão social.

Os artigos que nos foram brindados nessa revista é um contributo inestimável academia e desejamos uma óptima leitura e apreciação crítica dos mesmos para que haja efervescência do conhecimento

A DIMENSÃO COMPORTAMENTAL NO QUADRO DE REFORMA DA FUNÇÃO PÚBLICA

EZEQUIEL BERNARDO JOSÉ
Instituto Superior Politécnico Tocoísta
Mestre em Governação e Gestão Pública

Resumo

Este trabalho tem por objectivo apresentar os principais processos psicossociais e suas implicações na qualidade dos serviços públicos, fazendo uma incursão as principais teorias da motivação humana, tendo em conta a sua importância no desempenho dos funcionários Públicos, assim como na necessidade da eficiência no quadro da melhoria dos serviços Públicos. Diferente, da perspectiva legal, procuramos abordar aspectos de ordem subjectiva que normalmente tem sido ignorado em muitos cenários de Reforma e colocado em segundo plano. Procuramos apresentar a sua relevância e as implicações que podem advir se não for acautelado, principalmente no quadro de Gestão da Estratégica dos Recursos Humanos. Pois, capital humano constitui factor condicionante e ao mesmo tempo determinante no êxito e na qualidade dos serviços. Ora bem, O processo de mudanças que assola permanentemente a sociedade contemporâneo alcança inevitavelmente o sector público. Um cenário que leva a Administração Pública a assumir uma nova postura, no sentido de poder acompanhar a dinâmica social e responder efectivamente as exigências dos constantes desafios em que esta sujeito. Logo, o capital humano dentro da Administração Pública começa sendo o principal foco. Sendo necessário, encontrar mecanismos que podem motivar e elevar a estima e o comprometimento do funcionário, a fim de promover maior nível de desempenho e satisfação no funcionário de um modo geral garantir a eficiência, a eficácia e a produtividade institucional.

Palavras-chave: Funcionário Público, Reforma da Função Pública, Expectativa, Motivação.

1. Introdução

As constantes mudanças nas diferentes esferas da sociedade têm requerido dos diversos atores sociais um nível de exigência e capacidade de adaptação e resposta aos desafios impostos por uma sociedade cujas mudanças tem uma velocidade cada vez maior. Surgem, então, as perguntas: A Função Pública tem acompanhando o nível de exigência da Sociedade actual? Qual é a expectativa e seu grau de motivação, satisfação dos funcionários Públicos? Estas e tantas outras questões, as suas respostas acabam dando indicadores de que medidas devem ser adoptadas e ajustadas a fim de poder garantir na Administração Pública uma prestação de serviço de qualidade, feito com eficiência, eficácia e efectividade. Olhar para Reforma da Função Pública como um especto meramente legal, com aprovações de decreto, leis e tantos outros postulados jurídicos, constitui uma perversão no quadro da Psicologia Comportamental e que consequentemente resulta em resistência a mudança.

A resistência a mudança é um fenómeno comum dentro das instituições, quer seja elas Públicas ou Privadas. Para o presente trabalho temos como foco a Administração Pública, que nos últimos tempos, é mais suportada do ponto de vista de reestruturação essencialmente da Função Pública com uma carga legal. Portanto, consequentemente, ao assistirmos estes embalsamar legal na Administração Pública, encontramos em mutos casos incumprimentos que

revelam um distanciamento entre o comportamento dos funcionários e realidade verso a verdade expressa por normas, leis, decretos.

No presente artigo, olhar para a importância dos aspectos Psicossociais dos Funcionários que no âmbito da gestão estratégica dos recursos humanos, constitui uma variável determinantes no enquadramento e realinhamento do pessoal dentro da Instituição. Um assunto sensível tendo em conta a complexidade e os factores que determinam o comportamento do ser humano. Porém, constitui de igual modo debate permanente como no quadro da Nova Gestão Pública, reconhecendo o homem como centro para qualquer plano de reforma na Administração Pública.

2. A Reforma da Função Pública como mecanismo para melhoria do Serviço Público

A sociedade actual regista de forma veloz e constante grandes mudanças quer seja de ordem económica, política, assim como social. Nestes cenários as instituições não constituem uma excepção neste processo de mudança, sobretudo as instituições públicas. Todavia, ocorre constantes ajustamento e reajustamento nas necessidades de melhorar os serviços públicos no intento de puder melhor satisfazer o interesse da colectividade. As instituições públicas são vocacionadas para os serviços públicos. Para que este fundamento seja operacionalizado, existem os funcionários públicos que têm o dever de servir o público. É fundamental, que perante as constantes transformações a Administração Pública, também vem fazendo realinhamentos principalmente na questão dos recursos humanos, como forma de melhor servir na prestação de serviço.

Perante os cenários de mudanças na própria Administração Pública, a reforma da função público acaba sendo uma condicionante para a eficiência e eficácia do serviço público. Apesar da Reforma da Função Pública não ser o único elemento de ajuste para a melhorias dos Serviços Públicos, não deixa de ser o elemento de extrema importância e incontornável para qualquer plano de melhoria dos serviços. O que quer dizer, o funcionário assume a esfera principal dentro da Administração Pública. Refere Massuanganhe (2014) que “a Humanização, a moralização e a profissionalização da Administração Pública passam a ser considerados como factores chaves no quadro da elevação do dos padrões dos serviços públicos”. Todavia, o autor chama atenção a necessidade olhar para os aspectos mais sensíveis que podem perigar a Administração Pública, que é questão dos aspectos subjectivos. Porém, as questões como a atitude, a expectativa, motivação, satisfação, os valores, e a sua correlação com os aspectos técnico e profissional, assumem ápice na Gestão estratégica dos Recursos humanos dentro da Administração Pública.

A reforma na Função Pública constitui um mecanismo na Administração Pública que visa essencialmente realinhar os funcionários, tendo em conta as mudanças e os constantes desafios atendendo o nível de exigência cada vez mais acentuado para além de adequar os serviços as novas exigências da Nova Administração Pública e no processo de Globalização.

2.1. A legalidade na Reforma da Função Pública

Falar da Função Pública consiste em fazer referência da parte chave da Administração Pública. Logo, em todo qualquer processo em que se poderá evidenciar em torno da Administração Pública assim como caso da Reforma da Função Pública, é imprescindível a criação de legislação que vai direccionar ou seja estabelecer os limites de intervenção desde as permissões, procedimentos e proibições, a fim de puder organizar e estabelecer um controlo na necessidade de melhorar os serviços prestados. Isso é, atendendo o princípio da Legalidade. Todavia, no processo de reforma o quadro legal representa um dos pressupostos que não deve ser considerado como o único senão um dos pressupostos que deve ser correlacionado com outros que assumem umas posições determinantes, no desempenho na prestação de serviço. Um dos aspectos críticos na Reforma da função Pública é a excessivo legalístico, em que o realinhamento dos diferentes vector dos funcionários é fundamentalmente legal. Este cenário coloca em causa aspectos subjectivos importantes como a expectativa, a motivação a atitude, que são aspectos psíquicos importantes e que quando não são acautelados, podem causar resistência a mudança.

Obviamente, a existência de um quadro legal é fundamental em todas as esferas da Administração Pública. Mas, é preciso não perder de vista que quando se aborda a questão da Função Pública, estamos a falar de indivíduos cujos comportamentos resulta essencialmente de processos psíquico que também deve-se ter em conta no âmbito da reforma.

Angola, é um país com um quadro legal da Função Pública bastante acentuado. Grande parte dos pormenores do ponto de vista estrutura e funcional estão salvaguardados. Mas, a questão fundamental consiste na necessidade de verificar o impacto deste quadro legal, cuja finalidade visa garantir uma Administração Pública capaz de satisfazer com eficiência e eficácia os serviços prestados.

Todavia, um dos principais pilares da Administração Pública é certamente o princípio da legalidade. Mas, o princípio da moralidade representa objectiva dos aspectos subjectivos, que devem ser suficientemente acautelados, sem necessariamente inferiorizar os outros princípios condicionantes no quadro funcionamento da Administração Pública.

2.2.A Pauta deontológica do ser Público

A deontologia é uma palavra de raiz grega composta de dois vocábulos: “*Deon*” ou “*Deontos*” que significa “o que fazer” e “*Logos*” que significa “tratado” traduzindo-se assim como a “Ciência dos Tratados” (Dias, 2004:40).

A Deontologia quando enformado em Código deontológico corresponderá a um conjunto de normas que regula o comportamento ético de um colectivo profissional, por outras palavras, trata-se de um conjunto de princípios de ética e moral que presidem e inspiram o exercício de uma actividade profissional e comportamento dos profissionais que o formam. (Diaz-Zorita 1995:10).

A pauta deontológica é um instrumento que visa estabelecer de forma legal valores de uma classe profissional e dos profissionais fundamentalmente que deve se reflectir no comportamento do funcionário a nível das instituições. Normalmente, serve como um instrumento na Administração Pública, a fim de poder padronizar a conduta dos funcionários independentemente da sua expectativa individual, primando essencialmente em valores que visa promover a eficiência, a eficácia no serviço público. Todavia, este instrumento não pode ser essencialmente visto de forma objectiva, sob pena de vários momentos colidir com os aspectos correntes visível no comportamento dos funcionários. Constitui de um modo geral a base do princípio da moralidade Administrativa. Diaz-Zorita (1995:34-35) refere que “a formação ética de um profissional deve apoiar-se em três elementos fundamentais:

- Conhecimento da matéria
- Competência profissional
- Disposição constante para o trabalho

Todavia, Diaz- Zorita chama atenção a necessidade de o funcionário ter consciência e responsabilidade sobre os princípios norteiam o comportamento do profissional e define o clima organizacional.

O objectivo da deontologia é reger os comportamentos dos membros de uma profissão para alcançar a excelência no trabalho, tendo em vista o reconhecimento pelos pares, garantir a confiança do público e proteger a reputação da profissão. Trata-se, em concreto, do estudo do conjunto dos deveres profissionais estabelecidos num código específico que, muitas vezes, propõe sanções para os infractores. Melhor dizendo, é um conjunto de deveres, princípios e normas reguladoras dos comportamentos exigíveis aos profissionais, ainda que nem sempre estejam codificados numa regulamentação jurídica. Isto porque alguns conjuntos de normas não têm uma função normativa (presente nos códigos deontológicos), mas apenas reguladora (como, por exemplo, as declarações de princípios e os enunciados de valores. (Carapeto e Fonseca 2012:11)

Porém, a pauta deontológica dos funcionários públicos ao vincar no alinhamento de comportamento, não deve ser visto como um simples diploma legal mais essencialmente como um instrumento cujos conteúdos devem ser assimilados e desenvolvido com consciência e responsabilidade no âmbito de consciência colectiva e da definição do clima organizacional. Obviamente, trata-se de um processo educativo, ou seja, os funcionários devem ser informados e formados não apenas apresentados sobre a pauta deontológica, a fim de poder existir funcionários com uma consciência de ser público, revestida de comprometimento na prestação do serviço público.

3. O Treinamento e Desenvolvimento dos Funcionário Público

O impulso alavancador da modernização esta nas pessoas, nas suas habilidades e nos seus conhecimentos, na sua criatividade e inovação, na sua inteligência e na sua competência. (...) O treinamento faz parte do desenvolvimento das pessoas. Em outras palavras, o treinamento e um aspecto específico do desenvolvimento pessoal. E este, por seu lado, e um aspecto específico do desenvolvimento organizacional (Chiavenato 2008:153)

A capacitação dos funcionários constitui o principal investimento de qualquer que seja a instituição. Porém, independentemente das condições matérias que se podem criar, se não existir recursos humanos habilitados para executar certamente haverá um resultado perverso na linha dos objectivos preconizados pela instituição. As condições que devem ser criadas não deve fugir de aspectos fundamentais e incontornavelmente correlacionais envolvendo o capital humano numa dimensão holística. Logo, todo e qualquer que seja o currículo de formação, não deve apenas olhar para os aspectos tangíveis e essencialmente objectivos. Deve acima de tudo envolver aspectos intangíveis (expectativas, atitudes, a motivação, satisfação), que compreende os aspectos cognitivo do individuo, para além de procurar desenvolver uma formação meramente técnica e atingir os objectivos esperados. Sendo também ainda necessário conhecer melhor o perfil motivacional de cada grupo de trabalhadores para melhor direccionar suas as políticas, as acções. Porquê é importante compreender que por cima de qualquer formação técnica existe a motivação, as expectativas, as atitudes, ou seja, um complexo de processos mentais que podem condicionarem e frustrar todo um conjunto de investimento técnico e institucional.

Uma formação virada basicamente para a perspectiva técnica corre o risco de desencadear conflito do ponto de vista correlacional na dimensão objectiva/subjectivo. Sob pena formarmos um grande técnico mais e escapar na perspectiva da relação interpessoal que é uma condição pautada em valores que representa o lado subjectivo e intangível no local de trabalho. Não basta formar um técnico. É preciso acima de tudo humanizar o funcionário, no sentido de ter consciência sobre o ser público independentemente das suas expectativas pessoais.

Dada a importância de melhorar os serviços, não é uma premissa técnica não é um factor isolado, dada a necessidade da mudança de comportamento que é um especto bastante subjectivo e complexo. A mudança de comportamento, visando valores, atitudes, motivação, expectativa são aspectos que não devem ser ignorados na elaboração de qualquer currículo que compreenda o plano de formação na Administração Pública. O envolvimento dos diferentes especialistas na elaboração de um Plano de formação aos funcionários público é uma condicionante para que a mesma possa surtir efeitos positivos. Pelo contrário, estaríamos sujeitos a efeitos perversos, formando constantemente os funcionários, mas continuarmos a assistirmos os cenários definidos para a mudança. De acordo com Chiavenato (2008:154) o treinamento pode envolver quatro tipos de mudanças de comportamento, a saber:

- **Transmissão de informações:** é o tipo mais simples de mudança de comportamento - a simples transmissão de informações pode aumentar o conhecimento e a habilidade das pessoas. Muitos programas de treinamento estão preocupados com o conteúdo, isto e, com informações ou conhecimentos que devem ser transmitidos e compartilhados entre as pessoas. Normalmente, esses conhecimentos ou informações se referem a dados

genéricos sobre a empresa, seus produtos ou serviços, sua estrutura organizacional, suas políticas e directrizes, suas regras e seus regulamentos etc. Com esses conhecimentos ou informações objectivas – se preparar as pessoas para a execução imediata das diversas tarefas peculiares ao cargo ocupado, quando este é simples e pouco complexa.

- **Desenvolvimento de habilidades:** muitos programas de treinamento estão voltados para melhorar ou desenvolver habilidades e destrezas necessárias a execução ou operação das tarefas requeridas pelo cargo ocupado.
- **Desenvolvimento ou modificação de atitudes:** geralmente a mudança de atitudes negativas para atitudes mais favoráveis, conscientização para determinados aspectos do comportamento pessoal, desenvolvimento da sensibilidade (dos gestores ou de pessoas que lidam com o público) quanto aos sentimentos e as reacções das outras pessoas. Pode também envolver a aquisição de novos hábitos e atitudes, principalmente em relação a clientes ou usuários.
- **Desenvolvimento de conceitos:** é o treinamento conduzido no sentido de elevar o nível de abstracção e conceitualização de ideias e filosofias, seja para facilitar a aplicação de conceitos na prática administrativa, seja para elevar o nível de generalização desenvolvendo pessoas que possam pensar em termos globais e amplos.

Todavia, para que seja feita qualquer uma das secções de treinamento, é fundamental que seja feito um diagnóstico que vai permitir a identificar qual será tipo de treinamento que corresponde as reais necessidades em função das metas traçadas dentro da instituição. Para Chiavenato (2008) o treinamento é um processo cíclico composto de quatro etapas:

- Levantamento das necessidades de treinamento.
- Programação do treinamento para atender as necessidades.
- Implementação e execução do treinamento.
- Avaliação dos resultados do treinamento.

Cumprindo estes postulados, certamente os treinamentos vão surtir efeitos, os comportamentos serão direccionados de acordo com as verdadeiras necessidades institucional e contextual.

4. Os Aspectos Psicossociais na Reforma da Função Pública

A Reforma na função pública é um exercício que o ocorre dentro do aparelho administrativo do Estado que consiste essencialmente num reajustamento ou seja realinhamento da geografia humana, visando o melhor enquadramento dos funcionários de modo que estes possam responder os intentos e os desafios da Nova Administração Pública, assim como permitir uma maior adaptabilidade as constantes mudanças no âmbito das novas tecnologias assim como no alto nível de exigências no exercício estratégico e visionários no quadro dinâmico da própria Administração Pública.

A legalidade é um princípio bastante visível na Administração Pública. Mas na ordem de Gestão de Recursos humano, não se faz mudança de comportamento aprovando diplomas legais. Todavia, é importante olhar para questão do comportamento como um aspecto bastante sensível e delicado sob pena de gerar instabilidade e colocar em causa a qualidade do serviço, desde a perspectiva da eficiência até a eficácia.

4.1. O comportamento do Funcionário Público na melhoria do Serviço Público

O comportamento do funcionário Público é determinante na qualidade dos serviços Públicos. Qualquer que seja o horizonte da Reforma, deve em primeira instância considerar a necessidade de acautelar aspectos intangíveis (Espectativas, atitudes, carácter, motivação, etc.), que são de extrema importância no desempenho do funcionário e na determinação da qualidade do serviço prestado. Sendo que estes elementos têm uma grande influência na acção e reacção comportamental do individuo.

A criação de condições objectivas tais como as infraestruturas, quadro legal tecnologias, etc. são fundamentais para a melhorias dos serviços públicos. Mas, é importante perceber que a

prioridade em todo este processo é a formação do capital humano, cuja geografia deve obedecer um quadro de competências e habilidade. Neste processo é importante não perder de vista factor comportamental que não varia apenas com a formação técnico profissional. Envolve aspectos sensíveis do ponto de vista da natureza humana, que é precisamente determinante sob pena de caso não for acautelado, a reforma pode estar sujeita a um efeito perverso.

O desafio da mudança comportamental dos funcionários e dos dirigentes será porventura o ponto-chave da reforma e da modernização administrativa. Como vimos reiteradamente, hoje o recurso ao desenvolvimento das competências relacionais e comportamentais é determinante para que se possa enfrentar a ambiguidade da mudança e da diferença. Isto é tanto mais verdadeiro dentro de organizações cujo peso secular de estruturas e procedimentos tende a “emperrar” os processos de aprendizagem e de consequente mudança (Madureira e Rodrigues 2006:167).

No âmbito dos desafios da Administração Pública e no quadro da melhoria dos serviços Públicos, o capital humano assume o foco na mudança. A actual Administração Pública tem como foco a Nova Gestão Pública, cujo postulado reside na eficiência do Serviço Público. Portanto, a base funcional deste novo modelo é essencialmente e de forma incontornável homem. O funcionário assume um lugar de destaca, sendo este o primeiro base de sustentabilidade da Administração Pública perante os constantes desafios e o nível de exigência permanente na prestação dos serviços.

4.2. Expectativa e Motivação como Factores Determinantes no Desempenho do Funcionário Público.

A Expectativa e a motivação são dois fenómenos psíquicos indissociáveis, na ordem de Gestão de Pessoas. Porém, a questão da motivação é bastante discutida no quadro da Administração e Gestão de um modo geral. Actualmente, constitui uma grande preocupação na Administração Pública, sendo que os desafios no quadro melhoria dos serviços Públicos envolvem na base os funcionários, cujos aspectos de ordem psíquica não devem ser descartados. A Nova Gestão Pública especialmente no quadro da Gestão estratégica de Recursos Humanos actualmente centra a sua atenção no funcionário como a base para a eficiência no quadro desafios na melhoria dos serviços públicos. Este conceito caracteriza-se pela gestão profissional, pela explicitação das medidas de performance, pela ênfase nos resultados, pela fragmentação das grandes unidades administrativas, pela competição entre agências, pela adopção de estilos de gestão empresarial e pela insistência em fazer mais com menos dinheiro (Rocha, 2005 p. 10). Segundo Massuaganhe (2014), A expectativa dos servidores públicos tem sido completamente negligenciada nos programas reformistas, enquanto este factor é determinante para qualquer processo de mudança.

Na medida em que nossas emoções atrapalham ou aumentam nossa capacidade de pensar e fazer planos, de seguir treinando para alcançar uma meta distante, solucionar problemas e coisas assim, definem os limites de nosso poder de usar nossas capacidades mentais inatas, e assim determinam como nos saímos na vida. E na medida em que somos motivados por sentimentos de entusiasmo e prazer no que fazemos - ou mesmo por um grau ideal de ansiedade, esses sentimentos nos levam à conquista. É nesse sentido que a inteligência emocional é uma aptidão mestra, uma capacidade que afeta profundamente todas as outras, facilitando ou interferindo com elas. (Goleman 1996: 93)

Existem vários autores que abordaram sobre as questões psicossociais, tendo em conta a sua relevância dentro da organização e fundamentalmente determinante no desempenho dos funcionários. Dada a sua importância, apresentamos alguns conceitos dentre os vários os conceitos que existem, mas que todos convergem no sentido de que a motivação é certamente a força que move a pessoa a agir independentemente das diferentes perspectivas. Todavia, definir o conceito de motivação no contexto de trabalho implica responder a questões como: o que

induz os indivíduos a agir de determinado modo? Quais os factores que os motivam? Por que razão pessoas diferentes reagem de forma distinta em situações semelhantes? (Rocha, 2007 p. 77).

Na perspectiva de Chiavenato (1994), a motivação é o desejo de exercer altos níveis de esforço em determinados objectivos organizacionais, condicionados pela capacidade de satisfazer objectivos individuais. A motivação depende da direcção (objectivo), força e intensidade do comportamento (esforço) e da duração e intensidade.

Segundo Maslow (1996) a Motivação é o resultado da interacção entre o indivíduo e a situação que o envolve.

Júnior e Oliveira (2009 p. 4) defendem que a motivação “representa o conjunto de factores psicológicos que agem entre si determinando a conduta de um indivíduo”. Estes autores sugerem que este é um processo meramente interior e psicológico. Contudo, a motivação é um fenómeno mais complexo, não puramente individual, mas que resulta da interacção entre os indivíduos e as variáveis situacionais (Rocha, 2007 p. 77). Para (Fonseca, 2009 p. 8) a motivação “é uma condição necessária à satisfação no trabalho e ao desempenho”

São várias premissas teóricas que abordam os aspectos motivacionais aliados ao ambiente de trabalho. Conforme Camilleri (2007 p. 358), vários modelos teóricos procuram explicar a motivação em ambientes laborais.

4.2.1. Teoria da hierarquia das Necessidades

Maslow é o mentor da teoria da hierarquia das Necessidades, defende que a satisfação das necessidades humanas é fundamental para bem-estar. Defende que o quadro da necessidade prima numa hierarquia que jamais poderá satisfazer as necessidades superiores se não satisfazer as básicas. Nesta linha Maslow (1943) descreve as necessidades estão ajustadas em 5 estágios distintos: sendo o primeiro ligada a questão da sobrevivência (alimentação, água, etc.).

Após essas terem sido atingidas, não há motivação para mais ar, alimento e comida, mas sim para as necessidades de segurança. Assim que essa pessoa percebe que está livre de qualquer ameaça de perigo ou ataque, suas motivações voltam - se para as necessidades sociais: amizades e tudo o mais que estiver relacionado. (Maitland, 2000, p.8).

O segundo a necessidade de se sentir segura quanto as questões de ameaças; o terceiro, consta a sociabilidade que envolve questões de amor e afecto e a necessidade incontornável de interagir com os outros; o quarto consiste na valorização de si mesmo (auto- estima) e dos outros. Por último, consta a Auto- Realização que foi definido por Maslow o desejo de ser tudo o que se é capaz de ser. De acordo com Maslow (2003), este postulado hierárquico orienta o comportamento das pessoas, e conseqüentemente têm reflexo até mesmo no ambiente de trabalho. O autor ainda sustenta que esse comportamento motivacional pode ser explicado pelas necessidades humanas e pelo impulso natural com vistas a satisfazê-las.

4.2.2. Teoria de dois Factores

Herzberg citado por Spector (2006:288) faz referência a teoria dos dois factores ou também conhecida como teoria da Motivação- higiene. Nessa perspectiva Herzberg (1973) afirma que a motivação para trabalhar depende de dois factores: os motivacionais e os higiênicos.

Considera os factores de higiene aspectos variáveis como: salário, supervisão, companheiro de trabalho, as políticas organizacionais e os factores de motivação o reconhecimento, responsabilidade e a natureza do trabalho em si. De acordo com Herzberg, a forma de motivar os funcionários é oferecer níveis apropriados de factores de motivação, uma vez que factores de higiene não promovem a motivação, não importa o quanto eles sejam favoráveis.

4.2.3. Teoria da Expectativa

A teoria da expectativa cuja versão clássica é de Vroom. Esta teoria prima o seu fundamento na importância das recompensas que visam motivar os funcionários dentro da instituição, assim como no tipo de trabalho. Segundo Spector (2006:92) a teoria da expectativa busca explicar como as recompensas levam a determinação dos comportamentos, focalizando estados cognitivos interiores que provocam a motivação.

A teoria da expectativa (ou expectância) para a motivação foi cujo mentor foi Vroom é tida como uma das mais reconhecidas teorias sobre a motivação humana. Segundo Bengue (2010) “em essência a teoria da expectativa sugere que a intensidade do esforço para a ação de uma pessoa está diretamente relacionada à sua expectativa em relação ao resultado decorrente dessa ação e da atratividade desse resultado por ela percebida (Bergue, 2010).

A teoria envolve 4 factores que são:

- Valência,
- Instrumentalidade
- Expectativa
- Força Motivadora

Valência significa a força que um resultado tem sobre um indivíduo quando confrontado com outros resultados. Já a instrumentalidade é a ideia subjectiva que cada indivíduo tem dos meios utilizados para atingir seus objetivos. A expectativa é uma crença na probabilidade de que um ato particular será seguido por um resultado particular. E finalmente, força motivadora, é a função de sua expectativa de que certos resultados decorrem de seu comportamento e da valência para ele desses resultados (Lopes, 1980).

Porém, é importante referir que o nível de expectativa que o indivíduo ostenta determina a motivação do indivíduo. A Expectativa move o indivíduo ao esforço e a se reforçar no sentido de alcançar as metas institucionais mais que também estas implícitas as suas necessidades.

4.2.4. Teoria do Controle

Segundo Klein (1989) a **Teoria do Controle** consiste na fixação de metas, focalizando como o feedback afeta a motivação para manter o esforço rumo às metas. As metas traçadas devem ser aquelas cujas pessoas acreditam que é possível alcançar. A decorrer do tempo na análise do desempenho, a pessoa perceberá o progresso a algum padrão interno ou esperado. Os indicadores dos resultados vão certamente condicionar a necessidade de agir um cenário que pode assumir novas estratégias para melhorar o desempenho. Remetendo a um enquadramento de táticas visionárias em função da meta estabelecida.

4.2.5. Teoria da Acção

Quanto a **teoria da acção** na perspectiva de Frese (1988) é uma teoria alemã bastante abrangente sobre o comportamento do trabalho que descreve um processo que vincula meta a comportamento. Em função do nível de orientação do indivíduo e de igual modo a expectativa o indivíduo vai desenvolver um conjunto de acções que consistirão no alcance do seu plano.

Existe também a teoria da meta que de acordo com Spector (2006:304), afirma que “é as pessoas empenharão os esforços na consecução dos seus objectivos e que o desempenho no trabalho é uma função dos objectivos definidos. Realça de igual modo que as metas geram comportamentos específicos; faz com que as pessoas mobilizem esforços, assim como viabiliza a busca por estratégias que visam atingir a meta. Segundo Locke e Henne (1986), vários são os factores que necessários para que a fixação da meta aumenta o desempenho no trabalho. Em primeira instância, o funcionário deve estar comprometido com a meta. O objectivo da organização não é necessariamente um objectivo pessoal de um funcionário, e apenas os objectivos pessoais motivam os comportamentos. Em segunda instância, o feedback é necessário porque permite que as pessoas saibam se o seu comportamento as esta levando ou não na direcção de seus objectivos. Em terceira instância, quanto mais difícil melhor deve ser o desempenho. Em quarta instância, as metas específicas são mais efectivas que um desafio vago, do tipo faça o melhor que poder. Finalmente, metas autofixadas costumam ser melhor do que

metas estipuladas pela empresa. Em geral é melhor permitir que os funcionários definam metas, permitir-lhes que contribuam na fixação de metas, em lugares de os supervisores atribuírem metas sem a participação do funcionário.

Os aspectos motivacionais está ligado ao cargo e com a natureza das tarefas que a pessoa executa, que é também determinando com a expectativa que normalmente esta ligado com sentimento de crescimento individual, reconhecimento profissional e auto-realização enquanto funcionário, assim como pessoa que de um modo geral quer se sentir valorizado e que com o trabalho que presta consegue realizar as suas necessidades, fundamentalmente as básicas (alimentação, vestuário e habitação).

Existem várias teorias que explicam a questão da motivação do funcionário e na importância que a mesma na determinação do desempenho e na qualidade do serviço.

4.2.6. Teoria do Reforço

De acordo com Stoner (1999):

A teoria do esforço tem como mentor Stoner e baseia o paradigma na “lei do Efeito” – a ideia de que o comportamento com consequências positivas tende a ser repetido, enquanto o comportamento com consequências negativas tende a não ser repetido. (Stoner, 1999, p.32).

Uma teoria sustentada na teoria de Aprendizagem de Skinner que visa explicar a tendência de os comportamentos com efeitos positivos terem maiores probabilidades relativamente aos com efeitos negativos. Segundo Gibson et. al. (1986, p. 151), “quanto mais estreitamente o reforço positivo seguir o comportamento desejado, tanto maior a probabilidade de que este comportamento se repita”. Esta perspectiva consiste precisamente na indução do comportamento, ou seja, moldar o comportamento do indivíduo, recorrendo a um conjunto que podem mover de forma tendencial e direccional comportamento do funcionário em função do que se pretende. Ou seja, cada no comportamento, cada estimula poderá gerar uma resposta. Os estímulos são componentes de extrema importância no campo da psicologia comportamental, conforme pode ser constatado nos estudos desenvolvido também por Ivan Pavlov, John Watson.

4.2.7. Teoria da Equidade

Segundo Vieira (2006 p. 65) faz referência que as percepções de falta de equidade desenvolve sentimentos de tensão que o indivíduo procura gerir, adoptando, para tal, uma das seguintes opções: “dosear os seus inputs (por exemplo, dedicando-se menos à sua actividade) ou alterar os outputs (por exemplo, tentar obter da organização equipamento informático actualizado). Todavia, a realidade no cenário laboral constitui um grande indicador que pode motivar ou desmotivar, satisfazer ou inviabilizar a satisfação do funcionário. Questão como tratamentos desiguais, injustiça, percebidos pelos funcionários, tem implicações sérias no desempenho do funcionário. A Teoria enfatiza a percepção pessoal sobre a razoabilidade ou justiça relativa na sua relação laboral com a organização, que em função da forma como vai assimilar, vai determinar o seu comprometimento e empenho na instituição.

4.3. Sistema de Reconhecimento, Incentivo e Promoção

O reconhecimento constitui uma das grandes estratégias dentro do quadro das estratégias motivacionais e fundamental para levantar a auto-estima do funcionário. De igual modo, os incentivos caracterizados por diferentes premiações que vai desde os salários ao bônus, constituem um grande factor no melhoramento do desempenho dos funcionários públicos independentemente da área de que esteja prestando serviço. Mas, importante ter em conta que para que este sistema seja eficiente é importante ter em conta alguns elementos fundamentais prévios. Spector (2006) faz referência que:

- O funcionário deve ter habilidade aumentar a produtividade

Neste aspecto, o chama atenção a necessidade de os funcionários terem vocação para o tipo de serviço que presta, porquê trata-se de um postulado básico para o exercício de qualquer

profissão. Todavia, concorre para este cenário de profissionalizar o funcionário de modo a garantir que este possa produzir com eficiência e eficácia.

- O funcionário deve querer receber os incentivos

É importante não esquecer que os funcionários devem ter interesse no incentivo, ou seja, o funcionário tem de desejar no sentido de isto fazer parte da sua expectativa.

- O sistema de Incentivo não dará certo se houver limitações físicas ou psicológicas.

É fundamental a criação de um ambiente que corresponda com o tipo de serviço prestado. De igual modo, os funcionários não devem ser pessoas com insuficiência do ponto de vista psíquico. A dimensão cognitiva do funcionário deve corresponder aos indicadores básicos para o exercício do serviço a ser prestado. Porém, trata-se de questões preliminares.

4.4.A Importância do ambiente de trabalho na qualidade do Serviço Público

O ambiente de trabalho faz parte dos aspectos motivacionais do funcionário. Pode afectar positivamente como negativamente no desempenho dos funcionários. Segundo Hawthorne citado por Spector (2006:380), “os factores sociais podem ser mais importantes do que o ambiente físico para o desempenho”. É importante que as instituições Públicas, envolvam no seu quadro de pessoal especialistas ligados a ergonomia ou seja Psicologia da Engenharia. Conforme faz saber Spector (2006), são psicólogos especialistas que ocupam no estudo de “interface entre pessoas e o ambiente físico, incluindo ferramentas, equipamentos e tecnologias”. Porém, trata-se de pessoal qualificado que ajuda na criação de ambiente um ambiente capaz de contribuir de forma significativa no desempenho dos funcionários, tendo em conta os serviços a serem prestados.

Segundo Chiavenato (1992) o clima organizacional constitui o meio interno de uma organização, a atmosfera psicológica e características que existe em cada instituição. Todavia, o ambiente de trabalho determina o clima organizacional.

4.4.1. A Satisfação e o Comprometimento do Funcionário Público

A forma como o funcionário se sente no local de trabalho também constitui um factor decisivo no desempenho do mesmo. O nível de satisfação influencia na produtividade da instituição, sendo possível verificar pela atitude que o funcionário apresenta no desempenho das suas actividades. Sendo desta forma importante a criação de condições que possam concorrer para a satisfação do funcionário. Todavia, no primeiro instante que o funcionário se sente insatisfeito, isso tem um impacto directo e negativo no exercício do seu papel. Jamais haverá comprometimento de um funcionário se não existir satisfação. O comprometimento do funcionário, resulta das expectativas que o motivam para um bom desempenho. Porém, existe uma forte correlação entre a satisfação, motivação e as expectativas.

De igual modo, estes factores são indissociáveis para o bem-estar do funcionário. Ao analisarmos a questão da Satisfação do funcionário Público, é importante perceber que este factor é fundamental na eficiência e eficácia organizacional. Sendo importante perceber que a mesma pode ser aferida recorrendo a diferentes facetas: uma abordagem global e outras na perspectiva das facetas. Conforme faz referência Spector (2006, p. 320), “a abordagem global considera a satisfação no trabalho como um sentimento único e global em relação ao trabalho” certamente uma perspectiva que caracteriza a satisfação olhando de forma genérica para o tipo de trabalho que o funcionário desempenha dentro da instituição, sem detalhes relativamente aos pormenores.

A outra faceta possibilita um quadro mais completo da satisfação no trabalho. Uma geralmente apresenta diferentes níveis de satisfação em relação às várias facetas. Ela pode estar muito insatisfeita com os pagamentos e as vantagens, e ao mesmo tempo satisfeita com a natureza do trabalho e com os chefes. (Spector 2006:321)

Nesta ordem, é possível perceber que o funcionário poderá estar satisfeito com o tipo de trabalho que desenvolve, mas registar um nível de insatisfação pela remuneração que recebe, pela promoção, colegas de trabalho, salário, condições de trabalho entre outros elementos. De

acordo com Chiavenato (2008:147) “a satisfação obtida pelo individuo funciona como um reforço positivo para um novo desempenho, enquanto a insatisfação ou frustração funciona como um reforço negativo”. Certamente, no quadro da Nova Gestão Pública os desafios nesta ordem são cada vez maiores tendo em conta a dinâmica e o nível de exigência da própria sociedade. Quer dizer, que não basta fazer avaliação do desempenho com tem sido prática, mas é fundamental correlacionar com outras variáveis determinantes no desempenho e que condicionam a produtividade. Refiro-me a Avaliação da Satisfação do Funcionário Público no Trabalho. Porquê, como as pessoas se sentem em relação ao trabalho revela o seu comprometimento. Conforme Morwday, Steers e Porter (1979), considera que quando os funcionários estão comprometidos, aceitam os objectivos da organização; têm disposição para trabalhar com o afinco e por fim têm desejo em permanecer na instituição. Para Meyer, Allen Smith (1993) existem três tipos de comprometimento: afectivo; contínuo e normativo.

O comprometimento afectivo ocorre quando o funcionário deseja permanecer na organização devido a ligações emocionais. O comprometimento contínuo existe quando a deve permanecer na organização porque precisa dos benefícios e do salário ou não consegue outro emprego. O comprometimento normativo parte dos valores do funcionário. A pessoa acredita que deve este comprometimento para a organização, com base em sua crença de que é a coisa certa a se fazer. (Meyer et all 1993: 538). A avaliação do Comprometimento assim como da Satisfação são instrumentos que devem servir de como mecanismo quer seja para realinhar o pessoal assim como para identificação de potenciais ameaças as no quadro do Plano de valorização e Melhoria dos Serviço Públicos, cujo centro para eficiência e eficácia é o funcionário. Obviamente, estes postulados constituem base no desafio permanente e sempre actual na Nova Gestão Pública na esfera da eficiência e eficácia que são factores que concorrem para a melhoria de serviços Públicos.

5. Os Aspectos Subjectivos do Funcionário Público na Melhoria dos Serviços Públicos

Os aspectos subjectivos (expectativa, atitude, motivação, carácter, etc.), são essenciais para o sucesso de qualquer actividade humana. O desafio consiste em manter de forma equilibrada estes aspectos ao longo do tempo o mesmo entusiasmo que apresentam ao ingressar em cada serviço e, quando se trata do serviço público, o desafio é ainda maior. Porém, a interacção saudável entre os funcionários Públicos e os utentes clientes, constitui uma necessidade para a harmonia na relação entre a Administração Público e seu principal foco que é o interesse público. Factores como Motivação, Expectativas, atitudes entre outros valores, constituem base para uma boa prestação de serviço e para um bom ambiente de trabalho e principalmente a consciência do ser público, que muitas vezes é colocado em causa. Quando o ambiente de trabalho não é bom quer seja do ponto de vista tangíveis (os elementos físicos) assim como intangíveis (valores) é praticamente impossível manter a motivação de seus integrantes e, infelizmente, esta é a realidade de muitos sectores na Administração Pública.

Para criar um ambiente propício ao resgate e à manutenção da motivação do servidor público é preciso quebrar este círculo vicioso por meio de medidas concretas que valorizem os bons servidores, criando mecanismos objetivos para que os usuários ajam como verdadeiros clientes, exigindo um serviço público de qualidade e separando os que servem o público daqueles que se servem dele. (Carvalho, 2008).

O sector privado acaba tendo maior atenção aos aspectos subjectivos dos seus trabalhadores. Um cenário que a Administração Pública deve certamente aprender com o sector privado, tendo em conta a importância dos aspectos subjectivo na qualidade da prestação de serviço independentemente de ser na esfera pública ou privado.

O desenvolvimento do processo motivacional na organização é o elemento-chave de uma questão estratégica e de resultados. Seu grande diferencial se dá por meio do equilíbrio da capacidade produtiva e da motivação dos trabalhadores. Este, porém, não ocorre sem um conjunto claro e expressivo de valores (Volpato e Cimbalista, 2002). O elevado desempenho do funcionário requer para além da habilidade e apoio técnico, uma preparação psicológica que

possa garantir que o funcionário possa ter um comportamento que combina com os objectivos da Instituição, desempenhando com zelo e dedicação com vista na melhoria dos serviços.

Ao entender o homem com a base para o progresso de qualquer que seja a instituição, importa ter em conta para além dos aspectos subjectivos (quadro legal, formação técnica, etc.), os aspectos subjectivos tais como as expectativas, as atitudes, a motivação ou seja os valores que de forma inequívoca vão determinar o clima organizacional que constitui um factor condicionante no desempenho dos funcionários dentro da instituição. Porém, o nível de comprometimento dos funcionários relacionado a questão das expectativas, satisfação vai determinar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados pelos funcionários assim como de um modo geral da instituição.

6. Conclusão

De acordo os desafios em que esta sujeita a Nova Administração Pública, especificamente o cenário da Função Pública, fica cada vez mais eminente a necessidade de criar condições para estimular a motivação do funcionário. Todavia, este desafio começa efectivamente a colocar os gestores no topo da discussão na necessidade de assumir o sentido de liderança, que constitui a principal forma estratégica de gerir os recursos humanos actualmente. Porém, independentemente de factores como Expectativa, Motivação serem factores intrínseco aos funcionários, as instituições devem criar condições estratégica, que possam modelar ou seja induzir o comportamento dos funcionários de acordo os objectivos macro e micro, tendo em conta os serviços prestados. Porém, jamais será possível alcançar metas dentro da Instituição quer seja ela Pública ou Privada se os funcionários não estiverem comprometidos, movidos, empenhados, assim como com consciência e responsabilidade, por mais que exista um conjunto de condições tecnológicos para o efeito. O contrário disto, tem um efeito nefasto na produtividade institucional.

É importante não reduzir os estímulos motivacionais ao salário, apesar de ser óbvio que também é uma via para o efeito. Sendo que, nem sempre o aumento de salário é um factor determinante, ou seja, primordial para a satisfação do funcionário. A satisfação do funcionário, resulta de um conjunto de acções que devem ser continuamente desenvolvidos, a fim de estimular a motivação do funcionário, porque ele precisa se sentir envolvido e aceitar a empreender esforço e se reforçar para atingir os objectivos institucionais.

A motivação, a expectativa, são exercícios individual de ordem psíquica do funcionário que de forma inteligente, isto é, na dinâmica do grupo deve ser estimulado de modo a responder os objectivos da Instituição. Porém, na ordem dos fenómenos psíquicos ninguém motiva ninguém. Daí a necessidade de especialista dentro da Administração Pública que possam ajudar em criação de estratégias tendo em os objectivos de cada Instituição. Refiro-me a Psicólogo Organizacional, Sociólogo da Trabalho entre outros.

Todavia, existem várias acções que devem ser recorridas e que estão presentes nas diferentes teorias expressas e que de forma estratégica, podem ser desenvolvidas para incitar comportamentos que possam contribuir no novo cenário da Administração Pública principalmente no quadro da melhoria dos Serviços Públicos.

7. Referências Bibliográficas

Bergue, S. T. (2007). *Gestão de pessoas em organizações públicas* (2ª ed.). Caxias do Sul: EDUCS.

Camilleri, E. (2007). Antecedents affecting public service motivation. *Personnel Review*, 36(3), 356-377.

Carapeto, C., & Fonseca, F. (2012). *Ética e deontologia – Manual de formação*.

Chiavenato, I. (1992). *Gerenciando pessoas: O passo decisivo para administração participativa*. São Paulo: Makron Book.

Chiavenato, I. (1994). *Gerenciando pessoas* (3ª ed.). São Paulo: Makron Books.

- Chiavenato, I. (2008). *Administração geral e pública*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Dias, A. (2014). *Ética profissional em terapêutica da fala*.
- Diaz-Zorita, A. (s.d.). *Ética profesional del auditor*. Madrid: Instituto de Auditores-Censores Jurados de Cuentas de España, Escola de Auditoria.
- Drucker, P. (1991). *O fator humano e desempenho*. São Paulo: Pioneira.
- Fonseca, A. M. (2009). *Contribuição dos fatores motivacionais para a satisfação no trabalho* (Dissertação de mestrado). Lisboa: ISCTE.
- Freze, M., & Zapf, D. (1988). Methodological issues in the study of work stress: Objectives vs. subjective measurement of work stress and question of longitudinal studies. In C. L. Cooper & R. Payne (Eds.), *Causes, coping and consequences of stress at work* (pp. 375-409). Chichester, UK: John Wiley.
- Goleman, D. (1996). *A inteligência emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Herzberg, F. (1997). Novamente: Como se faz para motivar funcionários? In C. W. Bergamini & R. Coda (Orgs.), *Psicodinâmica da vida organizacional: Motivação e liderança* (2ª ed., pp. 108-129). São Paulo: Atlas.
- Júnior, P. E. B., & Oliveira, J. L. C. de. (2009). Motivação no trabalho: Avaliando o ambiente organizacional. In *V Congresso Nacional de Excelência em Gestão: Gestão do conhecimento para a sustentabilidade*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Klein, H. J. (1989). An integrated control theory model of work motivation. *Academy of Management Review*, 14, 150-172.
- Locke, E. A., & Henne, D. (1986). Work motivation theories. In C. L. Cooper & I. T. Robertson (Eds.), *International review of industrial and organizational psychology* (pp. 1-35). UK: John Wiley.
- Lopes, T. V. M. (1980). *Motivação no trabalho*. Rio de Janeiro: FGV.
- Madureira, C., & Rodrigues, M. (2006). Comportamento organizacional e gestão: A administração pública do século XXI. *Vol. 12, Nº 2*.
- Maitland, I. (2000). *Como motivar pessoas*. São Paulo: Nobel.
- Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, 50, 370-396.
- Maslow, A. H. (1996). *A psicologia do ser*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca.
- Maslow, A. H. (2003). *Diário de negócio de Maslow*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Massuanganhe, I. J. (2014). *Administração e gestão pública: Administração estratégica e liderança visionária*. Luanda: Editora Universitária.
- Meyer, J. P., Allen, N. J., & Smith, C. A. (1993). Commitment to organizations and occupations: Extension and test of a three-component conceptualization. *Journal of Applied Psychology*, 78, 538-551.
- Mowday, R. T., Steers, R. M., & Porter, L. W. (1979). The measurement of organizational commitment. *Journal of Vocational Behavior*, 14, 224-247.
- Robbins, S. P. (2005). *Comportamento organizacional* (9ª ed.). São Paulo: Prentice Hall.
- Rocha, J. A. O. (2005). Quadro geral da evolução de recursos humanos na administração pública. In *NEAPP - Comunicações em Conferências*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Spector, P. E. (2006). *Psicologia nas organizações*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Stoner, J. A. F. (1982). *Administração*. Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil.
- Viera, M. I. M. (2006). *Motivação profissional e expectativas de liderança dos docentes* (Dissertação de mestrado). Aveiro: Universidade de Aveiro.

A QUESTÃO DA POLIGAMIA E A FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS NA DIÁSPORA NEGRA: UM CASO DE ESTUDO NO QUILOMBO DOS PALMARES NA VIRADA DO SÉCULO XVI A XVII DA ERA NGANGA ZUMBA.

Abel Calombo Quijila¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Octávio Bengui José Hinda²

Universidade do Estado do Amazonas

Resumo

O presente artigo, analisa a problemática da poligamia africana na conjuntura colonial americana. O objectivo do nosso texto é compreender a influência e os desdobramentos pela reinserção da poligamia africana na comunidade Palmarina diante da conjuntura colonial brasileira. Metodologicamente, emprestamos os saberes interdisciplinares das ciências humanas, tanto na História quanto na Sociologia por meio da abordagem qualitativa, para lidarmos com as questões e as problematizações em volta da temática. Deduzimos que essa tradição cultural acima descrita, tenha sido institucionalizado na Diáspora Negra pela liderança *Nganga Zumba* na virada do século XVI com intenções de fortalecer e ampliar as famílias, visando pelas descendências, a segurança e a proteção da comunidade Palmarina. Não é á toa que, o *Quilombo* dos Palmares é descrito na História como uma república forte e politicamente organizada nos moldes dos estados africanos. Dito isso, negar a influência da poligamia na comunidade Palmarina, é diretamente refutar que esses espaços de ressignificação, de liberdade ou reconstrução de identidade, sejam não remanescentes da herança cultural africana no Brasil.

Palavras-chaves: África; Diáspora Negra; Poligamia; *Nganga Zumba*; Quilombo dos Palmares.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contexto contemporâneos e Demandas Populares, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. abelcalombe@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, pelo Programa de Pós-Graduação do Grupo de Cooperação Internacional das Universidades Brasileira - GCUB-MOBILIDADE INTERNACIONAL. e-mail: octaviobengui@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0004-5289-8112>

Abstract

This article analyzes the issue of African polygamy in the American colonial context. The objective of our text is to understand the influence and consequences of the reinsertion of African polygamy in the Palmarina community in the face of the Brazilian colonial situation. Methodologically, we borrow interdisciplinary knowledge from the human sciences, both in History and Sociology through a qualitative approach, to deal with the questions and problematizations surrounding the theme. We deduce that this cultural tradition described above was institutionalized in the Black Diaspora by the *Nganga Zumba* leadership at the turn of the 16th century with the intention of strengthening and expanding families, aiming for the descendants, security and protection of the Palmarina community. It is no surprise that *Quilombo dos Palmares* is described in History as a strong republic and politically organized along the lines of African states. That said, denying the influence of polygamy in the Palmarina community is directly refuting that these spaces of resignification, freedom or reconstruction of identity are not remnants of the African cultural heritage in Brazil.

Keywords: Africa; Black Diaspora; Polygamy; Nganga Zumba; Quilombo dos Palmares.

1. Introdução

Segundo Silva (2018), o continente africano é marcado por uma vasta rede de diversidade cultural entre os diversos povos que o habitam. Suas formas comunitárias de expressão, que incluem espiritualidade, tradições, rituais, vestimentas e costumes, são legados de seus antepassados. Essas diversidades não eliminam as semelhanças linguísticas; pelo contrário, são elementos que diferenciam um povo, uma comunidade ou um grupo de outro. Neste contexto, destacamos os povos de origem da África centro-ocidental, como os *Kongo*, *Mbundu*, *Ovimbundu*, *Yorubá*, *Oyo*, *Ganeses* e *Sudaneses*, para compor as análises de nosso trabalho.

Para o embasamento da discussão, utilizamos a pesquisa qualitativa, que se dedica diretamente às problemáticas das ciências humanas, estabelecendo diálogo com as fontes bibliográficas por meio do método de pesquisa histórica de Aróstegui (2006) e da sociologia africana de Macamo (2002). É relevante ressaltar que optamos por escrever a palavra *Quilombo* com inicial maiúscula e adotar o conceito de "comunidade" em vez de "sociedade" no texto, tanto para nos referirmos ao contexto africano quanto aos *Quilombos* dos Palmares na era de *Nganga Zumba*, durante a virada do século XVI para o XVII, na "historiografia ocidental".

A formação de famílias e os sistemas de parentesco na África representam a base estrutural que fortalece as alianças entre os povos e os diversos grupos familiares nas comunidades. De acordo com Canjongo (2022), o conceito de família na cultura africana abrange não apenas os membros nucleares, que são a base e a raiz da árvore familiar, mas também a família alargada, que inclui os filhos de casamentos poligâmicos ou monogâmicos, assim como todo o grupo-comunidade que é formado por todos os ramos familiares consanguíneos ou não, tanto matrilineares quanto patrilineares. Essa solidariedade se estende vertical e horizontalmente, abrangendo tanto os vivos quanto os falecidos, unidos pelo tempo e pelo espaço como corrente vital e inseparável, denominada estirpe.

Com essa compreensão de família alargada, examinaremos a reconstrução das famílias negras diaspóricas na América durante o tráfico transatlântico de escravizados, através da prática da poligamia. De acordo com Nyerere (1974), homens e mulheres da África e de ascendência africana compartilham uma experiência comum de discriminação e humilhação devido à sua origem africana. Diante desse contexto histórico, observaremos o surgimento de vários *Quilombos* e *mocambos* na Diáspora Negra, inspirados nos modelos civilizacionais africanos, com destaque para o *Quilombo* dos Palmares.

No Brasil, entre os séculos XVI e XIX, surgiram inúmeros *Quilombos* e *mocambos* por todo o território, variando em tamanho de pequenos grupos com quatro ou cinco habitantes até comunidades com milhares de pessoas. O mais notável desses foi, sem dúvida, o *Quilombo* de Palmares, localizado em Alagoas, na antiga Capitania de Pernambuco. Este *Quilombo* estabeleceu-se no coração do império colonial português. Até o início do século XVIII, as capitanias de Pernambuco e Bahia eram as mais importantes, especialmente em termos econômicos, para os interesses comerciais lusitanos. Palmares surgiu durante a era colonial do açúcar. Os primeiros núcleos quilombolas, formados por escravos fugitivos, estabeleceram-se nas últimas décadas do século XVI. Em 1597, há a primeira referência documentada sobre a existência de Palmares (Schumacher, 2004).

Ao investigarmos a questão da "poligamia" no *Quilombo* dos Palmares, notamos uma amnésia histórica na sociedade brasileira em relação a essa tradição africana. Esse viés de apagamento tem suas raízes no contexto colonial escravocrata, no qual o colonialismo português impôs um modelo civilizatório com base no catolicismo, promovendo a monogamia ocidental como única forma aceitável de relação conjugal. Naquela época, os valores civilizatórios trazidos pelos africanos eram perseguidos e condenados.

Como resultado, hoje o Brasil é um país multicultural, com uma esmagadora maioria cristianizada que desconhece essa tradição africana. A sociedade continua a reproduzir pensamentos coloniais associados à promiscuidade ou à inferiorização das mulheres quando se refere à poligamia africana. No entanto, na realidade, a cultura africana repudia tanto a promiscuidade quanto a inferiorização das mulheres.

Contudo, ao trazermos essa discussão "polêmica" sob a perspectiva das lentes colonizadoras em nossas sociedades, onde tudo orbita entorno das binaridades ocidentais, não estamos, de forma alguma, defendendo a poligamia nem a elevando como uma tradição milenar inquestionável. Pelo contrário, estamos simplesmente dialogando com o pensamento de Almeida (1999) sobre o relativismo cultural, a fim de analisar as razões que fundamentam a indispensabilidade da poligamia na fundação do *Quilombo* dos Palmares na Diáspora Negra brasileira.

2. O Contexto Histórico da Poligamia na África

A palavra "poligamia" não tem equivalente nas línguas africanas; em vez disso, há um tratamento igualitário dado a todas as esposas de um homem na comunidade. Por exemplo, no povo *Mbundu*, na língua *Kimbundu*, usa-se "*Dyala dya Hongo*",³ enquanto na língua *Kikongo* do povo *Bakongo*, é "*Yakala Dya Nganda ou Yakala Dya N'vuanga*", que, em português, significa "homem de mais de uma mulher". Em ambas as culturas linguísticas, é apropriado dizer que o Matondo tem duas mulheres, sem nenhum termo ou rótulo pejorativo que tente passar a ideia de que ter duas ou mais mulheres seja algo imoral do ponto de vista ético e moral.

No entanto, é crucial estabelecer essa correlação linguística entre a cultura africana e o ponto de vista ocidental referente à poligamia, uma vez que é a terminologia que utilizamos em nosso trabalho para nos referirmos aos polígamos no contexto africano e diaspórico.

Na cultura africana, ser *Dyala dya Hongo*, independentemente da idade do homem, implica em possuir idoneidade, maturidade, responsabilidade e habilidade aprimorada para resolver conflitos comunitários. Acredita-se que alguém que convive diariamente com mais de uma mulher como esposas tem a capacidade de solucionar quaisquer conflitos que afetam a comunidade. Não é à toa que, durante os encontros ou reuniões comunitárias, conhecidos como *Odjango*⁴ e *Jango* entre os povos *Ovimbundu* e *Mbundu*, esses homens têm prioridades nas falas em relação aos homens monogâmicos.

Conforme Pimenta (2020) observa, na África Negra, a poligamia é tão natural quanto a chuva ou o nascer do sol nas primeiras horas da manhã. Essa estrutura familiar não deve ser vista como um fenômeno individual e isolado, mas sim como uma realidade social e coletiva na África. De fato, pode ser considerada como uma expressão da personalidade cultural africana (ALTUNA, 1985 apud CANJONGO, 2020, p. 44).

Dentro da idiosincrasia africana, diversas narrativas, como poesia, música, provérbios, anedotas e fábulas, bem como diversas formas de transmissão de conhecimento, são utilizadas pelos povos africanos para justificar a poligamia e preservar suas culturas e tradições. Conforme observado por Altuna (1985, p. 344), alguns exemplos desses provérbios incluem: "uma mulher não constrói uma aldeia"; "um dedo só não consegue introduzir os grãos de milho cozido na boca"; "uma só flecha não é capaz de matar uma serpente"; "só com uma mão não se consegue subir a uma árvore". Esses provérbios ilustram claramente o pensamento africano sobre a importância da poligamia na construção e formação de aldeias ou comunidades na África.

A poligamia é uma tradição milenar para os povos centro-ocidentais africanos, que, desde a era colonial, continua a desafiar barreiras e a se adaptar diante das críticas da ocidentalização. Em um debate recente no programa "Conversas com Mell", da TV Rede Girassol de Angola, a matriarca e ativista social São Veloso compartilhou relatos sobre a dinâmica da poligamia na contemporaneidade em uma das aldeias da província de Cuanza-Sul do país:

Na *Quilenda* os homens são polígamos, se não são cristãos, são polígamos. Quando a mulher vai para esse casamento, já encontra uma,

³ Homem que vive com mais de uma mulher na cultura africana.

⁴ DA CRUZ, Domingos (2014). A palavra Jango, Njango ou Odjango remete imediatamente para realidade casa: Ombangulo (casa de conversa), ondjuluka/otchipito (de hospedaria e solidariedade), ekuta (de partilha de bens/ refeições), de educação, elongiso/okulonga (educação/iniciação), ekanga/okusomba/okusombisa (casa de justiça). <https://www.pressreader.com/angola/folha-8/20141018/281917361333560>. Acessado no dia 13/04/2024.

duas mulheres, ela pode ser a terceira ou a quarta, a cultura dali que o homem tem uma lavra, esta lavra ele vai dividir por partes de número de mulheres que tem, mas uma parte dele. O celeiro é feito dentro da parte do homem, cada uma trabalha colhe e é posto tudo no celeiro onde tem a parte do homem. Na hora que ela precisa do milho, já o homem é que tem que medir para distribuir. Mas a satisfação delas, a alegria e a vontade de trabalhar chama uma atenção.

Em concordância com o relato anterior, também nos chama a atenção a maneira pela qual a prática da poligamia não resulta na subjugação nem na diminuição do protagonismo das mulheres na comunidade de *Quilenda*. Pelo contrário, podemos inferir que a tradição as posiciona como complementares do ponto de vista econômico, já que cada uma desempenha um papel ativo na manutenção de seus lares junto ao marido.

Essa dinâmica cultural está em sintonia com o conceito de matriarcado africano apresentado por *Ifi Amadiume* em seu livro *"Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture"* (1997). Segundo *Amadiume* (1997), as mulheres na cultura africana possuem vozes e são socialmente reconhecidas como líderes, desempenhando papéis de matri-gestoras tanto dentro de casa quanto nas demandas sócio-políticas das comunidades, como mencionado por *Dove* (1998). Portanto, é crucial repensar a não universalização das culturas e lutas quando se trata da "humanidade", uma vez que cada realidade vive em seu próprio contexto político, e nem todos desenvolveram relações interpessoais baseadas em padrões de gênero ocidentais.

De acordo com *Vansina* (2019), os africanos centro-ocidentais não apenas se dispersaram por toda a América, mas também levaram consigo uma cultura litorânea homogênea, que já existia na África, para todas as partes. A partir dessa perspectiva, surge a questão: se as regiões centro-ocidentais da África, de onde vinham os africanos na condição de escravizados, possuíam estruturas familiares poligâmicas, por que não associar o crescimento exponencial dos *Quilombos* de Palmares ao modelo da família alargada africana?

Entretanto, a seguir, vamos contextualizar historicamente a fundação dos Palmares e os desafios enfrentados em meio às resistências políticas e culturais diante da conjuntura colonial opressora e escravocrata que os afligia nas *sanzalas*.

3. Quilombo dos Palmares, o Símbolo da Resistência Cultural e Política Africana no Brasil.

Segundo *Da Silva Machado* (2017), quando se pensa em imigração relaciona-se a ideia daqueles povos que, por problemas enfrentados como guerras, crises financeiras e políticas, dentre outros, resolveram sair de seu território. Mas esquece-se de uma série de imigrações forçadas que aconteceram ao longo da história. A vinda dos africanos para a América é um exemplo deste tipo de imigração. Por isso, historiadores e representantes do movimento civil negro passaram a utilizar o termo "Diáspora Africana" ou "Diáspora Negra" para se referirem a vinda forçada dos africanos para trabalharem como escravizados longe das suas terras de origens.

O Brasil vivenciou longos períodos de escravização africana e indígena. Segundo *Munanga* (2009), muitos africanos e de diferentes culturas foram trazidos a força e obrigados a se misturar:

Entre elas [...] destacam-se três áreas geográfico-culturais cujas contribuições foram constatadas no Brasil: 1) a área ocidental, chamada costa dos escravos, ilustradas pelas culturas dos povos ioruba ou nagô, jêje, fons, ewê e fanti-ashanti, cobrindo os territórios das atuais repúblicas da Nigéria, Benin, Togo, Gana e Costa do Marfim. É o chamado Golfo do Benim; 2) zona do Sudão ocidental ou área sudanesa islamizada, ocupada pelos grupos de negros malês (peul ou fula, mandinga, haussa, tapa e gurunsi), cobrindo os territórios das atuais repúblicas do Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Mali

e Burkina Fasso; 3) a área dos povos de língua banto, compreendendo numerosas etnias que cobrem os países da África central e austral (Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e África do Sul) (Munanga, 2009, p.92).

Essas três vastas regiões geográficas da África delineavam territórios com culturas tanto semelhantes quanto distintas entre si. Essas diferenças resultaram em uma enorme diversidade na comunidade escravocrata brasileira. Todas essas regiões mencionadas compartilham essências culturais orais, matriarcais e espiritualidades ligadas ao cosmos, além de estruturas familiares poligâmicas.

A diversidade cultural dentro do sistema opressivo da escravização no Brasil não intimidou os povos centro-ocidentais africanos; pelo contrário, eles usaram a equivalência de suas espiritualidades como estratégias para adorar as diversas forças cósmicas supremas. Como nos conta Roger Bastide (1970):

[...] os escravos trazidos ao Brasil pertenciam às mais diversas etnias e procuravam analogias entre suas respectivas divindades; não se tratava evidentemente de identifica-las, de confundir *Zambi* com *Oxalá* e nem de misturá-las: tratava-se de encontrar equivalências entre elas. Cada nação conservava seus próprios deuses, ordenados em relação a séries de correspondências místicas; apresentavam a mesma realidade sobrenatural, poderíamos dizer, nas diferentes línguas ou das diversas civilizações (Bastide, 1970, p. 382).

Foi por meio dessa equivalência adotada pelos africanos centro-ocidentais que o Brasil começou a venerar diferentes energias espirituais, como *Nzambi Ampungu* do povo *Kongo*, *Olodumare* dos *Yorubás* e outras forças cósmicas africanas, todas no mesmo território. Esse fenômeno marca a origem da religião de matriz africana conhecida como *Candomblé* nos dias de hoje.

A preservação cultural mencionada, que historicamente atuou como um bálsamo para as proteções, defesas e resistências africanas nas *sanzalas*, foi garantida principalmente através da tradição oral. Como nos lembra Bâ (2010):

[...] Nas comunidades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da comunidade repousa no valor e no respeito pela palavra (Bâ, 2010, p.168).

Para o africano, a oralidade desempenha um papel crucial na orientação e na coesão de uma comunidade. Nessa perspectiva, o poder da palavra representa o testemunho da dignidade, do trabalho e do valor cultural e espiritual de cada linhagem familiar. É através dessa resiliente resistência cultural, fundamentada na tradição oral e no desejo de escapar das opressões das *sanzalas*, que os povos centro-africanos empreendem a jornada para estabelecer e habitar a prestigiosa República dos *Quilombos* no final do século XVI, nas regiões de Pernambuco e Alagoas no Brasil (Nascimento, 1980).

Do ponto de vista etimológico, a palavra *Quilombo*⁵ tem origem na língua *Kimbundu* do povo *Mbundu* de Angola. Para os povos centro-ocidentais africanos e para a Diáspora Negra, o *Quilombo* representava o símbolo do ressurgimento do poder africano no Brasil. Como descreve Manuel Querino:

O escravo grego ou romano, abandonando o senhorio, não cogitava de se organizar em comunidade regular, em território de que porventura se apoderava; vivia errante ou em bandos entregues à pilhagem.[...] A devastação, de que se fizeram pioneiros os escravos romanos, inspirava terror a todos os que tinham notícias de sua aproximação. Os fundadores

⁵ *Quilombo* traduzido para o português significa, povoação, aldeia ou aglomerados de pessoas

de Palmares não procederam de igual modo; procuraram refúgio no seio da natureza virgem e aí assentaram as bases de uma comunidade, a imitação das que dominavam na África, sua terra de origem, comunidade, aliás, mais adiantada do que as organizações indígenas (Querino, 2018, p.23).

Querino (2018, p.23) ainda acrescenta que, “as comunidades de Palmares não medravam os vagabundos e malfeitores; a vida de torturas das *sanzalas*⁶ substituíra-se pelo conforto natural e aparelhado”. É importante ressaltar que os *Quilombos* não foram exclusivos do Brasil, como observado por Moura (2021, p.23), também “em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro “escravizado”⁷ às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos”. A exemplo disso, Estados Unidos da América, Colômbia, Argentina, Cuba, Haiti, Jamaica, Equador, Peru, Guianas, etc., onde quer que a escravidão existisse, o negro africano, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava (Moura, 2021).

Os africanos que fugiam das *sanzalas* para os *Quilombos*, transformavam esses lugares em novos sistemas de defesa contra a escravização:

O *quilombo* foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil.[...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa (Moura, 1959, p.87).

O autor ainda acrescenta que:

Estabelecidos nas terras mais férteis da Capitania, começaram a desenvolver-se e aumentar de número. Suas roças floresciam, dando abundante colheita. Ali plantavam milho (que era a base da alimentação) bana, mandioca, batata-doce, feijão; aproveitavam-se do coco abundante na região, criavam animais domésticos, aves etc. Assim, instalada começou a desenvolver-se a República palmarina. Em 1643 eram cerca de seis mil em franca atividade no reduto (Moura, 1959, p.186).

Por isso, o *Quilombo* dos Palmares foi identificado como uma reinterpretação de uma estrutura comunitária africana anterior, semelhante aos guerreiros militares angolanos jagas, que inspiravam temor nos portugueses e holandeses (Heywood, 1999). De acordo Leite (2011, p.9), “eram comunidades formadas por escravizados que fugiam dos seus donos buscando resgatar a cultura e a forma de viver que deixaram na África. Portanto, os *Quilombos* eram formados em regiões onde havia grandes concentrações de escravizados longe das cidades no meio das matas”.

Com o constante aumento de africanos fugindo dos maus-tratos das *sanzalas* em direção aos *Quilombos*, surgiu o primeiro sistema de governo angolano para lidar com as demandas relacionadas à busca pelos escravizados. Segundo Moura (1959), foi escolhido como o primeiro líder e guerreiro de origem mumbundu o renomado *Nganga Zumba*, que também era fluente em *Kimbandu*, devido aos méritos que demonstrou na guerra contra os fazendeiros escravocratas no Brasil. *Nganga Zumba*, tio de *Nzumbi*, governou provavelmente até o ano de 1678, quando, após negociar a paz com os europeus, perdeu prestígio entre seus pares e foi assassinado. Ele foi sucedido posteriormente por *Zumbi*, que ficou registrado na história como o líder incontestável

⁶ Adotamos a escrita correta que é *Sanzala*, proveniente da língua Kimbundu de Angola. *Senzala* é corruptela, ressignificado a moda do português brasileiro.

⁷ Grifo nosso em resposta a palavra escravo, pois conota uma condição natural humana.

de Palmares, graças à sua bravura e estratégias militares mais refinadas, que contribuíram para a reconstrução de um novo *Quilombo* forte e temido pelos europeus da época.

Além da liderança de *Nganga Zumba*, o *Quilombo* era também governado por outras entidades, como os conselhos de anciãos (*makota*), compostos por lideranças de outros *Quilombos e mocambos* na região, e as matriarcas, responsáveis diretas pela educação política e cultural da comunidade. Isso nos leva a concluir que a República de Palmares não apenas se inspirou nos modelos dos estados africanos, como também incorporou a prática da poligamia africana em sua estrutura familiar e organizacional. A seguir, exploraremos o impacto dessa poligamia no rápido crescimento da comunidade palmarina no Brasil.

4. A Poligamia e a Descendência Negra no *Quilombo* dos Palmares

De acordo com Abdias do Nascimento (1980), durante o período aproximado de 1590, testemunhou-se a fuga de milhares de africanos do centro-ocidentais e seus descendentes, que haviam sido escravizados, escapando das crueldades do sistema escravocrata branco brasileiro em direção às densas florestas de Alagoas e Pernambuco. Lá, eles estabeleceram comunidades poderosas, organizadas politicamente, economicamente e de forma comunitária. Esses estados, posteriormente, se tornaram símbolos notáveis da resistência negra africana no Brasil, destacando-se o renomado *Zumbi* dos Palmares, que emergiu como a principal liderança da preservação da cultura africana no país.

Estima-se que a comunidade palmarina era composta por mais de vinte mil pessoas, organizada em um sistema de confederação que refletia de forma significativa a estrutura política e cultural dos estados africanos pré-colonização. Esse sistema incluía um conselho deliberativo e um órgão responsável por aplicar punições conforme o crime cometido, abrangendo casos de roubo, homicídio e outras práticas prejudiciais à convivência no *Quilombo*.

Na fase inicial de sua fundação, o Palmares consistia exclusivamente de homens. Posteriormente, surgiu a necessidade de alterar esse panorama, levando os homens a desenvolver estratégias para atrair as mulheres negras que ainda estavam subjugadas nos regimes escravocratas das *sanzalas*. É fundamental ressaltar que a redefinição da poligamia tinha como objetivo aumentar a população e a força de trabalho, mas esse intento só seria alcançado mediante a união entre homens e mulheres negros quilombolas. Dado o número insuficiente de mulheres e os contínuos ataques contra os Palmares, a lógica da poligamia também se fundamentava na adaptação e readaptação das vidas diante do contexto político de guerra contra os portugueses, sob pena de os *Quilombos* não resistirem por mais de cinco décadas (Carneiro, 1958).

As lideranças dos *Quilombos* optaram por um sistema agrícola inspirado nos modelos africanos, caracterizado pela equidade na distribuição de terras. No âmbito das relações interpessoais, estabeleceram a coletividade e a solidariedade mútua através do comunitarismo, onde os problemas individuais se tornavam coletivos (Leite, 2011). Quanto à segurança, redefiniram a militarização dos espaços com treinamento em capoeira e o uso de armas como flechas, lanças e facas para proteger a vida e a República de Palmares diante dos constantes ataques dos inimigos, os senhores dos engenhos europeus.

Podemos inferir hipoteticamente que o substancial aumento populacional na República de Palmares resultou não apenas da busca incansável de outros africanos que ainda sofriam opressão nas *sanzalas*, mas também pela reintrodução da tradição poligâmica africana nas comunidades. Segundo Moura (1959 apud Leite, 2011, p.16), “a poligamia serviu como a base da estrutura familiar nos *Quilombos*. O rei e os chefes dos ⁸*mocambos* praticavam a poligamia, e tinham direitos a várias mulheres. A família poliândrica funcionava na comunidade em geral”. Isso ocorreu em Palmares devido à desproporção entre os sexos, e a poligamia foi a solução para conseguir o equilíbrio entre os palmarinos.

Segundo Carneiro (1958, p.69), “*Nganga Zumba* tinha três mulheres, duas negras e uma mulata”. As duas primeiras eram estéreis, de acordo o autor, mas a mulata, que preferimos

⁸ *Mocambos* difere do *Quilombo*, sua diferença está no tamanho. Dentro do *Quilombo* existiam vários *mocambos*, espécie de pequenas aldeias.

chamá-la de negra mestiça, “teve provavelmente quatro ou cinco filhos e tinha dez netos. Um dos seus filhos, *Toculo*, tombou em combate, em 1677; dois outros - *Zambi* e *Acaiene* - foram presos por Fernão Carrilho nessa mesma ocasião; em 1678, outro filho do rei chefiava a embaixada de paz junto ao governador, à frente de mais 12 negros”.

Na visão de Clóvis Moura, *Nganga Zumba* além de um assumido polígamo também era um opressor que escravizava os seus contemporâneos dentro do Quilombo:

[...] Eram polígamos: o Rei Ganga-Zumba tinha três mulheres. Das suas atividades predatórias pela região traziam muitos escravos, uns voluntariamente, outros à força, e que engrossavam enormemente o número de habitantes da República. Os que vinham forçados eram transformados em escravos que trabalhavam na agricultura. Assim se foi desenvolvendo o escravismo dentro da própria "república", em consequência do desenvolvimento das atividades agrícolas (Moura, 1959, p.187).

Moura, deduz que *Nganga Zumba* escravizou os seus contemporâneos, o que para nós vai em contramão aos princípios norteadores da criação do *Quilombo*. Segundo Querino, “o *Quilombo* não era uma conquista movida pelo ódio, mas uma afirmação legítima do desejo de viver livre, e, assim, possuíam os refugiados dos Palmares as suas leis severas contra o roubo, o homicídio, o adultério, as quais na sua vida interna observavam com rigor” (Querino, 2018, p.23). Em uma entrevista⁹ disponível no Youtube, a famosa abolicionista estadunidense Harriet Tubman afirma que, “Libertei muitos escravos e teria libertado muitos mais, se pelo menos eles soubessem que eram escravos”. Conforme Tubman, também existiam alguns escravizados que não tinham a consciência da sua própria situação e estes ficavam geralmente para trás, ou seja, nas *sanzalas*.

Nesse contexto, *Nganga Zumba* parecia se preocupar até mesmo com aqueles que não reconheciam a sua própria escravidão, e ao aquilombar os inconscientes, alguns autores como Moura, vão entender esse aforamento compelido como escravismo dentro do *Quilombo*, o que constitui uma leitura errônea da conjuntura, visto que, eles já se encontravam numa condição de escravizados.

Na conjuntura colonial brasileira, tanto os padres quanto os fazendeiros latifundiários escravocratas europeus se mostravam incomodados com a prática da poligamia no *Quilombo*, chegando a associá-la à promiscuidade sexual. Como nos relata Carneiro (1958, p.60):

o seu apetite é a regra da sua eleição – dizia um documento da época. – Cada um tem as mulheres que quer”. O rei *Ganga-Zumba* dava o exemplo, atendendo a três mulheres, duas negras e uma mulata.

Esse olhar externo e preconceituoso em relação à poligamia era comum na colônia brasileira, quando, na verdade, a prática da poligamia por si só aborda as questões de promiscuidade na comunidade africana. Ao analisarmos de perto, percebemos que promiscuidade e poligamia não são a mesma coisa. Enquanto uma é considerada imoral e culturalmente condenável, a outra é parte de uma cultura que valoriza a continuidade. Nesse contexto, a poligamia, como parte da tradição africana no Brasil, foi fundamental para a manutenção e resistência dos negros nos *Quilombos*.

Alguns autores argumentam que o temor da proliferação populacional e questões legais levaram ao não amparo e à luta implacável contra a poligamia nos *Quilombos*. Conforme observado por Simão (2013), Portugal teve que adotar estratégias semelhantes às aplicadas em Angola e Moçambique, geralmente visando esvaziar as terras e manter os habitantes em situações de trabalho permanente para fortalecer a economia das metrópoles. Diante disso, os padres se opunham à prática da poligamia no Brasil, mas ignoravam os estupro cometidos por brancos contra mulheres negras nas *sanzalas*. Como disserta Simão (2013, p.830):

⁹https://www.youtube.com/watch?v=8U32CSdIe9U&ab_channel=AbrahamLincolnPresidentialLibraryandMuseum. Acessado no dia 20/05/2024.

A existência de relações sexuais entre brancos de todas as classes sociais e formações religiosas e negros é inegável e Gilberto Freyre conclui que delas nasce uma “grossa multidão de filhos ilegítimos. Mesmo reconhecendo o autor que a colonização portuguesa do Brasil fez que entre nós se atenuassem os escrúpulos contra a irregularidade moral ou conduta sexual e que talvez nenhum país católico tenha tratado de maneira tão doce os filhos ilegítimos de clérigos, o Brasil não admitiu a poligamia africana.

É irônico que os padres só sentiam repulsas à poligamia africana, ao mesmo tempo que atenuavam e encobertavam a miscigenação por meio dos estupros nas *sanzalas* dos brancos contra as escravizadas, e os arquivos históricos nos mostram que raras foram exceções duma relação afetiva que não tivesse esse pendor (Freyre, 2003).

Ao contrário dos estupros nas *sanzalas*, a prática da poligamia no *Quilombo* era consentida e livre entre os membros da comunidade, seguindo os padrões civilizacionais africanos. Assim, o ressurgimento da poligamia por parte dos africanos escravizados só se concretizou quando conseguiram alcançar uma liberdade distante dos opressores do sistema escravocrata das *sanzalas*. Em outras palavras, foi no *Quilombo* que os africanos encontraram a oportunidade de ressignificar o sistema poligâmico por meio da resistência no Brasil.

De acordo com Santana (2018), ocorreram várias reformas jurídicas durante o período da escravidão e no início da primeira República, na esteira da aprovação da Lei Áurea, visando reprimir a poligamia africana. Estabeleceu-se um aparato jurídico para combater essa prática, devido à visão negativa atribuída aos valores culturais africanos no Brasil. Como resultado, a tradição sacral africana não teve espaço para se manifestar, e infelizmente, a estrutura familiar brasileira foi moldada com base no modelo colonial monogâmico, sob influência portuguesa e espanhola.

Esse apagamento da poligamia foi acompanhado pela reprodução de diversos tipos de racismo, tanto religioso quanto cultural, afetando particularmente a cultura africana. Essa aversão pode ser compreendida como uma rejeição aos valores e costumes africanos, influenciada pelo imaginário racista europeu da época, que desumanizava os africanos e considerava seus costumes como bizarros e necessitando de intervenção urgente da civilização ocidental (Strauss, 1983). Santana (2018) assevera que:

Percebemos a rejeição perpetuada, de uma mentalidade da época, não só as diversas formas de família, mas também as uniões que não eram consideradas, nem aludidas no Código Civil Brasileiro de 1916, que denominava de concubinato, palavra de teor pejorativo que configurava as relações de homens e suas “teúdas e manteúdas”, uma relação inferior, por isso ali não se formava uma família (Santana, 2018, p.43).

Por fim, com a destruição do *Quilombo* dos Palmares pelo sistema escravocrata latifundiário da época e séculos mais tarde, a prática da poligamia entre os negros foi gradualmente reduzida, colocando-os em uma condição de concubinato, embora essa distinção seja inadequada. Na verdade, na África, a poligamia é vista como uma consolidação das alianças familiares e um sinal de respeito comunitário. No *Quilombo*, ela serviu como um fortalecimento e uma forma de resistência dos palmarinos, representando um espaço de constante reivindicação dos direitos à cidadania, à igualdade e, acima de tudo, contra o sistema escravocrata imposto durante o período colonial brasileiro sobre os africanos e indígenas.

Se mesmo diante da escassez de fontes, a história descreve *Nganga Zumba*, a primeira liderança do *Quilombo*, como um possível *Dyala dya hongo*, portanto, é altamente provável que outras lideranças que o auxiliavam na administração dos Palmares, e até mesmo a população em geral, estivessem envolvidas na ressignificação da poligamia africana no Brasil.

5. Considerações Finais

Ao analisarmos a questão da poligamia africana no contexto da República do Quilombo dos Palmares, como pesquisadores africanos, compreendemos que não podemos cogitar o crescimento exponencial da Diáspora Negra ou Africana apenas através da estrutura familiar monogâmica ocidental. Conforme observado por Altuna (1985), a continuidade das linhagens é sagrada para os africanos, e não há casamentos, sejam poligâmicos ou monogâmicos, sem descendência; do contrário, as famílias preferem o divórcio. Sendo assim, deduzimos que foi a reinserção da poligamia africana que permitiu aos *Quilombos* manter-se, proteger-se e resistir às constantes invasões e interferências estrangeiras por mais de 50 anos desde sua fundação.

Dito isso, entendemos que não se pode revisitar a história da fundação, da liderança de *Nganga Zumba*, da estrutura familiar e de parentesco nos *Quilombos* dos Palmares, sem se atentar as questões culturais negras, pois foram os conhecimentos e as tradições trazidas pelos africanos que transformaram a comunidade palmarina, em uma das maiores referências históricas de resistência e liberdade na Diáspora Negra ou Africana.

6. Referência Bibliográfica

- Almeida, M. W. B. de. Guerras culturais e relativismo cultural (1999). São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais.
- Altuna, R. R. de A. A cultura tradicional banto (1985). Luanda, (2ªed.).
- Amadiume, I. Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture (1997). Interlink Publishing,.
- Aróstegui, J. A pesquisa histórica: Teoria e método (2006). Rio Grande do Sul, Editora Edusc,.
- Bâ, Amadou Hampatê. A tradição viva (2010). in: Zerbo, j-ki. história geral da áfrica. Brasília: unesco, p. 167-212.
- Bastide, R.. as religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações (1971). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,.
- Canjongo, M. N. N. A Igreja e a Poligamia. Implicações Morais e Pastorais na Cultura Bantu (2022). Dissertação defendida no Programa de mestrado integrado em teologia. UCPFT. Porto, 2022.
- Carneiro, E. O quilombo dos palmares (1958). São Paulo: Companhia Editora Nacional,.
- Da Cruz, D. (2014).. Disponível em: <https://www.pressreader.com/angola/folha-8/20141018/281917361333560>. Acessado no dia 13/04/2024.
- Da Silva M., Laryssa. A Diáspora Negra e a presença de africanos escravizados em Itapemirim-ES (1860-1870). Mosaico, v. 8, n. 13, p. 237-257, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/issue/view/4036>.
- Dove, N. Mulherisma africana: uma teoria afrocêntrica. Nova York: Sage Publications, jornal de estudos negros, Vol. 28, Nº 5, 1998.
- Freyre, G. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (2003). Recife, Global Editora,.
- Heywood, L. M. (1999) The angolan-afro-brazilian cultural connections, slavery and abolition,.
- Leite, I. C. O quilombo de palmares: organização e economia. capitania de pernambuco, 1630-1695.(2011). Paraná: UNESPAR- Campus Paranaíba,.
- Macamo, E. A constituição duma sociologia das sociedades africanas. Estudos Moçambicanos, n.º 19, (2002), pp. 5-26. Disponível em: https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/19/macamo_em_19.pdf.
- Moura, C.. Quilombos: resistência ao escravismo (2021). Teresina : EDUESPI, (5ª ed.).
- Moura, C. Rebeliões da senzala (1959). São Paulo: Edições Zumbi.

- Munanga, K. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações (2009). São Paulo, SP: Global Editora,.
- Nascimento, A. (1980). Quilombismo - documento de uma militância panafricanista. Editora Vozes, Petrópolis/ Rio de Janeiro,.
- Nyerere, J. K. (1974) De uhuru a ujamaa. *África Hoje* , v. 21, n. 3, pág. 3-8,. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=188693777>.
- Oyèwùmí, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero (2021). Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, 2021.
- Oyèwùmí, Oyèrónkẹ́. The invention of women: Making an African sense of western gender discourses (1997). U of Minnesota Press,.
- Pantoja, S. Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e escravidão (2000). Thesaurus Editora. Brasília,.
- Pimenta, M. da E. O Adultério na África do Negroiro. Infidelidade ou Poligamia. Uma visão Psicológica (2020), Luanda, (1ª ed.)
- Querino, M. O colono preto como fator da civilização brasileira (2018). São Paulo: Coleção acervo brasileiro Volume 5, (2ª ed.)..
- Quijila, A. C.. Repensar o lugar de Kimpa Vita e o movimento antonista nos livros didáticos angolano a partir da história e das artes (2022). 83 p. Dissertação (Pós-graduação em Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira. Ceará,.
- Santana, T. da S. Direito da família quilombola: sobre a dimensão interdisciplinar para a resolução de conflitos familiares em comunidades tradicionais (2018). 78 p. Monografia (Programa de Graduação da Faculdade de Direito) - Universidade Federal da Bahia. Salvador,.
- Schumacher, Schuma. Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas. Rio de Janeiro, Editora REDEH, 2004.
- Silva, C. G. da. significados e transformação das práticas poligâmicas nas comunidades de angola e moçambique : 1910-1965. 129 p. Dissertação (Pós-graduação em História) – Universidade Federal de Amazonas. Maceió, 2018.
- Simão, J. F. Poligamia, Casamento Homo Afetivo, Escritura Pública E Dano Social: Uma reflexão necessária. Ridb, (2013).
- Strauss, C. L.-. O olhar distanciado (1983). Trad. De Carmen de Carvalho. Rev. José Antônio Braga Fernandes. Portugal: (Ed. 70).
- Vansina, J. Prefácio. *In*: Heywood, Linda. *Diaspora negra no Brasil*. Editora Contexto. São Paulo, 2019.
- Veloso, São (2024). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0k_VHs5LHus&list=PLblR6R2f2k1pbWhJdGhhoq9OtVVGIXHy6&index=1&ab_channel=RedeGirassol. Acessado no dia 22/05/2024.

SATISFAÇÃO DO PROFESSOR NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO

*Zeca Branco Dias*¹⁰

Instituto Superior Politécnico Tocoísta de Angola

*Vanda Odete Afonso da Silva*¹¹

Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento de Educação.

Resumo

O grau de satisfação nas organizações pode afectar a motivação e desempenho dos funcionários, e consequentemente objectivos de qualquer organização, sendo necessário identificar a melhor forma de gerência- lo na busca da satisfação das suas necessidades. Este estudo académico tem como propósito aferir o grau de satisfação dos professores no trabalho em diferentes dimensões do exercício da sua actividade, nomeadamente na relação com os colegas, com a natureza do trabalho, com a chefia, com os salários, promoção e formação contínua e com os alunos. Para efeito, como suporte metodológico ancorou-se numa perspectiva quantitativa, tendo como técnica privilegiada o questionário. Os resultados do estudo no permitiu aferir que a dimensão do trabalho em que os funcionários têm maior satisfação é na relação com os colegas e chefia. Os maiores índices de insatisfação estão relacionados com o salário e a promoção na instituição.

Palavras-chaves: Professores, satisfação no Trabalho, Educação

ABSTRACT

The degree of satisfaction in organizations can affect the motivation and performance of employees, and consequently the objectives of any organization, making it necessary to identify the best way to manage it in the pursuit of satisfying their needs. This academic study aims to assess the degree of satisfaction of teachers at work in different dimensions of the exercise of their activity, namely in relation to colleagues, with the nature of work, with the head, with salaries, promotion and continuous training and with the students. For this purpose, as a methodological support, it was anchored in a quantitative perspective, using the questionnaire as the preferred technique. The results of the study allowed us to determine that the dimension of work in which employees have greater satisfaction is in the relationship with colleagues and management. The highest indices of dissatisfaction are related to salary and promotion at the institution.

Keywords: Teachers, job satisfaction, education..

¹⁰ Doutorando em Educação, especialidade Administração e Gestão Escolar pelo ISCED-Huila. Diplomado em Alto Estudos Avançados em Política e Administração Educacional pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Humanas do ISPT. Docente Colaborador da Universidade Jean Piaget de Angola.

¹¹ Pós-graduada em Avaliação Educacional em Larga Escala pela Universidade Federal Juiz de Fora, Brasil. Mestre em Ciências da Educação, especialidade em Administração Educacional pelo ISCED- Luanda.

1. Introdução

A satisfação dos trabalhadores nas instituições é um fenómeno mundial e em diferentes paragens e contexto tem-se desenvolvido estudo sobre os níveis de satisfação dos trabalhadores, uma vez que os graus e níveis de satisfação dos trabalhadores nas organizações em que estão integrados influenciam, tanto a produtividade do trabalhador, como o seu estado psíquico, isto é, o seu bem-estar mental e físico.

Falando grau de satisfação dos trabalhadores nas instituições em Angola, é falar de um conjunto de factores intrínsecos aos indivíduos que colocam sua integração social, económica cultural e organizacional, visando, a partir de bens e serviços, satisfazer suas necessidades pessoais e projectar o bem-estar das suas famílias. As abordagens sobre o grau de satisfação dos trabalhadores nas instituições, interessam o saber de várias ciências sociais. Na perspectiva de Maus (2003) este é passível de ser tido como um fenómeno social total. Hoje há que se recorrer à sociologia, psicologia, antropologia, direito, e outras ciências, para darmos uma explicação sólida sobre o grau de satisfação dos trabalhadores nas instituições, facto que afecta qualquer organização, não as diferindo pela evolução tecnológica. Porque em qualquer sociedade ou organização o homem tem uma natureza própria que pode causar insatisfação ou satisfação organizacional.

É importante, afirmar segundo Sousa (2012) vivemos numa sociedade de organizações. Realmente, a maior parte de nós encontra-se situado em diferentes organizações e por isso os nossos movimentos estão interligados com várias organizações, pois nascemos numa organização hospitalar, estamos enquadrados numa família, na igreja, estudamos numa organização escolar, trabalhamos em organizações empresariais como bancos, indústrias, seguradoras, hotéis e nos tempos de lazer utilizamos intensamente os serviços prestados ainda por organizações.

Neste sentido, o presente artigo aborda os níveis de motivação e satisfação dos professores no seio do trabalho, nomeadamente sobre as condições de trabalho que lhes é reservado no contexto em que se debate e se discute o valor do professor face aos baixos salários que auferem, em comparação com ocupações ou profissões que exigem menos qualificações académicas. Com base no caso de estudo efectuado numa das instituições escolares, o presente artigo tem como propósito analisar o grau de satisfação dos professores no trabalho tendo em conta as várias dimensões da actividade docente no seio do ambiente laboral, nomeadamente: (i) face aos colegas; (ii) face as condições de trabalho e os salários; (iii) programas de formação e a condição dos alunos. A pesquisa foi orientada com base na seguinte questão de partida: Qual é o grau de satisfação dos professores no trabalho face as várias dimensões da actividade docente?

2. Questões Teóricas.

2.1. Implicações conceptuais da Satisfação no trabalho.

O processo pelo qual um indivíduo se torna membro de uma organização laboral é sempre impulsionado por diversos factores, contudo, seja qual for o factor, pensamos todos eles visam almejar a satisfação no trabalho, uma vez que, o ser humano é um em busca da felicidade. Neste sentido buscaremos, através da revisão da literatura, os conceitos sobre satisfação no trabalho.

Convém destacar que há uma variedade de conceitos sobre a satisfação no trabalho. Dos vários conceitos existentes, destacam-se o proposto por Locke, em 1976, que define a satisfação no trabalho como “um estado positivo ou de prazer, resultando na avaliação positiva do trabalho dos indivíduos”. (Locke, apud Oliveira, 2002, p.196). Olhando para esta definição, a ideia de satisfação no trabalho resulta necessariamente da criação ou produção de estímulos psicológicos que proporcionam prazer.

Além do conceito apresentado por Look, é de realçar que Oliveira (2002, p.196) entende que a satisfação no trabalho é um “conjunto de sentimentos favoráveis ou desfavoráveis, com os

quais os empregados veem o seu trabalho”. Deste modo, Locke & Oliveira, encaram satisfação no trabalho como sendo “o resultado da avaliação que o trabalhador tem sobre o seu trabalho ou a realização de seus valores por meio dessa actividade, sendo uma emoção positiva de bem-estar”.

Nessa ordem de ideia, Locke e Oliveira, solidificam sua visão sobre a satisfação no trabalho, conceptualizando-a como um estado emocional, porque a emoção deriva da avaliação dos valores dos indivíduos. E por se tratar de emoções, portanto, percebe-se que, a satisfação possui dois fenómenos complexos que são: o de alegria, que transmite a satisfação e o de sofrimento, que nos transmite a insatisfação. O que implica que quando se fala de satisfação no trabalho, subentende a existência de outros factores oposto que é a insatisfação. (Oliveira, 2002, p.196)

Para Harris, a satisfação no trabalho é “um sentimento que resulta da situação total de trabalho. Por outro lado, Fraser diz que a satisfação no trabalho é “um estado pessoal, subjectivo, dinâmico, e constantemente modificável, por condições intrínsecas e extrínsecas do trabalho e do trabalhador. (Santos,2005).

Deste modo, a insatisfação dos trabalhadores está estritamente ligada aos vícios burocráticos, a partir das reformas impostas, uma vez que, o excesso de regras escritas pode criar a interpretação de uma servidão bastante aguerrida por parte do empregador, acções que afectam a disposição laboral do trabalhador (Crozier,2011)

Rego (2001, apud. Santos,2005) afirma que “a satisfação no trabalho está relacionada ao tratamento de justiça e de respeito a que o trabalhador é submetido”. Já (Robbins apud, Santos 2005) define a satisfação no trabalho “como uma atitude geral de uma pessoa, em relação ao trabalho que realiza” É possível vislumbrar convergência nas concepções Rego & Robbins dado ao facto que, os mesmos entendem que, há em cada homem uma predisposição relativamente às situações no trabalho, que não o satisfazem, deliberando atitudes de mudanças repentinas.

Assim, considera-se a satisfação e insatisfação no trabalho como fenómenos distintos, sendo que, a insatisfação está relacionada aos factores que determinam o trabalho, como por exemplo, o ambiente de trabalho, as recompensas e a chefia. Quanto a satisfação no trabalho, está relacionada à distribuição de bens e serviços de forma qualitativa (Santos,2005).

Algumas definições de satisfação no trabalho, conforme fundamentadas pelas diversas correntes apresentam ideias que estão na base das divergências teóricas. Alguns autores consideram o conceito satisfação no trabalho como “um estado emocional de sentimento”. (Oliveira,2002). Por seu turno, Rego e Robbins consideram o conceito satisfação no trabalho, como uma atitude. Nesta ordem, perspectiva o resultado da percepção da realidade intrínseco no trabalho (Alcobia, 2011)

Todavia, as diferentes definições sobre a satisfação no trabalho podem ser categorizadas em dois grandes grupos. Em primeiro lugar, a perspectiva conceptual, unidimensional, que capta e observa a problemática da satisfação no trabalho de modo geral, isto é, como uma atitude face ao trabalho em geral. Em segundo lugar, na perspectiva multidimensional, que capta a realidade sobre a satisfação no trabalho como um conjunto de factores segmentados, associados ao trabalho. (Alcobia, 2001, p.290). Deste modo, as duas dimensões representam um conjunto de ações intrínseco no trabalho, de acordo a realidade de cada organização.

Portanto, a satisfação no trabalho sendo uma variável dependente é a mais estudada nas organizações, vários autores debateram sobre ela, a fim de aferir o desenvolvimento dos vários processos nas instituições, definindo a satisfação no trabalho como um “estado emocional expresso através da avaliação afectiva e/ou cognitiva de uma experiência de trabalho, com algum grau de favorabilidade ou desfavorabilidade”. (Santos, 2005)

Quanto à perspectiva de George & Jones (apud Santos, 2005) os clássicos abordam a satisfação no trabalho, entendendo-a como sendo “um conjunto de sentimentos e crenças das pessoas sobre o seu actual trabalho”. Deste modo, clarificam que os graus ou níveis de satisfação das pessoas sobre o seu trabalho, pode ir da satisfação extrema à insatisfação extrema, além de terem atitudes sobre o seu trabalho como um todo. Isso implica que as pessoas podem também ter atitudes sobre os vários aspectos do seu trabalho, como o tipo de trabalho que fazem, os seus colegas, supervisores, subordinados, ou sistema de pagamento.

Naturalmente, olhando pela sua dicotomia teórica, relativamente os seus contributos, capta uma ideia de que a satisfação no trabalho é um construto social, cultural, e cognitivo, baseada nas emoções, atitudes, face ao estado positivo, negativo ou de experiência no trabalho. Nesta ordem de ideias, podemos dizer que, a satisfação no trabalho é uma variável que resulta de avaliação que as pessoas fazem pelos níveis da satisfação do trabalho em geral, particularmente do seu trabalho, e da vida em geral, que é promovido através de um relacionamento com a justiça e ao respeito que os empregados merecem.

2.2. Determinantes da satisfação no trabalho.

As abordagens apresentadas pelos vários autores já citados permitem-nos perceber que, os determinantes da satisfação no trabalho, são tidos como características fundamentais, que de modo implícito ou explícito fazem com que o papel dos integrantes nas organizações seja rotulado. Oliveira entende que, “os determinantes da satisfação no trabalho são as dimensões e factores do processo organizacional”. (Oliveira, 2002 p.197)

No entanto, para o seu devido enquadramento nas organizações as dimensões e factores da satisfação do trabalho “são medidas da satisfação no trabalho, que ocorrem através de percepções/sentimentos que os funcionários/subordinados, expressam quanto ao trabalho, como valores, que são compatíveis com a necessidade da pessoa” (Oliveira, 2002, p.197).

De acordo a esta perspectiva, Oliveira (2002, p.197) dá sequência na formulação de ideias sobre a temática, definindo a satisfação como sendo “a diferença entre o que se necessita no trabalho e o que a pessoa recebe do seu trabalho”. Importa referir que, estas acções representam a existência de necessidades recíprocas entre o trabalhador e a instituição. E quanto ao seu funcionamento, ela se exprime através da indicação, concórdia/discórdia do indivíduo subordinado sobre o grau de cumprimento de aspectos intrínsecos e extrínsecos no trabalho.

O trabalho deste modo uma variável unidimensional que determina a união dos impulsos dos indivíduos nas organizações. Percebe-se que a satisfação no trabalho, através da sua especificidade e medidas, ela ocorre segundo a rotulagem da reciprocidade dos valores psico-emocionais dos agentes dentro das organizações, compactando com o cargo que ocupa, dando mais impulso nos factores intrínsecos relacionado ao trabalho.

Os factores intrínsecos e extrínsecos no trabalho possuem um carácter muito importante para o desenvolvimento das organizações. De acordo esta ideia, Oliveira, diz que, os factores intrínsecos, na satisfação no trabalho, fazem parte do próprio cargo, originando-se da natureza do trabalho desenvolvido pelo ocupante do cargo. Nesta ordem de ideia, considera-se factores intrínsecos no trabalho, na visão de Oliveira (2002, p.197) os seguintes:

1. Variedade - tem que ver com a realização de tarefas interessantes e diferentes no cargo. Essas resultam de diferentes facetas no trabalho.
2. Significado -é a percepção de que o trabalho contribui ou acha-se relacionado aos objectivos mais globais das organizações. Relaciona-se com os objectivos da organização, e dos trabalhadores.

3. Feedback- veiculação de informação sobre a efectiva qualidade do desempenho das tarefas e valores para a organização, e o que devem fazer para melhorar e se desenvolver. Relaciona-se com o elogio, e crítica no seu trabalho.
4. Identidade - percepção da posição dentro da organização e seu relacionamento com os demais. Relaciona-se com as políticas de inclusão e exclusão de bens e serviços. Nesta perspectiva, cada elemento, representa a medida de cada indivíduo, para a satisfação nos aspectos intrínsecos e extrínsecos no trabalho.

Assim sendo, são considerados factores extrínsecos ao trabalho aqueles que ocorrem fora do ambiente de trabalho ou do cargo, produzido de fontes externas da organização. Como: as políticas, práticas de admissão, colegas, grupos, informações, recompensas financeiras, e salários. (Remuneração directa). Oliveira (2002, p. 198) opta em apresentar os seguintes elementos extrínsecos ao trabalho:

- a. Benefícios – é a remuneração indirecta, em carácter complementar ao salário;
- b. Participação dos lucros e incentivos;
- c. Reconhecimento profissional;
- d. Promoção – é a realização de carreira dentro da organização;
- e. Apoio social;
- f. Subordinação – é o estilo de chefia.

Os factores ou dimensões, explicitamente, estão relacionados com o andamento dos indivíduos dentro das organizações, representando um estímulo social, psicológico, emocional, e económico dos indivíduos. Os factores intrínsecos no trabalho representam as funções integradoras dos indivíduos envolvidos num determinado grupo, o que, pode resultar a satisfação ou insatisfação.

Deste modo, foi possível identificar nove factores que sobrepõem a satisfação no trabalho, integrando o interesse intrínseco do trabalho e do trabalhador, pois de acordo a relação dos factores determinantes nas organizações, Locke (apud, Alcobia,2002, p. 290) determina os seguintes factores da satisfação no trabalho:

- a) A satisfação com o trabalho, integrando a natureza intrínseca do trabalho, a variedade do trabalho, as oportunidades de aprendizagem, a dificuldade, a quantidade de trabalho, as possibilidades de êxito ou controlo sobre os métodos;
- b) A satisfação com o salário, que a considera a componente quantitativa da remuneração e a forma como é distribuída pelos empregados;
- c) A satisfação com a promoção, integrando as oportunidades de formação, e outros aspectos de base que dão suporte à promoção;
- d) A satisfação com o reconhecimento, contemplando elogios ou críticas ao trabalho realizado;
- e) A satisfação com a chefia, que inclui o estilo de liderança ou as capacidades técnicas e administrativas, e ainda a qualidade ao nível do relacionamento interpessoal;
- f) A satisfação com colegas de trabalho, caracterizada pelas competências dos colegas, o apoio que estes prestam; a amizade que manifestam;
- g) A satisfação com os benefícios, tais como: as pensões, os seguros de doenças, as férias;
- h) A satisfação com as condições de trabalho, como por exemplo, o horário, os períodos de descanso, o local de trabalho e os aspectos orgânicos;
- i) A satisfação com a organização e com direcção, destacando-se as políticas, benefícios, e os salários. (Locke apud, Alcobia,2002, p. 290)

Peiró (1994) sustenta que as características intrínsecas no trabalho que mais influenciam na construção ou análise do conceito de satisfação é a “remuneração, promoção, a segurança do emprego” (Peiró, apud Alcobia, 2001, p.191).

No presente trabalho para a compreensão da variável satisfação no trabalho entendemos analisá-la numa perspectiva multidimensional, que capta uma realidade geral no trabalhador e do trabalho. De acordo com Spector,2003 (apud, Azevedo, et al, 2005) a abordagem multidimensional considera a satisfação no trabalho como “um conjunto de reações específicas as várias componentes do trabalho.”. Desse modo, os indivíduos caracterizam-se em vários níveis de satisfação em relação as diversas áreas de conhecimento. Este domínio, da satisfação global, pode ser interpretado como um índice geral de grau de percepção relativamente ao trabalho

3. Procedimentos metodológicos do estudo

O estudo quanto a sua natureza, descreve-se dentro de um carácter básico cujo principal objetivo é desenvolver conhecimentos novos e úteis em relação a satisfação no trabalho. Quanto aos seus objetivos, ela assumiu uma característica de uma pesquisa exploratória, porque pretende-se criar um ambiente familiar que nos possibilita torná-la mais explícito e conseguir descobrir várias informações relacionada com o facto estudado de forma também, a orientar os nossos objetivos.

É também, por sua vez uma pesquisa do tipo descritiva, porque o objetivo principal é descrever os graus de satisfação dos trabalhadores tendo em conta as diferentes dimensões do mundo laboral, nomeadamente em relação aos colegas, em relação a natureza do trabalho, aos salários, chefia, promoção e política de formação. Podemos compreender de acordo com a visão de Gil (2008, p.42) que a “pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto do ponto de vista da forma de abordagem, o estudo teve abordagem quantitativa. Tal como Vaz-freixo (2012, p.171) define a pesquisa quantitativa como “um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objetivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador”.

O design da pesquisa é um estudo de caso, optou-se como unidade de análise o Liceu **5114**, localizada na rua do Centro Cultural de Viana, Zango II, município de Viana, Província de Luanda. Nesse sentido, a população alvo é constituída pelo conjunto de Professores do Liceu nº5114. Por razões de economia de tempo optamos por amostra de conveniência e foram fixadas e seleccionadas 50 unidades para constituir a nossa amostra.

As técnicas de recolha de dados são neste momento compreendidas como “instrumentos operativos, precisos e transmissíveis, que podem ser usados independentemente da especificidade do objecto ou das hipóteses de uma investigação particular” (Almeida, 1995). Para a obtenção de dados e informações quantificáveis foi construída uma escala de satisfação com o propósito de aferir o grau de satisfação dos professores, tendo em conta as seguintes dimensões: (i) satisfação com os colegas, (ii) satisfação com os salários, (iii) satisfação com a promoção no serviço,(iv) satisfação com a política de formação.

O processamento e o tratamento das informações, após a aplicação e recolha dos questionários, foram feitos através da utilização do programa SPSS (Statistical Package for the Social Science), versão 20.

4. Resultados da pesquisa

Apresentaremos nesse tópico os resultados da escala submetida aos professores para aferir o grau de satisfação dos professores no trabalho tendo em conta as várias dimensões da actividade docente no seio do ambiente laboral, como a satisfação dos professores face aos colegas, face aos salários e condições de trabalho, face ao programa de formação contínua e a condição dos alunos.

4.1. Caracterização perfil sociodemográfico da amostra.

Feita a análise dos dados da distribuição da *idade*, verifica-se que as idades dos sujeitos inquiridos compõem um escalão entre 30-42+. Aonde a idade entre (38-42) aparece no pódio com a percentagem de (37,9%) anos de idade. Em segundo lugar foi preenchido pelos sujeitos que compreendem a idade entre 42 + anos de idade com (31,0%).

Tabela 1: Para a segurar que estamos a entrevistar a pessoa certa tenho de perguntá-lo se a sua idade situa-se em que grupo ou faixa?

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	30-34	5	17,2	17,9	17,9
	34-38	3	10,3	10,7	28,6
	38-42	11	37,9	39,3	67,9
	42+	9	31,0	32,1	100,0
	Total	28	96,6	100,0	
Ausente	Sistema	1	3,4		
Total		29	100,0		

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

Quanto à composição da amostra por *Género*, verifica-se que do dos inquiridos (58,6 %) correspondem ao género masculino e 37,3 % perfazem o género feminino. Desde modo, constata-se que existe uma maior preponderância de indivíduos do género masculino conforme ilustra a tabela 2.

Tabela 2: Registe o Género

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	homem	17	58,6	60,7	60,7
	mulher	11	37,9	39,3	100,0
	Total	28	96,6	100,0	
Ausente	Sistema	1	3,4		
Total		29	100,0		

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

Quanto ao inquérito aplicado em relação ao tempo de serviço do professor na educação salienta-se que, (3,7%) encontram-se a 4 anos, (11,1 %) a 4-8 anos, (37,0%) a 8-12 anos, (3,7 %) a 12-16 anos, (18,5 %) a 16-20 anos, (25,9%) a 20 anos de serviço, (18,5 %) encontram-se a 16-20 anos. Deste modo nota-se uma menor predominância dos professores com mais tempo de serviço, conforme verifica-se na tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Marque o tempo de serviço do professor na Educação.

	Frequência	Percentual	Percentagem válida	percentagem acumulativa
--	------------	------------	--------------------	-------------------------

Válido	0-4	1	3,4	3,7	3,7
	4-8	3	10,3	11,1	14,8
	8-12	10	34,5	37,0	51,9
	12-16	1	3,4	3,7	55,6
	16-20	5	17,2	18,5	74,1
	20+	7	24,1	25,9	100,0
	Total	27	93,1	100,0	
Ausente	Sistema	2	6,9		
Total		29	100,0		

Quanto ao nível mais alto de educação, é de salientar que a maioria dos inquiridos (72,4 %) já atingiram o nível de licenciatura. Sendo que (17,4 %) atingiram o bacharelato e (10,3 %) já atingiram o nível mais alto de Mestrado conforme a tabela 4. Nota-se uma proporção menor do total dos sujeitos inqueridos que atingiu o nível mais alto de educação. Sendo a maioria são

Tabela 4: Qual é o nível mais alto de educação que você atingiu?

		Frequência	Percentual	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Bacharel	5	17,2	17,2	17,2
	Licenciado	21	72,4	72,4	89,7
	mestrado	3	10,3	10,3	100,0
	Total	29	100,0	100,0	

licenciados.

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

4.2. Satisfação com os colegas

Questionados sobre a confiança que posso ter em meus colegas no trabalho, os professores em geral, responderam o seguinte: 7,1% responderam totalmente satisfeito, 7,1% muito satisfeito, 75,% responderam estar satisfeito. Ao passo que 10% responderam insatisfeito.

Questionados sobre a quantidade de amigos que tenho entre colegas de trabalho, face a esta questão 14,8% dos professores inquiridos responderam estar totalmente satisfeito, 18,5% muito satisfeito,55,6% satisfeito. Ao passo que 11,1% insatisfeito. Deste modo, verifica-se que o grau de satisfação dos professores pela quantidade de amigos.

Questionados sobre a maneira como me relaciono com os meus colegas do trabalho, 22,2% de professores inquiridos responderam estar totalmente satisfeito, 18,5% muito satisfeito,51,9% satisfeito. Ao passo que, 3,7% insatisfeito e 3,7 muito insatisfeito

Observando a tabela 5, na escala dos 3 itens para aferir a confiança com os colegas, é possível constatar que numa forma global, os professores apresentam um grau elevado de satisfação no tange a dimensão satisfação com os colegas.

Tabela 5: Até que ponto concorda com as seguintes afirmações (onde 1= totalmente satisfeito e 6= totalmente insatisfeito)?

	Total satisfeito	Muito Satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Totalmente insatisfeito
A confiança que posso ter em meus colegas de trabalho	7,1	7,1	75	10	0	0
A quantidade de amigos que tenho entre meus colegas de trabalho	14,8	18,5	55,6	11,1	0	0
A maneira como me relaciono com meus colegas	22,2	18,5	51,9	3,7	0	0

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

4.3. Satisfação com o salário

Questionados sobre satisfação/insatisfação face o meu salário comparado aos meus esforços no trabalho, os professores responderam o seguinte: 3,4% responderam totalmente satisfeitos, 3,4% muito satisfeitos, 10,3% satisfeito. Ao passo que 34,5% dos professores responderam insatisfeito, 13,8% muito insatisfeitos e 34,5% totalmente insatisfeito.

Questionados sobre (in)satisfação sobre a quantia em dinheiro que recebem, ao final de cada mês, os professores do Liceu em estudo, responderam o seguinte: 3,6% estão muito satisfeitos, 14,3% satisfeito. Enquanto 32,1% estão insatisfeitos, 17,9% muito insatisfeito, e 32,1% responderam também estar totalmente insatisfeito

Questionados sobre o meu salário comparando ao custo de vida, os professores do Liceu em pesquisa responderam o seguinte: 7,1% deles estão satisfeitos. Ao passo que, 21,4% responderam insatisfeitos, 14,3% muito insatisfeito e 57,1 responderam estar totalmente insatisfeito.

Questionados a satisfação/insatisfação sobre o meu salário a minha capacidade profissional, os professores responderam da seguinte forma: 3,7% responderam estar satisfeito. Ao passo que 44,4% responderam estar insatisfeito, 11,1% muito insatisfeito, e 40,7% estar totalmente insatisfeitos.

Verifica-se uma forte tendência para insatisfação com a componente salarial, por parte dos professores uma vez, nas diferentes dimensões expressas nesta categoria o valor percentual ultrapassa em média os 70 %.

Tabela 6: até que ponto concorda com as seguintes afirmações (onde 1= totalmente satisfeito e 6 = totalmente insatisfeito)?

	Total satisfeito	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Totalmente insatisfeito
O meu salário comparado aos meus esforços no trabalho	3,4	3,4	10,3	34,5	13,8	34,5
A quantia em dinheiro que recebo ao final de cada mês	3,6	14,3	32,1	17,9	32,1	0

A quantia comparada ao custo de vida	7,1	21,4	14,3	57,1	0	0
O meu salário a minha capacidade profissional	3,7	48,1	59,3	0	0	0

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

4.4. Satisfação com a promoção no trabalho.

Questionado sobre o tempo que tem de espera para receber uma promoção, 17,2% professores responderam insatisfeitos, 27,6% muito insatisfeitos e 48,3% estar totalmente insatisfeitos. Ao passo que, 6,9% responderam estar satisfeitos.

Questionados sobre as oportunidades de ser promovidos na escola, os professores do Liceu pesquisado responderam o seguinte: 18,5% responderam estar insatisfeitos, 29,6% muito insatisfeitos, e 22,2 totalmente insatisfeitos. Enquanto, 25,9% satisfeitos, 3,7% totalmente satisfeito.

Questionados como avaliam a satisfação a maneira como o Ministério da Educação realiza promoções do seu pessoal, os professores responderam estando insatisfeitos, tendo, 14,8% insatisfeitos, 18,5% muito insatisfeitos, e 63, % totalmente insatisfeitos. Enquanto, 3,7% totalmente satisfeito.

Questionados a satisfação sobre o número de vezes que já foi promovido no Ministério da educação, os professores inquiridos responderam: 10,7% insatisfeitos, 17,9% muito insatisfeitos, e 53,6% totalmente insatisfeitos. Enquanto, 17,9% estão satisfeitos.

Observando as respostas dos professores neste quesito, na generalidade, de modo geral podemos constatar que a maioria dos professores apresentam níveis de insatisfação com a questão a promoção no sector da educação.

Tabela 7: até que ponto concorda com as seguintes afirmações (1= totalmente satisfeito e 6= totalmente insatisfeito)?

	Total satisfeito	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Totalmente insatisfeito
a) O tempo que eu tenho de esperar para receber uma promoção	6,9	17,2	27,6	48,3	0	0
b) As oportunidades de ser promovido na escola	3,7	25,9	18,5	18,5	29,6	22,2
c) A maneira como o ministério de educação realiza promoções do seu pessoal	3,7	14,8	18,5	63,0	0	0
d) O número de vezes que foi promovido no ministério da educação	17,9	10,7	17,9	53,6	0	0

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

4.5. Satisfação com a formação contínua

Deste modo, observando as respostas dos professores inquiridos, relativamente a natureza nos temas, seminários ministrados na Escola responderam o seguinte: 25 % satisfeitos, 42,9% muito satisfeitos, e 7,1% totalmente satisfeitos, enquanto 14,3% responderam insatisfeitos e 10,7% totalmente insatisfeitos.

Questionados sobre a quantidade de bolsa de estudos oferecidas aos professores, responderam o seguinte: 3,7 % dos professores responderam estar totalmente satisfeitos. Ao passo que, 7,4% insatisfeitos, 11,1% muito insatisfeitos, e 77,8% responderam estar totalmente insatisfeitos.

Tabela 8: Até que ponto concorda com as seguintes afirmações (1=totalmente satisfeito e 6=totalmente insatisfeito)?

	Total satisfeito	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Totalmente insatisfeito
Natureza dos temas dos seminários ministrados na escola.	7,1	42,9	25,0	14,3	10,7	0
Quantidade de bolsas de estudo oferecidas aos professores pelo Ministério da Educação	3,7	7,4	11,1	77,8	0	0

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

4.6. Satisfação com os alunos

Questionados sobre a sustentação dos conhecimentos de base adquiridos pelos alunos nas classes anteriores, os professores inquiridos responderam o seguinte: 39,3 % satisfeitos, 10,7% muito satisfeitos e 14,3% totalmente satisfeitos, enquanto 21,4% responderam insatisfeitos, 10,7% muito insatisfeito e 3,6 totalmente insatisfeitos.

No que se refere ao empenho e dedicação dos alunos na resolução das tarefas e trabalhos escolares os professores inquiridos responderam o seguinte: 33,3 % satisfeitos, 11,1% muito satisfeitos e 22,2% totalmente satisfeitos, enquanto 22,2% responderam insatisfeitos 7,4% muito insatisfeito e 3,7 totalmente insatisfeitos.

No que se refere a questão da disciplina e assiduidade dos alunos os professores inquiridos responderam o seguinte: 29,6 % satisfeitos e 7,4% totalmente satisfeitos, ao passo que 29,6% responderam insatisfeitos, 18,5% muito insatisfeito e 14,8 totalmente insatisfeitos.

Tabela 9: Até que ponto concorda com as seguintes afirmações (1=totalmente satisfeito e 6=totalmente insatisfeito)?

	Total satisfeito	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Totalmente insatisfeito
Com os conhecimentos de base adquiridos nas classes anteriores.	14,3	10,7	39,3	21,4	10,7	3,6
Com empenho e dedicação na resolução das tarefas e trabalhos escolares	22,2	11,1	33,3	22,2	7,4	3,7
Com a disciplina,	7,4	29,6	29,6	18,5	14,8	0

pontualidade e assiduidade dos alunos.						
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: (Inquérito Aplicado aos Professores do Liceu 5114/20)

Considerações Finais

Nas conclusões procuraremos sintetizar os principais resultados, assumindo como referência os objectivos do estudo, tentando sempre que possível mobilizar as conceptualizações efectuadas por outros autores nos seus estudos, sobre os temas em análise.

Em função das questões de partida e dos objectivos definidos para o estudo, podemos concluir tendo em conta a caracterização dos níveis de satisfação dos professores em diferentes dimensões , regista-se um elevado nível de satisfação dos professores no que tange ao relacionamento com os colegas, tendo como referência as percentagens dos níveis de satisfação demonstrado pelos professores nos diferentes itens relacionados com esta dimensão, como a confiança em relação aos colegas, a quantidade de amigos, a maneira como se relaciona com os colegas, o tipo de amizade que os colegas demonstram por e a maneira como se relaciono com os meus colegas, uma vez que a média global do nível de satisfação com os colegas atingiu a ordem superior aos 70% . Este resultado sinaliza um óptimo ambiente de relações humanas entre os pares ou colegas no ambiente de trabalho.

No tange o grau de satisfação/insatisfação dos professores face aos salários conclui-se que os trabalhadores manifestam um grande descontentamento uma vez que a média percentual de insatisfação dos trabalhadores atingiu o valor superior aos 73%.

Já na dimensão que procurou aferir o grau de satisfação dos trabalhadores com as promoções no Ministério ou na escola, foi possível constatar um sentimento desfavorável em relação as políticas de promoção, uma vez que predominou a manifestação dos níveis de insatisfação com uma média de 66%. No que se refere aos processos de formação contínua, verificou-se uma opinião desfavorável por parte do corpo docente especificamente a questão das bolsas de estudo.

Em linhas gerais, podemos concluir baseando no enfoque multidimensional do estudo da satisfação no trabalho, que as dimensões ou níveis de análise da satisfação no trabalho que apresentam apreciação mais favorável dos trabalhadores são: a) a relação com os colegas. Já as dimensões de análise cuja apreciação é desfavorável são: a) os salários e, b) as políticas de promoção de promoção.

Referências Bibliográficas

Adair, J. (2000). *como tornar-se um líder*. São Paulo.: Nobel.

Alcobia, P. (2001). Atitudes e Satisfação no trabalho. In J. C. Ferreira, J. Neves, & A. Caetano, *Manual de Psicossociologia das Organizações* (pp. 281-306). Lisboa: McGrawhill.

Azevedo, A. J., & Medeiros, M. d. (2003). Satisfação no trabalho: Caso Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro. 1-18., disponível em http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo02REMS6.pdf :

- Chiavenato, I. (2003). *Introdução a teoria geral da administração : uma revisão abrangente da moderna administração das organizações*. Rio de Janeiro: Ltda.
- Crozier, M. (2011). Sociologia Europeia. In H. Becker, R. Boudon, J. Claud, & K. Philipe, *Sociologia Histórias, Ideias, Correntes* (pp. 145-151). Lisboa: Texto & grafia.
- Ferreira, J., & Falcão, S. (2001). Abordagem macro -sociais e critica das organizações. In N. J. J.M. Carvalho ferreira, *Manual de psicossociologia das organizações* (pp. 167-216). Lisboa : McGraw-Hill.
- Freixo, L. C. (2010). *Das fontes de Satisfação no trabalho à satisfação organizacional: estudo em duas empresas do sector metalúrgico do País*. Porto: Universidade do Fernando Pessoa.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas Editora.
- Jardin, D. A. (2007). *Teoria didática de liderança para a identificação dos aspectos que compõem a interação líder-liderado*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Levin, J. (1987). *Estatística aplicada as ciências humanas*. São Paulo: Harbra.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Marino, M. d. (1988). Abordagens teóricas à satisfação no trabalho: um balanço crítico. *Revista de administração de empresas* , 41-48.
- Marqueze, E. C., & Moreno, R. d. (2005). Satisfação no trabalho. Uma breve revisão. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* , 30, 69-79.
- Maximiano, A. A. (2004). *Introdução a administração*. São Paulo: AtlasS.A.
- Neves, J. (2001). Aptidões individuais e teorias motivacionais. In N. J. J.M.Carvalho Ferreira, *Manual de Psicossociologia das organizações* (pp. 255-306). Lisboa: McGraw-Hill.
- Oliveira, S. L. (2002). *Sociologia das organizações*. Rio de Janeiro: Thomson.
- Paraguay, M. M. (01 de 12 de 2003). satisfação e saúde no trabalho aspectos pontuais e metodológicas. *caderno de psicologia social de trabalho* , pp. 59-78.
- Robbins, S. P. (2005). *Comportamento organizacional*. Lisboa: Person Education Inc.
- Santos, B. (2012). *Satisfação no trabalho. O caso de um Banco*. Escola Superior de Ciências . Setubal: Instituto Politécnico de Setúbal.
- Vaz-Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica. Fundamentos , métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE ANGOLA NA INTERPOL NO COMBATE À CRIMINALIDADE INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE CASO.

Guilherme Paulo Domingos
Instituto Superior Politécnico Tocoísta

Mestre em Direito

Resumo

A criminalidade é um fenómeno presente em todo o mundo. As razões pelas quais um criminoso comete um crime devem suscitar uma profunda reflexão. É de facto importante, juntamente com outras áreas científicas como a psicologia, a sociologia, a filosofia, as ciências jurídicas e biomédicas, tentar perceber, por exemplo, quais as motivações que estão na base do cometimento de certo crime, o comportamento do criminoso e as reações da própria sociedade face a determinado facto ilícito. Todavia, o presente trabalho encarregar-se-á de fazer uma abordagem internacional do combate à criminalidade: estudo de caso a INTERPOL. Com base nesta perspectiva formulou-se a seguinte pergunta de partida: De que forma a inserção de Angola nas organizações internacionais pode contribuir no combate à criminalidade? Para dar resposta à pergunta formulada o trabalho tem como objectivo geral: Analisar a relevância da participação de Angola na INTERPOL no combate à criminalidade internacional. Compreendem objectivos específicos os seguintes: (1) Conceituar organizações internacionais e criminalidade; (2) Compreender a complexidade da detenção de infractores em fuga e (3) Apresentar os actuais contributos da Interpol no combate à criminalidade em Angola. O estudo é elaborado de forma descritiva, com uma abordagem qualitativa que resultou da revisão documental, bibliográfica e Web gráfica da qual se espera demonstrar a importância da inserção de Angola nas organizações internacionais de combate à criminalidade.

Palavras-chave: Organizações Internacionais; Interpol; criminalidade; Angola.

Abstract

Crime is a global phenomenon. The reasons why an individual commits a crime must provoke deep reflection. It is indeed important, together with other scientific fields such as psychology, sociology, philosophy, legal sciences, and biomedical sciences, to try to understand, for example, the motivations behind the commission of a specific crime, the behavior of the offender, and society's reactions to certain illicit acts. However, the present study aims to provide an international perspective on crime prevention: a case study of INTERPOL. Based on this perspective, the following guiding question was formulated: *How can Angola's integration into international organizations contribute to combating crime?* In order to answer this question, the general objective of the study is: To analyze the relevance of Angola's participation in

INTERPOL in the fight against international crime. The specific objectives include: (1) Defining international organizations and crime; (2) Understanding the complexity of arresting fugitives; and (3) Presenting the current contributions of INTERPOL in combating crime in Angola. This is a descriptive study with a qualitative approach, based on documentary, bibliographic, and web-based research. It aims to demonstrate the importance of Angola's involvement in international crime-fighting organizations.

Keywords: International Organizations; Interpol; Crime; Angola.

1. Introdução

A criminalidade é um fenómeno presente em todo o mundo. É infelizmente comum e indistigável, seja porque, nesta sociedade global, caracteristicamente informacional, os meios de comunicação social encontram no relato de comportamentos criminosos matéria de interesse para os seus consumidores, seja pelo contacto eminentemente presencial e pessoal, directamente ou indirectamente, com situações de assaltos, de homicídios, de abuso de menores, de corrupção, de ofensas à integridade física, branqueamento de capitais e de tantos outros crimes que criam insegurança, medo e desconfiança à restante população.

As razões pelas quais um criminoso comete um crime devem suscitar uma profunda reflexão. É de facto importante, juntamente com outras áreas científicas como a psicologia, a sociologia, a filosofia, as ciências jurídicas e biomédicas, tentar perceber, por exemplo, quais as motivações que estão na base do cometimento de certo crime, o comportamento do criminoso e as reacções da própria sociedade face à determinado facto ilícito. Todavia, o presente trabalho encarregar-se-á de fazer uma abordagem sobre A Relevância da Participação de Angola na INTERPOL no Combate à Criminalidade Internacional: Um Estudo de Caso.

Com base nesta perspectiva formulou-se a seguinte pergunta de partida: De que forma a inserção de Angola na INTERPOL pode contribuir no combate à criminalidade internacional?

Para dar resposta à pergunta formulada o trabalho tem como objectivo geral: Analisar a relevância da participação de Angola na INTERPOL no combate à criminalidade internacional. Compreendem objectivos específicos os seguintes: (1) Conceituar organizações internacionais e criminalidade; (2) Compreender a complexidade da detenção de infractores em fuga e (3) Apresentar os actuais contributos da INTERPOL no combate à criminalidade em Angola. O estudo é elaborado de forma descritiva, com uma abordagem qualitativa que resultou da revisão documental, bibliográfica e Web gráfica da qual se espera demonstrar a importância da inserção de Angola nas organizações internacionais de combate à criminalidade: estudo de caso a INTERPOL.

2. A criminalidade – uma realidade social

Nas sociedades actuais, a violência e agressividade fazem parte do dia-a-dia. Todos os dias somos inundados, através da televisão, da rádio e dos jornais de notícias que nos relatam cenários de actos criminosos, como furtos, roubos, violência extrema, crimes sexuais e crimes contra a vida em vários lugares do mundo em geral e em particular Angola. De facto, a banalidade que hoje se atribui a actos de violência e de criminalidade traz preocupações acrescidas para a sociedade no seu todo. Mas antes, é necessário definir o problema. Em que consiste afinal a criminalidade ou o crime?

Segundo Sousa (2006):

O crime é tudo aquilo que a lei o considera como tal. No entanto, as leis não são universais. Elas variam conforme as sociedades e a história que permeiam entre as disputas políticas e os processos culturais. O que implica dizer que os actos considerados de crime também variam de sociedade para sociedade (p. 27).

Em termos jurídicos, o crime pode ser caracterizado como toda a acção ou omissão típica, ilícita e culposa praticada por uma pessoa. No sentido formal é considerado crime o acto que viole

a lei penal incriminadora, e num sentido material, é crime a acção ou omissão¹² que se proíbe e que se procura evitar, atribuindo-lhe uma pena ao autor da mesma, na medida em que constitui uma ofensa a um bem jurídico individual ou colectivo juridicamente protegido.

Veja-se então, os seus elementos: a) Acção ou omissão: Significa que o crime é sempre praticado através de uma conduta positiva (acção) ou através de uma conduta negativa (omissão). Assim, tanto comete crime a pessoa que atinge outra com um tiro (por acção), como a mãe que deixa morrer um filho porque não lhe dá de comer (por omissão). b) Típica: Significa que a acção ou omissão praticada pelo sujeito deve estar tipificada, ou seja, deve corresponder a uma conduta descrita na lei como crime. Só assim, a conduta poderá ser punida criminalmente. c) Ilícita: Significa que a conduta positiva ou negativa, além de típica, deve ser antijurídica, contrária ao direito. É a oposição ou contrariedade entre o facto e o direito que justifica a antijuridicidade da mesma. d) Culposa: significa que apenas pode ser aplicada uma pena a alguém, quando tenha atuado com culpa, ou seja, a culpa é pressuposto da pena.

3. A cooperação Internacional Policial

A cooperação policial internacional tem como alicerce de seu desenvolvimento e aprimoramento a confiança e solidariedade mútua entre os Estados democráticos soberanos no combate à criminalidade organizada transnacional. Por certo, o processo de cooperação policial internacional visa ao estímulo do esforço de solidariedade recíproco e deve ser operacionalizado em um ambiente de bases neutras, seguras e confiáveis. O ambiente neutro, seguro e confiável é uma necessidade imposta pelas transformações sociais actuais intensificadas após o fenómeno da globalização económica e da globalização da criminalidade, onde a INTERPOL desempenha seu serviço.

Tudo sob a óptica dos parâmetros ideais, ou “*regras mínimas necessárias para o mínimo de sociabilidade (convivência) entre os Estados*”¹³, definidos por Hugo Grotius como o embrião necessário para a estruturação da comunidade internacional e sob o julgamento da doutrina do garantismo penal e das limitações impostas pelos direitos e garantias individuais dos seres humanos.

Assim, a INTERPOL pode e deve funcionar como facilitadora da cooperação policial internacional, na medida em que oferece um ambiente neutro, controlado, seguro e confiável que aumenta as possibilidades de troca de informações e experiências e de realização de acções operacionais internacionais conjuntas para o combate à criminalidade transnacional organizada.

Com efeito, ainda, a construção da confiança mútua exige dos países membros o exercício do valor solidariedade. A solidariedade é uma característica inerente e fundamental aos direitos protegidos por meio da cooperação policial internacional e significa uma relação entre os Estados que participam da INTERPOL e tem como objectivo a protecção de certos bens jurídicos. Por fim, a solidariedade é a atitude e esforço de um país membro para atender às solicitações de cooperação policial internacional do outro país demandante.

Destarte, Morchón (2002:281) afirma que “*a solidariedade incide sobre a organização jurídica da sociedade, cujo ponto de partida é o reconhecimento da realidade do outro e consideração dos seus problemas como susceptíveis de resolução pela intervenção dos poderes públicos*”¹⁴.

Para o autor *supracitado*, as relações internacionais devem sempre ser pautadas e impregnadas pela solidariedade, a fim de possibilitar a diminuição de obstáculos e a criação e estabelecimento de situações favoráveis para o aprimoramento e fortalecimento do processo de

¹² Vide art. 65º nº 2 da Constituição da República de Angola

¹³ GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Uni-Ijuí, 2004, p. 75.

¹⁴ MORCHÓN, Gregório Robles. **Ley y Derecho Vivo**. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

cooperação policial internacional, por meio da participação e do envolvimento dos órgãos estatais e poderes públicos. Ou seja, as relações internacionais devem ter em atenção os princípios da cooperação e da coordenação, isto porque segundo a teoria realista, o sistema internacional é anárquico, não pelo facto de existir desordem, mas pela ausência de um Estado-director.

Assim, a partir do estabelecimento de condições favoráveis para a cooperação policial internacional ocorreu o surgimento de diversas organizações policiais internacionais. Neste ínterim, cumpre mencionar a criação de organizações regionais com o mesmo intento da INTERPOL, isto é, cooperação policial internacional para a prevenção e repressão ao crime organizado transnacional, ainda que o âmago seja primordialmente regional, a exemplo da AMERIPOL e da EUROPOL, entre outras. Todavia, o cerne deste trabalho é a INTERPOL.

4. Fontes de Direito Internacional para a Cooperação Policial Internacional

Nesta aguerrida era de globalização da economia e do crime, de redefinição das balizas da soberania e progresso de conceitos e poder de jurisdição, a cooperação policial internacional subentende a afluência de pelo menos duas ordens jurídicas particulares cuja conexão se estabeleça sob a lógica da coordenação, ou seja, desde que não haja grau hierárquico entre elas. Isso aclara-se pelo facto de que a cooperação se funda, indirectamente, num mecanismo de protecção da territorialidade penal, justamente para preservar a soberania estatal na prossecução penal. Em princípio, como a jurisdição penal é monopólio do Estado, a cooperação policial internacional acaba por se tratar de uma medida tipicamente interestatal de ajuste entre dois ou mais Estados e suas ordens jurídicas.

Assim, tendo em conta que a cooperação policial internacional implica a articulação de, no mínimo, duas ordens jurídicas estatais distintas, sua principal fonte jurídica de suporte são os acordos e tratados internacionais celebrados entre os países cooperantes. Nesta ordem de ideia, a doutrina define Tratado Internacional como sendo um acordo de vontades, celebrados entre sujeitos de Direito Internacional, regido de forma escrita e que visam a produção de efeitos jurídicos.

Do ponto de vista legal, a Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados (CVDT), que também é um tratado internacional, define, no seu artigo 1º, Tratado Internacional, como *“um acordo internacional concluído por escrito entre os Estados, regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”*.

A Lei 4/11 (Lei sobre os Tratados Internacionais) diz no nº 2 do artigo 1º que *considera-se tratado internacional, qualquer acordo de vontades concluído por escrito entre o Estado angolano e outros Estados ou outros sujeitos do Direito Internacional, destinado a produzir efeitos jurídicos e regido pelo Direito Internacional, quer seja consignado num instrumento único, quer em dois ou em mais instrumentos conexos, e qualquer que seja a sua denominação particular*.

Os acordos e tratados internacionais existem desde a Antiguidade, porém somente se consolidaram como fonte primária do Direito Internacional na segunda metade do século passado. Decerto, os acordos e tratados internacionais são os principais instrumentos jurídicos de articulação entre Estados soberanos no âmbito de suas relações internacionais. Outrossim, a presença da soberania é característica distintiva do tratado das demais espécies de actos jurídicos celebrados pelos Estados. Por isso, a soberania é característica fundamental, sem a qual a manifestação de vontade do Estado no tratado não produziria efeitos jurídicos nas relações internacionais.

Nesse sentido, Emmer de Vattel asseverou que o tratado *“é um pacto feito entre soberanos em vista do bem público, seja para a perpetuidade, seja para um período considerável”*¹⁵. De todo modo, os tratados sempre estiveram enraizados nos princípios *pacta sunt servanda* e da boa-fé. A propósito disto, a própria Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados (CVDT), é

¹⁵ VATTEL, Emmer de. O direito das gentes. Brasília: UnB, 2004, p.274

contundente no seu artigo 26º, que: “*todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé*”.

Destarte, como forma de conferir maior legitimidade e segurança à cooperação policial internacional, cada vez mais a Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL tem buscado a adesão de novos países membros, bem como a celebração de tratados e convenções sobre o tema.

Outra fonte de Direito Internacional para a cooperação policial internacional é o costume internacional. Nesse sentido, por exemplo, o artigo 38º, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, define o costume internacional como “*prática geralmente aceite como direito*”. Nesta senda, Malcolm N. Shaw assevera que:

Em qualquer sociedade primitiva, certas regras de comportamento emergem e prescrevem o que é permitido e o que não é. Tais regras se desenvolvem quase que subconscientemente dentro do grupo e são mantidas pelo grupo por pressões sociais e com o auxílio de outros vários mecanismos mais tangíveis. Eles não são, pelo menos nos períodos mais remotos, escritos ou codificados, e sobrevivem ultimamente em função daquilo que pode ser chamado de aura de legitimação histórica.

Com o desenvolvimento da comunidade, esta moderniza seus códigos de comportamento através da criação de arcabouços legais, como cortes e legislação. O costume, pelo qual o processo original pode ser descrito, permanece ou pode até evoluir. É visto como uma autêntica expressão das necessidades e valores da comunidade num determinado período¹⁶.

Assim, para a caracterização do costume internacional é necessária sua utilização prática, repetidamente, e com a convicção de que a conduta é certa e legal.

A combinação dessas duas características, a saber: a prática reiterada e o conceito jurídico positivo são fundamentais para a caracterização da prática internacional como costumeira.

5. A Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL

Antes de discorrer sobre a Organização Internacional de Polícia Criminal, doravante INTERPOL, faz-se necessário definir o conceito de organização internacional. Não existindo unanimidade, faremos recurso ao conceito de organização internacional apresentada por Angelo Piero Sereni *apud* Lucamba¹⁷:

Organização internacional é uma associação voluntária de sujeitos de Direito Internacional, constituída mediante tratado internacional e regulada na relação entre as partes por normas de Direito Internacional, e que se concretiza numa entidade de carácter estável, dotada de um ordenamento jurídico interno próprio e de órgãos próprios, através dos quais prossegue fins comuns aos membros da organização, mediante a realização de certas funções e o exercício dos poderes necessários que lhe tenham sido conferidos.

A INTERPOL surgiu por meio da criação da Comissão de Polícia Criminal Internacional, com sede em Viena, Áustria, em 1923. Ela não é uma agência policial comum, uma vez que não cumpre mandados de prisão, nem possui presídios. O que a INTERPOL faz é servir como um elo entre os aplicadores da lei de um país com os de outro, ou seja, é uma espécie de “ponte” entre os países em prol do combate ao crime. Caso um suspeito da polícia angolana esteja na Itália, por exemplo, é a INTERPOL que é acionada, e não as autoridades policiais italianas directamente.

Para o efeito, a Organização Internacional conta com uma enorme base de dados de pessoas procuradas em todo o mundo, impressões digitais, informações de passaportes e até amostras de ADN (ácido desoxirribonucleico). Angola foi admitida na organização em 1982, durante a realização da 51ª sessão da Assembleia Geral da INTERPOL, realizada no dia 6 de outubro, em Torre Molinos, Espanha. Actualmente a organização conta com mais de 190

¹⁶ SHAW, Malcolm N. *International Law*. Cambridge: University Press, 2008, pp. 72-73.

¹⁷ LUCAMBA, Paulino. *Direito Internacional Público*. 3ª Edição. Lobito: Escolar Editora. 2014, p. 202.

membros e sua sede está em Lyon, França. A organização visa o combate aos diversos tipos de crimes.

6. Estrutura e funções dos órgãos da INTERPOL

A semelhança das demais organizações internacionais de cooperação, a INTERPOL também comporta na sua estrutura: uma Assembleia Geral, um Comité Executivo e uma Secretaria Geral.

O artigo 5º do Tratado da INTERPOL apresenta a estrutura orgânica composta pelas seguintes entidades permanentes: Assembleia Geral, Comité Executivo, Secretaria Geral, Escritório Central Nacional, Conselheiros, Comissão para o Controlo de Arquivos. No presente artigo serão apresentadas apenas as funções da Assembleia Geral, do Comité Executivo e da Secretaria Geral¹⁸.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão directivo supremo da INTERPOL e reúne-se uma vez por ano, quando toma todas as decisões importantes de política geral.

Embora as delegações dos países membros possam ser compostas por vários indivíduos, deve-se indicar um *chefe de delegação*, o qual será o responsável por expor as posições de seu país nas votações. A título de exemplo, uma delegação chefiada pelo Ministro do Interior de Angola, Eugénio Laborinho acompanhado do então Comandante Geral da Polícia Nacional Paulo Gaspar de Almeida, participaram de 23 a 25 de novembro de 2021, na 89ª Sessão da Assembleia Geral da INTERPOL que teve lugar em Istambul, República da Turquia¹⁹. Nas Assembleias Gerais cada país tem apenas um voto e todos os votos têm o mesmo valor.

O Tratado ou a Constituição da INTERPOL estabelece no seu artigo 8º as atribuições da Assembleia Geral:

- Estabelecer os princípios norteadores e as diligências cabíveis para o alcance eficiente dos objectivos da organização;
- Examinar e aprovar o programa geral de actividades preparado pela Secretaria Geral para desenvolvimento no próximo ano;
- Eleger os membros do Comité Executivo, Secretário Geral e decidir sobre o ingresso de novos países membros;
- Determinar a política orçamentária e financeira da organização;
- Examinar e aprovar acordos e tratados internacionais com outras organizações;

b) Comité Executivo

O Comité Executivo, dirigido pelo Presidente da INTERPOL, é o órgão de supervisão e controlo da execução das decisões tomadas pela Assembleia Geral. Assim, cabe ao Comité Executivo a comprovação e fiscalização da execução das deliberações ocorridas em Assembleia Geral pelos países membros.

Ademais, cabe ao Comité Executivo a supervisão do trabalho e a administração do Secretário Geral, a preparação da agenda de discussão das Assembleias Gerais.

O Comité Executivo é composto por treze membros, sendo eles: o Presidente, cujo mandato é de quatro anos, três vice-presidentes, com mandatos de três anos, e nove representantes vogais, com mandato de três anos.

Todos os membros do Comité Executivo pertencem a regiões e países distintos, obedecendo à proporcionalidade geográfica assegurada no artigo 15º, da Constituição da INTERPOL, a saber: Américas, África, Ásia, Europa e Oriente Médio.

A eleição do presidente e dos três vice-presidentes se dá por maioria de dois terços, devendo cada um dos eleitos pertencer a continentes distintos, vedada a nova candidatura no período imediatamente subsequente para qualquer posto no Comité Executivo.

¹⁸ Para mais detalhes sobre as funções dos demais órgãos da INTERPOL, vide a Constituição da INTERPOL.

¹⁹ Repórter Angola: Livre, Imparcial e Independente. Acesso aos 08.05.2022 pelas 12h08'

No exercício de suas atribuições, os membros do Comité Executivo devem agir como representantes dos interesses da INTERPOL e não como representantes de seus respectivos países.

c) Secretaria Geral

A Secretaria Geral da INTERPOL, está sediada como dito anteriormente, na cidade de Lyon, na França, e é composta pelo Secretário Geral e pelo pessoal técnico e administrativo de mais de oitenta países a quem é confiado o trabalho de expediente, diário e rotineiro da organização.

A Secretaria Geral funciona vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante trezentos e sessenta e cinco dias por ano, em regime de plantão, em seus diversos escritórios regionais, seguindo a luz do sol, e atende demandas de cooperação policial internacional em quatro idiomas oficiais, a saber: árabe, espanhol, francês e inglês.

Compete à Secretaria Geral, dentre outras atribuições previstas na Constituição da INTERPOL²⁰:

- a) Centralizar informações criminais internacionais e técnicas operacionais para compartilhamento com os diversos Escritórios Centrais Nacionais (ECN'S);
- b) Garantir a administração eficaz e eficiente da organização;
- c) Produzir publicações em assuntos de interesse da organização;
- d) Servir como referência internacional no combate aos crimes ordinários;

O Secretário Geral é o mais alto funcionário com tempo integral dedicado à organização e é o chefe executivo da mesma, encarregando-se de supervisionar o trabalho diário de cooperação policial internacional realizado pela INTERPOL e pôr em prática as decisões estratégicas tomadas pela Assembleia Geral e pelo Comité Executivo.

7. As Circulares e Difusões da INTERPOL

As Difusões Internacionais (*Notices*), bem como as Circulares, são ferramentas de grande valor e importância para alertar os policiais dos países membros sobre fugitivos, suspeitos de terrorismo, criminosos perigosos, criminosos habituais, pessoas desaparecidas, fugas em massa de presídios, armas dissimuladas e novos métodos de prática de crimes.

Nos tempos hodiernos, a INTERPOL expede e publica sete tipos diferentes de Difusões Internacionais codificadas por cores, a saber: difusão vermelha, difusão azul, difusão amarela, difusão verde, difusão laranja, difusão roxa, difusão preta, além da Difusão Especial INTERPOL-ONU, a qual versa sobre indivíduos sujeitos a sanções das Nações Unidas por participação em actividades terroristas ligadas aos grupos Al-Qaeda e Talibã.

Desta feita, para o presente trabalho iremos esmiuçar apenas a difusão vermelha porquanto é a única cuja finalidade é a localização de suposto criminoso.

a) Difusão Vermelha – *Red Notice*

A Difusão Vermelha é publicada com a finalidade de localizar um criminoso, visando a sua prisão para extradição.

Os países membros, por meio de seus Escritórios Centrais Nacionais – ECN's e os Tribunais Penais Internacionais – TPI's – *International Criminal Courts – ICC* –, têm legitimidade activa garantida para a solicitação de expedição e publicação de uma Difusão Vermelha.

Para a solicitação de expedição e publicação de uma Difusão Vermelha são essenciais as seguintes informações e os seguintes documentos:

- Nome completo, sexo, data de nascimento e nacionalidade;
- Enquadramento em tipo penal e artigo de lei que descreva pormenorizadamente a conduta delituosa do autor do crime;
- Sentença imposta ou pena máxima aplicável e respectivo prazo prescricional;
- Local e data ou período do facto criminoso;

²⁰ Artigo 15º da Constituição da INTERPOL.

- Informação judicial, com breve explicação sobre o crime investigado, contendo a descrição do facto delituoso, suas circunstâncias e a participação do procurado na prática delituosa;
- Cópia do mandado de prisão contendo dados do juiz e do processo criminal;

Além das informações obrigatórias para a publicação da Difusão Vermelha, a INTERPOL elenca como importantes e muito úteis outros dados sobre o fugitivo e eventual localização, tais como:

- Fotografias, perfil genético e impressões digitais;
- Descrição física do procurado;
- Documentos do procurado, tais como o documento internacional de viagem, passaportes, carteira de motorista ou carta de condução, certificado de reservista, entre outros;
- Indicação de quais idiomas o procurado utiliza;
- Países que costuma frequentar;
- Nomes dos pais, de cúmplices ou de empresas relacionadas ao procurado.

8. Contributo da INTERPOL no combate à criminalidade em Angola

Como aludido ao longo do presente trabalho, a INTERPOL não é uma polícia, mas uma organização internacional de polícia criminal composta por pouco mais de 190 Estados-membros. Assim, o então delegado para África do Comité Executivo da INTERPOL, Destino Pedro Nsevilu, disse em entrevista ao Jornal de Angola²¹ (24.09.2019) que a “INTERPOL tem contribuído bastante neste quesito”. O ex-delegado continuou dizendo que uma das contribuições foi *a colocação à disposição das autoridades policiais angolanas, de todas as bases que a organização possui, bem como toda a informação produzida por outras polícias pertencentes à mesma. Só o acesso a essas informações é já um grande instrumento importante para o combate à criminalidade doméstica e transnacional. Também disponibilizam informações de indivíduos, potenciais criminosos, que pretendem entrar para o nosso país, com a finalidade de praticar actos criminosos. Hoje, há muitas tipicidades criminais no país, já vividas e experimentadas por outros países, que, agora, disponibilizam informações sobre como as resolveram. A INTERPOL tem as maiores bases policiais do mundo. Outra área em que a organização muito se empenha é a formação. A INTERPOL promove várias formações, para fazer com que todas as autoridades policiais tenham a mesma competência ou estejam alinhadas às novas formas e métodos de combate à criminalidade, sobretudo a emergente.*

Destarte, importa referir que as Relações Internacionais são muito importantes para um mundo cada vez mais globalizado. Porquanto é por meio delas que os Estados podem unir esforços para um mesmo objectivo. Não obstante, a Sociedade internacional é regida por quatro princípios basilares emanados da Paz de Westfalia²², soberania (superioridade interna e insubmissão externa); igualdade em direitos e obrigações; não ingerência nos assuntos internos de outros Estados e o Pacta Sunt Servanda (respeito pelos compromissos internacionais). Logo, é extremamente importante que os Estados de sua livre e espontânea vontade busquem soluções para problemas comuns.

É ponto assente que nenhuma polícia, por mais capaz que seja, por mais meios que tenha, nos dias que correm, será capaz de sozinha, combater à criminalidade nas suas variadas formas. Neste interim, segundo publicado no novo jornal²³, 7 angolanos estão na lista vermelha da INTERPOL por envolvimento em assassinato, sequestro, roubo, e porte ilegal de arma de fogo.

²¹<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/cidadaos-que-sairam-do-pais-para-se-livrar-da-justica-podem-ser-capturados-2/> acesso aos 09.05.2022, pelas 9h32'

²² CARNEIRO, H. Guerra dos Trinta Anos. História das guerras, 2006, pp. 163-187.

²³ www.novojornal.co.ao. Edição nº 729 de 01 de Abril de 2022

Por outro lado, é necessário que o Estado angolano esteja comprometido com o combate à criminalidade porque a INTERPOL, apenas ajuda na detenção dos foragidos, ela não prende cabendo assim ao Estado angolano este direito. Logo, somos de opinião de que deve haver uma combinação de esforço entre a Organização e o Estado angolano no sentido de se combater de facto a criminalidade em Angola.

9. Conclusão

Após o término do processo de elaboração do presente trabalho, realizado com o desígnio de responder à questão de partida, conclui-se que a inserção de Angola nas Organizações Internacionais de combate à criminalidade, neste caso concreto a INTERPOL, é de capital importância na medida em que as autoridades policiais angolanas se servem de todas as bases da organização, bem como toda a informação produzida por outras polícias pertencentes à mesma. O acesso a essas informações é um instrumento importante para o combate à criminalidade doméstica e transnacional.

Porquanto se Angola não fosse parte desta organização não poderia ter acesso às mesmas uma vez que o país não figuraria na lista de membros da organização. Por outro lado, tem a questão da aplicação da lei no espaço²⁴. Neste ínterim, respeitando os princípios da soberania, igualdade e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, os foragidos que tenham cometido qualquer crime em solo angolano poderão eventualmente ser extraditados quando acionados todos os dispositivos legais da INTERPOL, isto porque Angola tem assinado e ratificado o tratado constitutivo da Organização.

²⁴ O Artigo 4º do Código Penal angolano diz que a lei penal angolana é aplicável a factos total ou parcialmente praticados em território angolano ou abordo de navio ou aeronaves de matrícula ou sob pavilhão angolanos, independentemente da nacionalidade do agente, salvo convenção ou tratado internacional em contrário.

10. Referências bibliográficas

- Carneiro, H. Guerra dos Trinta Anos. História das guerras. (2006).
- Davin, J. A criminalidade organizada transnacional: a cooperação judiciária e policial na UE (2001). (2ª Ed.) Coimbra: Almedina,.
- Grotius, H. O direito da guerra e da paz (2004). Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Uni-Ijuí,.
- Lucamba, P. Direito Internacional Público (2014). (3ª edição). Lobito: Escolar Editora,.
- Morchón, G. R. Ley y Derecho Vivo (2002). Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales,.
- Rezek, J. F. Direito Internacional Público: curso elementar (2005). São Paulo: Saraiva (10ª Ed.) Rev. e Atualizada,.
- Shaw, M. N. International Law (2008). Cambridge: Cambridge University Press,.
- Sousa, A. discurso de abertura do simpósio internacional sobre a protecção jurisdicional dos direitos da criança angolana. (2006).
- Vattel, E. de. O direito das gentes (2004). Brasília: Ed. Universidade de Brasília,.
- Werner, G. C. O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas (2009). São Paulo: Universidade de São Paulo,.

Tratados Internacionais

- Constituição da INTERPOL de 1923
- Convenção de Viena de 1969 sobre Direito dos Tratados
- Estatuto da Corte Internacional de Justiça
- Lei 4/11 Lei sobre Tratados Internacionais

MOTIVAÇÕES PSICOSSOCIAIS O ABUSO SEXUAL À MENORES

Herman Manuel

Instituto Superior Politécnico Tocoísta

Psicólogo Clínico e forense

psiquehermanmanuel@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como foco abordar a questão do abuso sexual contra menores, destacando a contribuição de diversas correntes de teorias psicológica, biológicas e sociais que tiveram impacto na compreensão do acto abusivo. O objectivo principal da pesquisa é compreender as motivações psicossociais que influenciam o abuso sexual à menores. Para o efeito, foram inqueridos 60 indivíduos em cumprimento de pena privativa de liberdade pelo crime de abuso sexual de menores, numa população de aproximadamente 600 detentos. A pesquisa é quantitativa, apoiando-se no modelo descritivo para explicar os factos, sendo que foram aplicadas diversas técnicas para recolha de dados, nomeadamente a inquérito e análise documental. Como resultado da pesquisa, foi possível perceber que muitos factores contribuem para surgimento do abuso sexual a menores em angola, destacando-se a falta de ocupação seria, exposição excessiva a filmes pornográficos, as crenças sobrenaturais, bem como facilidade de acesso a vítima e oportunismos ambientais. Nos últimos anos temos visto casos e mais casos de crianças vítimas de abuso sexual que têm vindo à tona, no entanto, a incidências pode ser bem maior do que as estatísticas nos mostram.

Palavras-chaves: abuso sexual, crianças, adolescentes

Resume

This article focuses on addressing the issue of sexual abuse against minors, highlighting the contribution of several currents of psychological, biological and social theories that had an impact on the understanding of the abusive act. The main objective of the research is to understand the psychosocial motivations that influence sexual abuse of minors. To this end, 60 individuals were investigated serving a sentence of deprivation of liberty for the crime of sexual abuse of minors, in a population of approximately 600 detainees. The research is quantitative, based on the descriptive model to explain the facts, and several techniques for data collection were applied, namely the investigation and document analysis. As a result of the research, it was possible to perceive that many factors contribute to the emergence of sexual abuse of minors in Angola, highlighting the lack of serious occupation, excessive exposure to pornographic films, supernatural beliefs, as well as ease of access to the victim and opportunism. environmental issues. In the last few years, we have seen cases and more cases of child victims of sexual abuse that have surfaced; however, the incidences may be much greater than the statistics show us.

Keywords: sexual abuse, children, teenagers

1. Introdução

A violência e o surgimento da criminalidade de uma forma geral, são fenómenos que nos remetem à história da humanidade. Desde a pré-história, pelos mais diversos motivos, os homens mostraram-se agressivos, entretanto, a violência vem dilatando com o decorrer do tempo, variando desde a violência física, psicológica e até mesmo violência sexual. Nos últimos tempos,

especialmente no nosso contexto, temos nos deparados com uma maior incidência desta última forma de violência (Sexual), por sua vez ela vem sendo perpetrada em todos os lugares do mundo, em todas as classes socioeconômicas, sendo fenômeno complexo, com multiplicidade tanto de causas quanto de consequências para a vítima.

A presente pesquisa visa abordar sobre a problemática do abuso sexual contra menores (crianças e adolescentes), que nos últimos tempos têm sido os principais alvos desta prática, colocando assim em causa o seu normal desenvolvimento cognitivo, físico e até mesmo social. O abuso sexual à criança é caracterizado pelo processo onde um ou mais adultos, homo ou heterossexuais são responsáveis por envolver crianças ou adolescentes em práticas eróticas com a intenção de estimulá-las sexualmente ou utilizá-las na obtenção de satisfação sexual

Tendo em conta a dimensão, a magnitude e as repercussões deste problema no processo de crescimento dos menores, bem como de suas famílias e da sociedade em geral, uma vez que a nossa sociedade também não escapa desta realidade, nos sentimos na responsabilidade de realizar o presente trabalho, de modo a percebê-lo melhor e dar a nossa contribuição para a solução do mesmo problema no nosso meio.

2. Revisão teórica

Neste tópico procuramos trazer um conjunto de teorias que visam explicar a ocorrência do abuso sexual a menores, das quais podemos destacar as seguintes. Teorias psicanalíticas; Teoria da aprendizagem social; Teorias psicofisiológicas; Teorias sociológicas; Teoria das quatro pré-condições.

2.1. Teorias psicanalíticas

Os primeiros estudos feitos com vista a explicar o comportamento dos abusares sexuais contra crianças e adolescentes foram as teorias psicodinâmicas, cujo seu ponto de partida consistia em que, o adulto não tinha segurança para se relacionar com outros adultos e que tal disfunção ocorre em consequência a um conflito edípico não resolvido.

Dentro da psicanálise existem três perspectivas de maior realce no estudo do abuso sexual a menores que são: A Teoria de Freud, a Teoria do Eu e a teoria da Perversão.

Teoria inicial de Freud – Segundo Fávero (2003), Freud sofreu uma tal pressão social aquando da sua primeira teoria acerca do abuso sexual, a qual o fizeram mudar para a teoria do complexo de Édipo, que se caracteriza pelo desejo de ter em posse o progenitor de sexo oposto, e consequentemente, matar o progenitor do mesmo sexo, no plano das fantasias. Para ter uma continuidade de modo saudável do seu desenvolvimento psicosexual, a criança deve solucionar os conflitos gerados por suas fantasias, sob pena de que estes mais tarde venham a se transformar em problemas de ordem psicológicas na vida adulta, sobretudo fixação e regressão (Fávero, 2003).

Uma experiência sexualmente negativa poderia ter a possibilidade de impedir o normal processo de maturação sexual do indivíduo, ou ainda o induzir a uma repetição compulsiva da situação original sob forma de tentar alterar o resultado (Finkelhor 2008).

Regressão como um mecanismo de defesa do Ego, segundo o qual, perante situações de conflito, o indivíduo prefere regredir a estados libidinosos mais satisfatórios para si, o que pode provocar, segundo a psicanálise, distúrbios do comportamento.

Podemos aqui entender que o indivíduo regressivo é aquele que chegou a atingir um desenvolvimento sexual normal, com interesse nos outros adultos, mas que, devido a inadaptação a alguma situação estressante, dirige os seus interesses sexuais a crianças e/ou adolescentes.

Fixação - O abuso sexual por sua vez, consumado pode acarretar consigo problemas de ordens diversas, entretanto, dentre os problemas psíquicos que podem ser causados pelo abuso sexual, para Freud, o que mais carece da nossa apreciação é a fixação.

Para Freud (Citado por França, 2010), a Fixação é manifestada por intermédio da repetição que, por sua vez, a descreveu como o modo de recordar os conteúdos recalçados no

inconsciente: O indivíduo não consegue recordar coisa alguma do que aconteceu, mas o expresso propriamente pela actuação. Ele o expressa não como recordação, mas sim como acção. Repete espontaneamente o acontecimento sem ao menos saber que esta repetindo (França 2010).

Para Fuks (2005), o trauma sexual na mais tenra idade pode causar sérios problemas a nível das instâncias psíquicas, ego e superego, ainda em processo de maturação, podendo assim acarretar consigo a desarticulação de dois sistemas de funcionamento do sistema do sujeito e, conseqüentemente, causar um comprometimento da relação do indivíduo consigo mesmo e com o meio que o circunda.

A incapacidade de simbolização dos incidentes traumáticos devido à debilidade psíquica gera ruptura psíquica na criança. As impressões, sentimentos e experiências ficam enterradas no interior da criança, sendo conseqüentemente possível a sua expressão por intermédio de actuações e somatizações, ou até mesmo por manifestações delirantes (Fuks, 2005).

Portanto, a repetição diante destes acontecimentos teria surgido como um fenómeno que não tem como função prioritária a satisfação libidinal (gratificação sexual), mas sim, como tentativa de ultrapassar ou dominar as experiências desagradáveis vividas diante o abuso sexual sofrido.

Teoria do Eu - A psicanálise se esforça na tentativa de compreender o desenvolvimento do Eu em sua luta pela existência. Assim, para a psicanálise, o recém-nascido é incapaz de distinguir o seu Eu do mundo externo, não há o sentimento da realidade como a fonte das sensações. O primeiro momento em que o Eu percebe o mundo externo é através do desprazer, quando uma fonte de prazer lhe é subtraída. Essa forma de funcionamento do aparelho mental tem um enorme papel no desenvolvimento do Eu, como a instância que surge para distinguir o mundo interior do mundo exterior (De Souza, 2010).

Desta feita, para Freud (Citado França, 2010) o Eu pode ser entendido como essa consciência segura, firme que nos permite discernir nossa interioridade, nossos sentimentos e pensamentos da realidade que nos cerca, o mundo exterior.

Assim, esta teoria supõe que determinados indivíduos não desenvolveram uma noção saudável do *self* (Eu), de tal modo que não têm a clara ideia de si mesmo, identificando, portanto, com as crianças (Fávero, 2003).

Um dos factores mais importantes que força o Eu a se separar dos estímulos da realidade é a sua luta constante com o desprazer. O Eu se fragmenta, tem a tendência de isolar de si todo elemento que se pode tornar fonte de desprazer. Dessa forma, surge um puro Eu que busca o prazer e evita a dor, mas que sofre com o conflito com o mundo real (De Souza, 2010).

Nesta linha de pensamento Fraser e Howells (Citados por Fávero, 2003), apoiaram-se na noção de inversão narcisismo, que significa que o adulto continua apaixonado pela criança que foi e, é devido à impossibilidade de dar continuidade a esta relação consigo mesmo, projecta-o para outras crianças, transformando-as no seu objecto de amor.

Logo, o que esta teoria se propõe a explicar, o que os agressores procuram nas crianças e adolescentes é mais do que uma relação de poder, admiração, intimidação ou coisa parecidas, mas sim, uma continuidade da relação de amor com a criança que ele algum dia foi.

Perversão - O conceito de perversão dentro do contexto da psicanálise atravessou uma longa trajectória antes de conseguir a autonomia como estrutura clínica desprovida de conteúdos morais ou ideológico.

No século XX, o desviado como conceito surgia em oposição do binómio Sexualidade-procriação. Sendo assim, toda conduta humana sexual que não visava a reprodução e eventualmente a satisfação do prazer obtido dentro da norma era censurada. Por outro lado, a partir dos três ensaios da teoria sexual (1905), a análise freudiana adoptou outra concepção de perversão, subvertendo-se mesmo a ideia popular dominante naquela época (Tendelarz e Garcia, 2013).

Para Freud (citado por Valas, 1990), o objecto normal sexual é definido pela união das partes sexuais, portanto, toda e qualquer actividade que se desvie deste fim para obtenção da satisfação sexual pode ser encarada como perversão.

Tal como vulgarmente usada a perversão em psicanálise se refere a determinados comportamentos sexuais pouco habituais, com vista a obtenção do prazer. Comportamento que vão desde satisfação por intermédio de determinadas partes do corpo, peças de roupa, determinadas situações da vida ou até mesmo atracção por crianças em idade pré-púberes, que é o nosso foco de estudo.

Portanto, dá-se aqui uma supervalorização libidinal por parte do indivíduo ao seu objecto sexual, de sorte que não se pode prosseguir com uma actividade prazerosa sem a integração do mesmo, podendo em casos mais específicos, o indivíduo descorar do próprio acto sexual de modo a fixar-se nas fantasias (*voyeur* por exemplo) para obtenção do prazer.

A essência da perversão parece estar sustentada por três eixos: a clivagem do ego, a recusa da castração e o teatro erótico.

A clivagem do ego é um mecanismo que pode muito bem ser ilustrada pelo fetichismo. Podemos entender o processo de clivagem como um fenómeno mental, com fins defensivos, que acontece no ego. Trata-se da coexistência de duas disposições mentais em relação a um aspecto da realidade. As duas atitudes psíquicas coexistem ao mesmo tempo, uma levando em conta o aspecto da realidade em questão, enquanto a outra a nega e coloca em seu lugar desejo relacionado com o aspecto da realidade em pauta (França, 2010).

Portanto, a clivagem do ego, mostra como é possível que duas ideias totalmente diferentes possam conviver, numa mesma estrutura psíquica, sem se influenciarem mutuamente. Este processo pode servir para explicar determinados casos surpreendentes em que um sujeito aparentemente pacífico, trabalhador e honesto é descoberto como abusador de crianças.

A recusa é um mecanismo de defesa que tem por característica negar uma percepção traumatizante da realidade exterior (Valas, 1997).

Para a psicanálise, todo o perverso tem uma percepção um quanto particular da realidade, logo, a realidade recusada por é tudo aquilo que se opõe à realidade de seu desejo. O fenómeno da recusa pode nos dar certos subsídios para entender casos em que o agressor admite que a vítima gostou da agressão, ou até mesmo foi ela quem de forma indirecta teve uma participação activa para o surgimento do abuso sexual.

Teatro erótico - Para Finkelhor (1976), as actuações sexuais do perverso genericamente são pobres e repetitivas, um verdadeiro “teatro erótico” que serve simplesmente para ajudá-lo a reinventar a cena primária. Este processo de repetição, pode explicar determinados casos em que os agressores relatam já terem sido vítimas de abuso sexual, tencionando assim através do acto a repetição do acontecimento inicial.

Portanto, a motivação para o abuso sexual de menores, segundo a psicanálise, teria sua fonte em vivências sexuais marcantes no processo de maturação psicosexual, que por se revelarem perturbadoras, são reprimidas no inconsciente. Desta forma, os abusadores seriam, em geral, consequência desse desenvolvimento psicosexual deficitário.

Assim, uma das grandes limitações desta teoria é a sua focalização apenas nas dificuldades do desenvolvimento individual, principalmente nos aspectos psicopatológicos vinculados ao perpetrador do abuso, desconsiderando os factores sociais e culturais. Por outro lado, é nos difícil acreditar nos relatos dos próprios abusadores sexuais sobre supostos abusos que sofreram no passado quando tais informações somente os beneficiam.

Aprendizagem Social

A perspectiva freudiana como é sabido, enfatiza a importância dos impulsos e motivos inconscientes na determinação do comportamento, a ponto de desvalorizar as intenções conscientes do sujeito, bem como a aprendizagem que o indivíduo pode adquirir do meio que o circunda.

Assim, por outro lado, o fundamento geral da aprendizagem social supõe que, o comportamento pode ser aprendido ou regulado através da observação de um modelo, não necessitando de anteriormente ter vivido experiências de castigo ou gratificação (La Rosa, 2003).

A título de exemplo da aprendizagem por modelagem, podemos tomar como referência os relatos que na tradição cabo-verdiana existe famílias em que é o progenitor sempre o primeiro a

ter relações sexuais com as suas filhas. Este comportamento é transmitido aos membros da família geracionalmente, fazendo com que os demais pudessem agir de semelhante modo (Ferri, 1931).

Assim, mesmo sem necessariamente passar por experiência de vitimização, o indivíduo acaba por aprender por intermédio da imitação que a prática sexual com menores é uma prática normalmente aceite.

Deste modo, os pensadores desta área concluíram que, os agressores apresentam distorções de aprendizagem concernente ao abuso sexual, a relação sexual com crianças ou adolescentes, os seus efeitos, etc. Sendo assim, tais alterações de percepção acabam por fazer com que os agressores interpretam como sexual, qualquer manifestação de afeição vindo de uma criança ou adolescente (Fávero, 2003).

Um outro exemplo prático que se enquadra nesta teoria, surge aqueles casos em que o agressor interpreta a falta de resistência expressa da vítima como um acto de participação activa no abuso. Evidentemente, em determinados casos se tem verificado a falta de resistência por parte do menor, porém, tal falta de resistência deve-se a vários factores, mas nenhum coincidente com a (falsa) percepção do agressor em causa.

Estes autores defendem que o processo de modelagem pode ser feito através da própria experiências de vitimização do indivíduo, no qual este aprende que a interacção sexual entre crianças e adultos é apropriada.

Através das experiências de abuso sexual, A criança acaba por aprender determinada linha de comportamento sexual inadequado e inadaptativo, isto é, uma vez abusado sexualmente, a criança pode aprender que a agressividade instrumental pode ser usada como meio de obtenção de gratificação sexual. Este tipo de aprendizagem pode resultar em repetição da sua vitimização e consequentemente o abuso de outras crianças futuramente.

Como é claro, mais uma vez acabamos por nos deparar com o binómio vítima-agressor. Logo, é importante evidenciar que as explicações apresentadas por este modelo geram também uma vasta gama de interrogações ao relacionar o abuso sexual a menores com experiências sexuais pré-púberes. Tendo em conta que está demonstrada que grande parte das crianças tem a sua primeira experiência sexual antes da puberdade e no entanto, a maioria delas não se torna agressora (Finkelhor, 1984).

Com tudo isso, acabamos mais uma vez por nos deparar com a importância de tentar explicar o problema do abuso sexual de menores dentro de um âmbito multifactorial. Até porque é mais do que patente de que nem todos os agressores foram vítimas e nem todas as vítimas se tornaram agressores.

2.2. Teorias Psicofisiológicas

Esta corrente teórica tenta explicar o interesse sexual dos agressores por crianças e adolescentes como um fenómeno que advém de factores biológicos e fisiológicos, isto é, a incapacidade de controle dos impulsos sexuais, deficiência mental, degeneração física, etc., porém, estes preceitos não duraram muito à luz das evidências que se foi fazendo ao longo dos estudos em questão.

Os primeiros estudos desta perspectiva começaram por ser realizados nos estabelecimentos prisionais. No entanto, os estudos consequentes acabaram por demonstrar que a maioria dos estereótipos eram falsos, pois somente uma pequena parte dos agressores sexuais eram psicóticos ou débeis mentais, enquadrando-se inclusive num perfil mais humano possível do que a maioria das outras pessoas (Finkelhor, 1979).

Isto deve ao caso de que na sua maioria os agressores não eram estranhos para aos menores, nem sádicos ou brutos (em algumas ocasiões), mas pelo contrário, trata-se de vizinhos, amigos, pais que se fazem usar da sua autoridade para ganhar confiança das crianças e posteriormente abusar da mesma e satisfazer os seus desejos sexuais.

Uma outra perspectiva, que também foi bastantemente criticada, propõem como causa do abuso sexual de menores o nível elevado de hormônio ou cromossomas nos agressores, teoria que mais tarde chegou a ser abandonada com o surgimento dos estudos de Kelly e Lusk (1992), que

acrescentam que no decorrer das citadas pesquisas os factos indicam para um número normal de testosterona entre os agressores.

Sem dúvida, tais autores apresentam esta teoria hormonal apoiando-se no facto de que maior parte dos agressores são do sexo masculino, ou seja, esta perspectiva acaba por seguir a velha máxima de que os homens são mais agressivos e é deles que devemos esperar os mais indecorosos comportamentos, esquecendo-se que, pois, embora seja um número reduzido, ainda assim é possível falar de abuso sexual por parte das mulheres também.

2.3. Teorias Sociológicas

Segundo a perspectiva sociológica, as origens das motivações sexuais pelos menores por parte do agressor, não era de natureza individual, mas sim de natureza social e cultural. Dentre as teorias sociológicas encontramos três que melhor nos ajudam a perceber o fenómeno em estudo: Supremacia masculina, fragmentação social e por último as crenças sobrenaturais.

Quanto a supremacia masculina, os sociólogos defendem que existe um elevado nível de existência de abuso sexual devido à elevada influência e controle (supremacia) que o sexo masculino exerce sobre o feminino (Fávero, 2003). Assim sendo, tal controlo eminente acaba por deixar ainda mais vulnerável o sexo oposto, bem como as crianças.

Portanto, nesta ordem de ideia, entende-se que a satisfação sexual masculina também é entendida como prioritária. Este modo de pensar transmitido geracionalmente permite que o homem possa desenvolver determinadas condutas anormais para atingir a satisfação sexual, dentre elas o abuso sexual.

Por outro lado, a teoria da fragmentação social sustenta que, a incidência de abuso sexual aos menores é fruto da desorganização social, isto devendo-se necessariamente a factores como o crescimento do isolamento das famílias e dos próprios indivíduos dentro da família (Finkelhor, 1976).

Portanto, o isolamento por si só pode ser um factor preponderante para o surgimento do abuso sexual, pois, por um lado, reduz consideravelmente o nível de supervisão que se tem sobre a criança ou adolescente e, por outro lado, o isolamento acaba por privar o adulto das formas socialmente aceites de apoio e intimidade, proporcionando-o assim hipóteses de recorrer a formas antissociais (dentre elas o abuso sexual) de resolver suas necessidades sexuais.

Um outro pilar que orienta o comportamento do homem em sociedade são sem dúvidas as suas crenças culturais e/ou sobrenaturais, que por sua vez, podem também figurar como umas das grandes influências sociais na base do surgimento do abuso sexual. Assim sendo, existem diversos relatos sobre casos em que o agressor acredita que ter relações sexuais com uma criança pode proporcioná-lo avultadas riquezas, ou mesmo em outros casos, tais actos podem ser considerados como a cura para doenças como o SIDA (Abílio, 2014).

2.4. Teoria das quatro pré-condições

Esta teoria baseia-se nas ideias multicausais propostas por Finkelhor (1984). Para Finkelhor, não existe uma única causa explicativa do comportamento dos agressores, mas sim, é necessário haver uma interacção de diversos factores (Biológicos, psicológicos e sociais) para a ocorrência de abuso sexual a menores.

Assim, a teoria em questão defende que, para que ocorra o abuso sexual é necessário ter a existência de quatro pré-condições: primeiro, que o adulto tenha motivações para se envolver sexualmente com uma criança ou adolescente, segundo, que o adulto não tenha controlo interno para evitar que tais motivações se manifestem, terceiro, é necessário que a criança não tenha protecção externa e finalmente o quarto, é preciso ultrapassar a resistência da criança.

O primeiro factor está relacionado com a capacidade do agressor se interessar sexualmente por crianças e adolescentes, ao qual sugeriu-se 3 propostas:

- A primeira é que defende que, o agressor possui necessidades emocionais infantis que se vê resolvida na relação com crianças. Portanto, no contacto com crianças o agressor satisfaz determinadas necessidades emocionais.
- Outra explicação para esta congruência emocional é que o agressor possui baixa de autoestima e certas dificuldades e manter relações sociais, no qual a relação com a criança faz com que o indivíduo resgate o sentido de poder e controle (Fávero, 2003).
- Por último, recai sobre a aprendizagem social, no qual o agressor teria adquirido tal comportamento através do processo de modelagem, isto é, o agressor através da observação aprendeu que os adultos obtêm satisfação sexual do contacto com crianças e adolescentes. Ou ainda que, os agressores interpretam as manifestações emocionais dos menores como um desejo (explícito) de ter relações sexuais com adultos.

Quanto à segunda pré-condição, pensa-se que não é somente necessário que o agressor apresente uma motivação sexual direccionada aos menores, todavia, ele tem de superar também superar as inibições internas que o proíbem de se relacionar sexualmente com a criança ou adolescente. Esta desinibição normalmente é quebrada pelo uso do álcool, senilidade, psicose, a fraca repressão do incesto dentro da dinâmica familiar e a debilidade nas sanções de abuso sexual.

A superação das barreiras externas (Terceira pré-condição), seriam as estratégias individuais usadas para superar todos os obstáculos ambientais que impediriam os actos de abuso (Finkelhor 1984). Chama-se aqui á atenção a determinados factores que ocorrem dentro do seio familiar que podem, até certo ponto, tornar a criança mais vulnerável, assim destacou a ausência ou falta de zelo dos pais (principalmente da mãe), instabilidade familiar, falta de vigilância e ainda outros factores que permitem que o adulto rompa com facilidade as inibições externas para atingir a criança (Fávero, 2003).

Finalmente, após ultrapassar esses factores inibitórios, o abusador precisa vencer as resistências da criança, normalmente recorrendo a métodos como ganhar a confiança da criança, (oferecendo-a carinho, brinquedos, dinheiro, guloseimas, etc.), bem como por intermédio da coerção.

Estas resistências podem ser incrementadas, por exemplo, por fortes laços emocionais entre ela e a família que a deixam segura, estimulando-a revelar os actos ou as tentativas de abuso. Contudo, vale ressaltar que a resistência da criança não pode ser encarada como uma responsabilização dela, pois esse factor dependerá basicamente de como o entorno se organiza para lhe apoiar (Braun, 2002).

Um aspecto importante da teoria de Finkelhor é que esses quatro aspectos ocorrem sequencialmente. Assim, se o primeiro não está disponível, os outros não ocorrerão. Esse modelo pode ser entendido como um continuum no qual de um lado está a motivação para o acto de abuso e do outro os três factores restantes que representariam as inibições. Assim, para que o abuso ocorra, a motivação deveria ser mais intensa que a combinação das amplitudes dos factores inibitórios.

A teoria de Finkelhor não explica como ocorre o desenvolvimento das motivações sexuais desviantes do abusador. Esta pode ser vista como a principal crítica da teoria das quatro pré-circunstâncias, pois ela não explica os factores primários nos quais se poderia concentrar a prevenção. Entretanto, a teoria de Finkelhor é positiva na medida em que fornece uma visão mais contextual sobre o abuso.

Finalmente, devemos entender que as teorias aqui abordadas, não podem ser aplicadas de forma particular, sob pena de sermos reducionistas. Pois cada uma das teorias apresenta lacunas que são colmatadas por outras. Portanto, daí a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, de modo a entender o agressor em todas as suas vertentes, isto é, biológica, psicológica e sociais.

3. Perfil psicológico dos agressores

Distintamente do que a sociedade pensa, os agressores sexuais não se parecem com pessoas detestáveis, ou são pessoas que apresentam uma longa serie de comportamentos

criminais, ou ainda determinadas características físicas que os denota como perigo para as crianças e adolescentes.

Pelo contrário, o abuso sexual, frequentemente, é realizado sem o uso de força física, havendo coação, sedução, que, muitas vezes, não deixam marcas físicas visíveis nas vítimas, o que torna difícil identificação do acto, bem como do agressor (Santos, 2008).

Neste âmbito, os estudiosos acreditam na existência de diversos tipos de agressores, os quais diferenciam-se um dos outros pela estratégia de agressão, perfil de menor que escolhe para abusar, recursos que utilizam para manter o silêncio da vítima (e em alguns casos da família também) e os rituais que levam a cabo para concretizar os abusos de modo repetidos.

Geralmente os agressores são do sexo masculino, pois embora haja também, de forma bem reduzida, relatos de abusos realizados por mulheres. Muitas vezes, são pessoas conhecidas da vítima, pessoa que a vítima aprendeu a amar e que de certa forma exercem certo poder sobre a mesma, quer sejam família ou não.

É mister salientar que, um grande número de abusadores sexuais tem a tendência de apresentar distorções cognitivas, a qual podemos entender como formas distorcidas de pensar que o indivíduo usa benefício próprio. Assim sendo, os abusadores sexuais geralmente criam padrões errados de pensamento que distorcem a realidade e permitem que eles evitem sentir responsabilidade pelos seus crimes (Huss, 2011).

Por exemplo, um abusador pode afirmar que sua vítima vestia roupas sugestivas, mesmo que esta tivesse 4 anos, ou que a vítima gosta de sexo violento, ou ainda que sua esposa não foi receptiva às suas investidas sexuais e, então, a sua filha era a aceitável alternativa, etc. Todas essas maneiras de pensar são distorções cognitivas que podem servir, de certo modo, como motivação para o indivíduo perpetrar o abuso sexual.

A literatura moderna apresenta-nos diversos tipos de abusadores sexuais contra menores, dos quais podemos destacar os seguintes:

Aproveitador: No qual enquadram-se aquele tipo de indivíduos que se servem das crianças e adolescentes para satisfazer os seus desejos, sem se importar se os actos afectam a criança ou não. Portanto, o acto sexual é somente para o agressor, e em alguns casos, fazem-no com o uso da força por parte do agressor.

Controlador: São aqueles indivíduos que manipulam as actividades das vítimas negociando com favores. Favores que muitas vezes incluem a troca de algum bem de valor, salvaguarda de um segredo, etc.

Amante: Nesta descrição enquadram-se os indivíduos que realizam o abuso sexual a menores por estar apaixonado pela sua vítima. Em muitos casos, relaciona-se com a criança acreditando que ela lhe corresponde.

Por outro lado, outros autores defendem a existência de certas características patológicas que podem influenciar no comportamento abusivo do indivíduo, tal como depressão, falta de interesse pelo contexto social e outros problemas de saúde. Assim, Spizirri (2008) defende que, que tais indivíduos apresentam traços de perversidade, sendo que o desejo erótico sai da fantasia, concretizando-se na prática da violência sexual.

Por outro lado, contradizendo ao pensamento social geral, também é possível encontrar mulheres que abusam sexualmente de crianças e adolescentes, apesar de ser menos comum do que os homens.

As mulheres agressoras parecem ser diferentes dos homens agressores, pois elas não se enquadram de forma exacta nas tipologias de agressor sexual masculino (Salter, 2009). Por isso é importante ilustrar também um estudo especificamente feminino, no qual se destacam três tipologias:

O tipo **professora ou amante**, refere-se a agressoras adultas que agem como iniciadoras sexuais de adolescentes, normalmente do sexo masculino. Estas mulheres não percebem seus actos como ilegais, pelo contrário, acreditam que a experiência abusiva é de vital importância para a disciplina sexual da vítima. Normalmente estas agressoras não são sádicas, pelo contrário, romantizam o abuso sexual de forma a deflectir parte da responsabilidade as vítimas.

O segundo, **agressora coagida**, tal como o nome indica, enquadram-se àquele tipo de agressoras que são influenciadas por um homem a participar do abuso sexual. Estas mulheres tendem a ser dependentes da relação afectiva e participam do abuso nem sempre por vontade própria, mas também por factores como medo ou passividade. Normalmente as vítimas são crianças com as quais vive, filha/o, enteada ou sobrinho (Fávero, 2003)

Por último encontramos as **agressoras predispostas**, aquelas mulheres as quais actuam por iniciativa própria. Normalmente este tipo de agressora apresenta uma dificuldade em ter relações saudáveis com adultos e por outro lado demonstra características sádicas. (Salter, 2009)

Portanto, pode haver menos agressores sexuais do sexo feminino do que masculinos, mas seria de facto enganoso pensar que elas não existem, ou subestimar os danos que elas causam. Quer sejam homens, ou mulheres, os agressores sexuais contra menores são difíceis de se identificar. Seus interesses por crianças e adolescentes podem ser compulsivos e, no entanto, podem passar bem despercebidos, daí a maior necessidade de controle e supervisão dos menores de modo a evitar a ocorrência do abuso ou até mesmo descobrir a existência do mesmo.

4. Metodologia

A presente sessão engloba procedimentos metodológicos que inclui a natureza da pesquisa feita do ponto de vista da abordagem, os métodos, as técnicas e instrumentos utilizados. Neste item foi possível realçar sobre a população da pesquisa, caracterização da amostra, resultados da pesquisa, situações de problemas com a limpeza existentes no espaço escolar, compreender o que demais essencial o papel que limpeza ocupa na prevenção de doenças e acidentes no local de trabalho.

Para o presente trabalho, usou-se o modelo de Pesquisa explicativo, pois esta inclui a compreensão das bases dos fenómenos naturais e a explicação das relações entre os mesmos; as causas ou a natureza do fenómeno (Traldi e Dias, 2011, p. 57). Por conseguinte, para dar uma melhor explicação dos factos pesquisados, lançou-se mão ao modelo quantitativo. Quanto às técnicas, utilizou-se o questionário porque proporciona informações precisas com a finalidade de formular questões de forma ordenada que permitam avaliar as atitudes e opiniões dos sujeitos ou colher qualquer outra informação junto desses mesmos sujeitos, Michel (2009, p. 45).

A população de estudo é de aproximadamente 600 indivíduos em cumprimento de pena privativa de liberdade pelo crime de abuso sexual de menor, no estabelecimento penitenciário de Viana em Luanda. Quanto a amostra, foi de 70 indivíduos de sexo masculino, números que acreditamos ser representativos para entender a realidade que se pretende estudar, baseando-se nos cálculos de amostras aleatórias simples. A pesquisa foi realizada na Penitenciária de Viana, pertence ao serviço provincial penitenciário de Luanda.

5. Considerações Finais

Abuso sexual contra menores é um mal que tem assolado a muitas famílias e em diversos casos impedindo as crianças e adolescentes de atingir o seu normal funcionamento psíquico, físico social.

Podemos reparar no nosso estudo que as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual eram, na maioria dos casos, do sexo feminino (80%), enquanto apenas 20% das vítimas eram do sexo masculino. Estes dados estão em consonância com os estudos epidemiológicos sobre abuso sexual infantil (Finkelhor, 1994) que revelam que meninas são vítimas de abusos sexuais em maior frequência do que meninos, principalmente, no ambiente familiar. A literatura especializada relata ainda que uma em cada quatro meninas e um em cada 10 meninos é vítima de violência sexual antes de completar 18 anos.

Quanto a idade das vítimas podemos, podemos observar que houve um maior índice de vitimização referente aos pré-adolescentes (dos 11 aos 14 anos) e adolescentes (dos 15 aos 17), com 30% e 40% respectivamente. Dados que estão em consonância com os dados apresentados por Fávero (2003), no qual argumenta que o risco de vitimização aumenta na fase da pré-

adolescência e adolescência. A interpretação para explicar o porque desta preferência recai sobre dois factores a destacar: Primeiro, porque as vítimas que compreendem esta idade apresentam sinais de maturação sexual físicos, ao mesmo tempo que apresentam certa ingenuidade sobre o enredo sexual, sendo mais susceptíveis de serem enganadas. E em segundo lugar, por que as vítimas desta faixa etária (Principalmente as pré-adolescentes) oferecem menor resistência ao agressor.

O principal contexto onde ocorreu a violência sexual foi no próprio enredo da criança ou adolescente, locais onde o agressor se podia manter isolado com a vítima, sendo que se constatou que o tempo de duração do abuso sexual teve a sua maior escala entre 1 e 2 e entre 3 e 4 meses, ambos 30%. Somente 5% das destes casos o abuso sexual não ocorreu por mais de uma vez. Estes resultados estão em conformidade com os estudos epidemiológicos internacionais que indicam que cerca de 80% dos casos de abuso sexual contra crianças é perpetrado no contexto doméstico, tendo uma duração de mais ou menos de um ano (Braun, 2002).

Por outro lado, estes resultados apresentam um aspecto relevante da dinâmica do abuso sexual, embora os casos durem um certo tempo, a maioria deles é mantido em segredo. Este fato ocorre devido a uma razão já mencionada anteriormente: a Síndrome de Segredo.

Quanto ao agressor, denotou-se que maioritariamente a sua faixa etária foi dos 20 a 24 e 35 a 39 anos de idade, representando cada 33% destes respectivamente (total de 66%), e a minoria são da faixa etária dos 45 a 49 anos, com 3%. Apesar deste resultado encontrado, segundo a literatura consultada, concluem que não é fácil definir o perfil de um abusador de menores, porque não existem características físicas que possam denunciar o autor de tais actos, visto que este tanto pode ser alto como baixo, tanto pode ser jovem ou idoso.

A ocupação do agressor também foi levada em conta no nosso estudo, sendo que se verificou que uma parte dos agressores estava empregada, representada por 33%. Desafeita, a maioria estava desocupada ou em trabalho eventual. Uma parte deles, representado por 17%, estava desempregada, sendo que outra, com 50% estava realizando os seus biscates (trabalhos eventuais). O desemprego é um factor de risco para a violência intrafamiliar, uma vez que pode gerar estresse e conflito entre os membros da família. (Furniss, 2003). Por conseguinte, o nível de escolaridade do agressor também pode ser considerado um factor de risco. De acordo com os dados analisados na nossa pesquisa, 43% destes tinham somente o ensino primário concluído, sendo que apenas 7% havia concluído o ensino superior. Estes resultados apontam que a maioria dos agressores possuía baixo nível de escolaridade.

Quanto ao grau de relação entre ambas personagens envolvidas no acto (vítima/agressor), notamos que 42% dos casos ocorreram com vizinhos e 11% dos casos apenas com a figura do pai como vítima. Por um lado, este resultado difere com os dados epidemiológicos tragos por Azevedo e Guerra (1995), os quais concluem que entre os agressores, o pai da vítima constitui em sua maioria o agressor, no entanto, o resultado vai de acordo com estudos realizado por outros autores como, Fávero (2003), Finkelhor (2008) e outros, na qual concluíram, que os agressores frequentemente são conhecidos da vítima, em cerca de 50% a 70% dos casos.

Os agressores não apresentaram um grande índice de precedentes criminais, sendo que os que apresentavam antecedentes criminais estavam envolvidos furtos, tentativas de homicídio, ofensas corporal, danos materiais e ameaças. Estes dados nos indicam mais uma vez a dificuldade em estabelecer um perfil para os abusadores sexuais, tendo em conta que a sua maioria não apresenta antecedentes criminais e as pessoas no seu trato os descrevem como trabalhador, religioso e cuidador zeloso de sua família (Cohen, 1993; Furniss, 1993).

No que se refere aos procedimentos usados pelo agressor para alcançar a vítima, 37% destes foram carinhosos inicialmente, ensaiando um cenário de conquistas e romances. O resultado encontrado vai de acordo com a literatura consultada, segundo (Fávero, 2000), a abordagem da vítima no contexto do abuso pode não ser evidenciada de imediato pelo agressor, inicialmente há um primeiro contacto, muitas vezes discreto, para não deixar a vítima assustada ou revelar a atitude marginais diante de pessoas que possam surgir nas proximidades. Por outro lado, o enredo romântico usado pelo agressor surge no intuito de romper as barreiras psicológicas

que a vítima possa ter sobre abuso sexual e torná-la desta forma mais vulnerável as suas investidas.

Averiguou-se que a maioria dos agressores negou a existência do abuso sexual. Entre os agressores que confirmaram o abuso, constata-se que, tanto nos motivos alegados, quanto nos argumentos utilizados para defesa, estes atribuíram a culpa à vítima, à outra pessoa ou situação.

A negação do abuso é usada como instrumento para reduzir a culpa, por outro lado, a negação do abuso ou culpabilização da vítima pelo agressor é um factor relevante de risco para o desenvolvimento de problemas psicológicos na criança ou adolescente, principalmente, quando o perpetrador é um membro da família, uma vez que a relação de confiança é abalada (Furniss, 1993; Gabel, 1997).

Investigamos também a relação do abuso sexual e o uso de substâncias psicoactivas por parte dos agressores, tendo sido constatado que 37% dos agressores se encontravam sobre o efeito dos mesmos. É de realçar que estes aditivos por si não desencadeiam a motivação para o abuso sexual, porém, ele é usado como meio de superar as inibições internas que o proíbem de se relacionar sexualmente com a criança ou adolescente (Salter, 2009).

Quanto a relação entre o acesso a matérias com conteúdo erótico por parte dos agressores, podemos denotar que 52% dos agressores faziam o uso frequente, sendo que 22% tinha acesso de forma ocasional. De acordo com a literatura analisada, o impacto destes conteúdos perpetua a desigualdade de género e apresenta uma forte ligação com assuntos ligados a agressão sexual contra mulheres de modo geral.

6. Conclusões

Do estudo realizado, sobre a temática do abuso sexual contra menores, chegamos as seguintes conclusões:

Nos últimos quatro anos, assim como nos meses de janeiro à agosto do corrente ano, o abuso sexual a menores tem constituído o principal crime de violência contra crianças e adolescentes. A maioria dos casos registados, tinha como principais vítimas, os menores do sexo feminino.

Por outro lado, dentre as diversas idades apresentadas constatou-se que a vitimização recai com maior frequência sobre as adolescentes com idades compreendida entre os 11 aos 17 anos de idade, tendo maioritariamente relação de vizinhança com o agressor que usaram da conquista, da falsa sensação de romance para atingir os seus objectivos.

Constatou-se ainda que o uso de bebidas alcoólicas e a exposição a conteúdos eróticos por parte do agressor podem apresentar uma grande influência para o cometimento do abuso sexual, sendo que o uso excessivo de matérias eróticos propicia o surgimento de fantasias que transformam a mulher como mero objecto sexual, bem como tem um forte impacto ligado a agressão contra mulher. Por outro lado, o álcool surge aqui não como factor motivacional, mas como meio de quebrar ou reduzir as barreiras internas que proíbem o agressor de se relacionar sexualmente com a criança ou adolescente.

Atingiram-se os objectivos preconizados, visto no que concerne a motivação do abuso sexual podemos perceber que em sua maioria elas podem surgir de modo situacionais, influenciados por estímulos externos de várias ordens, que vão desde a situação conjugal do agressor, falta de ocupação seria, crenças culturais, facilidade de acesso a vítimas, etc. ao contrário do que é abordado pela média e pela sociedade geral, a qual afirma que todo agressor padece de uma patologia grave.

Em suma, nos últimos anos temos visto casos e mais casos de crianças vítimas de abuso sexual que têm vindo à tona, revelando a alta frequência e a gravidade do problema que a anos tem assolado os menores de forma tão devastadora. No entanto, devemos ter em mente que o número de incidências pode ser bem maior do que as estatísticas nos mostram.

7. Referências Bibliográficas

- Abílio, B. C. (2014). *Ensaio sobre um componente cultural da cifra oculta da criminalidade em Angola*. Luanda.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. (1995). *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo.
- Braun, S. (2002). *Violência sexual infantil na família: Do silêncio à revelação do segredo*. Porto Alegre: Age Editora.
- Cohen, C. (1993). *O incesto: Um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- De Souza, M. A. (2010, julho 12). [Artigo em blog]. Filosofonet. <https://filosofonet.wordpress.com/2010/07/12/908/>
- Dos Santos, V. A. (2011). *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: Uma questão individual ou social?* São Paulo.
- Fávero, M. F. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi Editora.
- Ferri, H. (1931). *Direito criminal: O criminoso e o crime*. São Paulo.
- Finkelhor, D. (1979). *Vitimização sexual de crianças*. Nova Iorque.
- Finkelhor, D. (1984). *Abuso sexual de menores: Nova teoria e pesquisa*. Nova Iorque.
- Finkelhor, D. (2008). *Abuso sexual de menores: Causas, consequências e tratamento psicossocial*. Nova Iorque: Pax México Editora.
- França, C. (2010). *Perversão: As engrenagens da violência sexual infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Fuks, L. B. (2005). *Consequências do abuso sexual infantil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus Editorial.
- Huss, M. (2011). *Psicologia forense*. Porto Alegre: Artmed.
- La Rosa, J. (2003). *Psicologia e educação: O significado do aprender*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Lopez, F. (1995). *Prevenção do abuso sexual de menores e educação sexual*. Salamanca: Amaru Editora.
- Salter, A. (2009). *Predadores: Pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Spizirri, G. (2008). Tratamento de abusadores sexuais. *Psique: Ciência & Vida*.
- Valas, P. (1997). *Freud e a perversão*. Rio de Janeiro.

FACTORES PSICOSSOCIAIS DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO:

Reflexão baseada na depressão pós-parto na maternidade

Francislina de Jesus S. Colombo²⁵

Instituto Superior Politécnico Tocoísta

Psicóloga Clínica e Mestre em Ciências da Educação

Uma abordagem bibliográfica na Maternidade Augusto Ngangula em Luanda.

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre as dimensões psicossociais da depressão pós-parto, toma como campo empírico a Maternidade Augusto Ngangula, em Luanda. O estudo busca compreender os factores que contribuem para o desenvolvimento da depressão pós-parto, ao destacar elementos como antecedentes históricos, luto, melancolia, autoestima, transtorno depressivo maior e condições psicossociais que afectam as puérperas. A investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica e utiliza a maternidade em questão como amostra representativa de outras realidades similares. Os resultados apontam que a maioria das mulheres em situação de depressão pós-parto possui baixo nível de escolaridade, limitado ao primeiro ciclo ou em condição de analfabetismo, e que o estado civil predominante é o de solteiras. As entrevistadas reconhecem a importância do acompanhamento psicológico como estratégia fundamental para minimizar os impactos da depressão pós-parto.

Palavras-chave: Depressão, factores psicossociais, parto, maternidade.

ABSTRACT

This article presents a reflective approach to the psychosocial dimensions of postpartum depression, using Augusto Ngangula Maternity Hospital in Luanda as the empirical field. The study seeks to understand the factors that contribute to the development of postpartum depression, highlighting elements such as historical antecedents, grief, melancholy, self-esteem, major depressive disorder, and psychosocial conditions affecting puerperal women. The research is based on a literature review and considers the selected maternity hospital as a representative sample of similar contexts. The findings indicate that most women experiencing postpartum depression have a low level of education, limited to primary schooling or illiteracy, and that the predominant marital status is single. The participants emphasized the importance of psychological support as a fundamental strategy to mitigate the impacts of postpartum depression.

Keywords: Depression, Psychosocial factors, Childbirth, Maternity.

1. Introdução

²⁵Licenciada em Psicologia Clínica e Mestre em Ciências da Educação; Coordenadora do Curso de Psicologia no Instituto Superior politécnico Tocoísta.

A gravidez é considerada um período muito especial para a gestante e para todo o seu contexto familiar. Nesta fase, a gestante passa por grandes transformações que ocorrem nos aspectos fisiológicos e psicológicos podendo causar oscilações emocionais como medo, insegurança, dúvidas, assim como estado eufórico que em desequilíbrio colabora para o aparecimento de sintomas da depressão pós-parto.

A Depressão Pós Parto (DPP) é caracterizada como Transtorno Depressivo Pós- Parto ou Depressão Pós-Parto Materna (DPP-M) de acordo com o DSM-5 (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5th edition Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) o qual trata - se do transtorno depressivo maior que afecta mulheres no período da gravidez e/ ou pós parto, onde nas quatro primeiras semanas após o parto ou ainda no período gestacional, estas mulheres sofrem de sintomas depressivos (APA, 2013).

Apesar da DPP estar relacionada a algumas mudanças biológicas e hormonais devido à gravidez e o parto, ela também pode estar relacionada a outros factores, como por exemplo, factores psicológicos, sociais, relação familiar, factores relacionados à criança e outros²⁶.

2. Reflexão da problemática

Entendemos durante a consulta bibliográfica que a depressão pós-parto é um transtorno que traz consequências para o lar como um todo, tanto para a mãe, quanto para todo o sistema familiar em que a mesma está inserida. Por esta razão, identificar os factores que possuem relação com a depressão pós-parto é de extrema importância para que possamos compreender os mecanismos que causam o desenvolvimento do transtorno, possibilita desenvolver métodos de prevenção e também tratamento eficaz (BOYCE, 2003).

Depressão Pós-Parto (DPP) trata-se de um tipo de Transtorno de Humor semelhante ao Transtorno Depressivo Maior em termos de sintomatologia, sendo assim considerada pelo DSM-V, como uma forma específica de depressão sendo o especificador a ocorrência dos sintomas depressivos no início do periparto. Devido as grandes transformações que o corpo da mulher em seu período gravítico apresenta.

A muito tempo acreditava-se que esta poderia ser a causa mais provável para o desenvolvimento da doença. Assim sendo, com o presente trabalho busca-se levantar aspectos presente na literatura científica acerca dos factores que possuem relação com a depressão pós-parto, sendo possível, desta forma, formular métodos de intervenções na busca da prevenção de tal transtorno.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2009) a DPP atinge cerca de 10% a 15% das mulheres em países desenvolvidos, além disso, mulheres que já tiveram episódios de depressão maior em algum momento antes da gravidez têm o risco aumentado em 25% a 50%²⁷.

3. Etiologia da DPP.

Etiologia da depressão pós-parto não é completamente conhecida, mas acredita-se que a interação entre as flutuações hormonais, a susceptibilidade biológica e os estressantes psicossociais encontram-se entre os agentes causais (Andrews-Fike, 1999). Nenhum factor hormonal é firmemente considerado o principal responsável. Os estrogénios, a progesterona, as hormonas tiroideias, a ACTH e o cortisol são algumas das hormonas que têm sido investigadas.

²⁶ Estes aspectos interferem na saúde da gestante possibilitando que a mesma esteja mais vulnerável a várias condições durante a gestação.

²⁷ Assim, pode-se perceber a necessidade de reflexão sobre o tema bem como sua pesquisa bibliográfica.

Estudos epidemiológicos sugerem veementemente que as flutuações dos esteroides gonadais femininos podem baixar o limiar para o aparecimento de sintomas e episódios relacionados com distúrbios do humor (Rubinow 2006). Esta teoria é apoiada por um estudo que refere o aumento, para o dobro, do número de hospitalizações psiquiátricas devido à depressão pós-parto incidente nos 5 meses que se seguem ao parto (Munk-Olsen. Et Al. 2006).

Além disto, a susceptibilidade para um humor deprimido durante uma transição reprodutiva (i.e., distúrbio disfórico pré-menstrual) confere vulnerabilidade para futuros distúrbios do humor relacionados com as hormonas reprodutivas (Parry bl 1995; Freeman et al. 2004; Payne et. al. 2007). A presença de auto-anticorpostiroideos ou níveis mais elevados de TSH durante o período pós-parto poderão estar relacionados com a sintomatologia depressiva mesmo quando a depressão clínica não está presente. Estes factos podem contribuir, sozinhos ou em associação, em conjunto com os factores de risco psicossociais e fisiológicos para a depressão pós-parto (Mccoy et al. 2008).

4. Depressão.

De acordo com Ruschi (2009) depressão é um termo utilizado na psiquiatria para designar um transtorno de humor, uma síndrome em que a principal queixa apresentada pelos pacientes é o humor depressivo e às vezes irritável, durante a maior parte do dia²⁸. A palavra "depressão" vem do latim *depressio*, de *deprimere*, que significa “apertar firmemente”, “para baixo”. Depressão é um transtorno psicológico relativamente comum que é caracterizado por tristeza persistente que acaba afetando toda a vida da pessoa. veja que sintomas ficar atento, quais as principais causas, todas as opções de tratamento e como ajudar alguém com depressão. (Araújo, 2018).

5. Gravidez.

De acordo com Silva (2011), gravidez pode ser definida como uma experiência corporal que ocorre no interior do corpo da mulher, num período de cerca de 40 semanas e que vai desde a concepção até ao momento do parto. A grávida irá desenvolver e integrar diversas implicações psicológicas, em simultâneo com o normal desenrolar das adaptações fisiológicas que acompanham, numa sequência cronológica, o crescimento e desenvolvimento do novo ser humano. Estas adaptações psicológicas integradas num conjunto de tarefas permitem que a mulher se aceite «como um ser que traz dentro de si outro ser, que em relação a si é potencialmente diferente autónomo e do qual se vai separar» (Camarneiro, 2007, p.12), incorporando a ideia de um novo elemento na sua esfera pessoal, familiar e social.

Segundo o autor acima citado, são essas adaptações psicológicas e respectivas tarefas inseridas num contexto de “normalidade” da vivência da gravidez que, seguidamente, se descrevem numa sequência de três fases, correspondentes, sensivelmente, no plano cronológico, aos três trimestres de gravidez:

- a) Primeiro Trimestre – denominado de fase de integração; fase de aceitação; ou fase de confirmação da gravidez;
- b) Segundo Trimestre – denominado de fase de diferenciação; fase de individualização ou fase de incorporação/diferenciação fetal;
- c) Terceiro Trimestre – denominado de fase de separação; fase de preparação para o nascimento ou fase de transição de papel.

Nossa abordagem ainda indica que: segundo Camarneiro, (2007, p.12), relata o sobre os 3 trimestres de gravidez que pode ocorrer e seus respectivos momentos:

²⁸ No entanto, a depressão é considerada muito mais profunda do que a tristeza.

- **Primeiro trimestre.** Durante os três primeiros meses de gravidez, a futura mamãe pode viver momentos de uma grande flutuação emocional. Essas mudanças são mais comuns entre a sexta e a décima semana. É normal experimentar ansiedade, ambivalência e frequentes alterações no humor. Aceitar a nova situação leva tempo e são frequentes os temores sobre a capacidade de saber confrontar a nova situação. A mulher mais segura pode se tornar frágil e experimentar mudanças de humor bruscas que vão do riso ao choro, da euforia à tristeza ou da alegria ao mal humor.

São mais frequentes nas mulheres que manifestam sintomas físicos importantes devido sua gravidez, como vômitos e náuseas matinais, mal-estar geral, enjoos e indisposição digestiva. O apetite sexual também pode diminuir devido ao cansaço, aos incômodos físicos e ao medo de causar danos ao feto²⁹.

- **Segundo trimestre.** Caracteriza-se por ser um período de tranquilidade emocional, já que as alterações hormonais tenham se estabilizado, e a futura mamãe já teve tempo para se adaptar psicologicamente à gestação. Essa adaptação repercute positivamente na aceitação das mudanças que repercutem na sua atividade habitual, dado que sua ordem de prioridades foi mudada. Os incômodos físicos do primeiro trimestre já desapareceram e a futura mamãe pode experimentar de novo um maior desejo sexual, favorecido pelo aumento da sensibilidade.

Gravidez é o período de cerca de nove meses de gestação nos seres humanos, contado a partir da fecundação e implantação de um óvulo no útero até ao nascimento. Durante a gravidez, o organismo materno passa por diversas alterações fisiológicas que sustentam o bebê em crescimento e preparam o parto. A fecundação pode dar-se através de relações sexuais ou ser medicamente assistida. (Leal, 2005).

- **Terceiro trimestre.** As dificuldades psíquicas retornam devido ao volume da barriga, que dificulta o bem-estar da futura mamãe. Como consequência aparece a dificuldade para dormir, incontinência urinária, dores nas costas e cansaço, entre outros incômodos, que não contribuem para o bem-estar emocional. Por outro lado, no terceiro trimestre, o tempo passa lentamente e aumenta a ansiedade em conhecer o bebê, o medo do parto e a insegurança em relação à criança. Nessa fase, aumenta a necessidade de mudanças na casa, de deixar tudo limpo e preparado para a chegada do bebê.

De acordo (Canavarro, 2001), a gravidez representa um período de construção e desenvolvimento que conduz a uma transformação biológica, pessoal e social que põe o indivíduo em contacto com os seus sentimentos, comportamentos e significados que residem lá bem no fundo da natureza humana, podendo ser, simultaneamente, uma experiência gratificante e confusa.

A gestação é um evento complexo, onde ocorrem diversas mudanças na vida da mulher. Trata-se de uma experiência repleta de sentimentos intensos, variados e ambivalentes que podem dar vazão a conteúdos inconscientes da mãe. A relação da mãe com seu filho se inicia na gestação e será a base da relação mãe-bebê, a qual se estabelecerá depois do nascimento e ao longo do desenvolvimento da criança. (Campos, 2000).

Após a fecundação, o óvulo fecundado desloca-se ao longo de uma das trompas de Falópio e implanta-se na parede do útero, onde forma o embrião e a placenta que o alimentará. O desenvolvimento do embrião tem início com a divisão do óvulo em múltiplas células e é nesta fase que se começam a formar a maior parte dos órgãos, muito deles funcionais. A partir das oito semanas de idade gestacional, o embrião passa a ser designado feto e apresenta já a forma humana que se desenvolverá continuamente até ao nascimento. (Silva, 2011).

Ao longo da gravidez, a mulher passa por diversas alterações fisiológicas perfeitamente normais, incluindo alterações cardiovasculares, hematológicas, metabólicas, renais e respiratórias,

²⁹ A compreensão do casal é fundamental para suportar todas essas mudanças que acontece durante a gestação.

que têm trimestres, cada um com a duração aproximada de três meses³⁰. Os obstetras definem cada trimestre com a duração de 14 semanas, num total de 42.

6. Maternidade

É uma aprendizagem, ou seja, nenhuma mulher sabe o que é ser mãe sem ter vivido essa experiência. Essa é uma fase que marca o início de novas responsabilidades e deixa menos tempo para si mesma. (Aliane, 2011).

A maternidade é uma experiência que vai além da idade, ou seja, o vínculo existente entre mãe e filho é marcado pelo instinto de proteção que uma mãe tem sempre para com seu filho, mesmo quando este estiver adulto e puder tomar suas próprias decisões. Ela é um instinto de proteção marcado pelo amor incondicional, generoso e sem limites que toda mãe sente por um filho. Trata-se de um amor desinteressado que nutre a autoestima do filho através desta aceitação incondicional e cuidado. Os cinco pilares que unem as várias maternidades na nossa zona são fundamentais para a qualidade da assistência à maternidade e ao nascimento. Que são:

- **Assistência personalizada:** cada gestante e bebê recebem atenção individualizada, considerando suas necessidades específicas. Isso promove um cuidado mais humano e adaptado.
 - **Continuidade dos cuidados:** desde a gravidez até o primeiro ano de vida do bebê, é essencial manter uma abordagem contínua e integrada. Isso garante que a gestante e o bebê recebam suporte consistente em todas as fases.
 - **Estreita relação entre a gestante e a parteira:** a comunicação e o vínculo entre a gestante e a parteira são cruciais. Essa relação de confiança permite uma assistência mais eficaz e empática.
 - **Adequação do cuidado:** cada gestante tem necessidades específicas, e o cuidado deve ser adaptado a essas particularidades. Isso inclui considerar fatores culturais, emocionais e físicos.
 - **Organização do trabalho das profissionais:** uma estrutura organizada e eficiente é fundamental para garantir que os serviços de maternidade funcionem de maneira coordenada e eficaz.
- ## 7. Factores psicológicos.

São elementos que influenciam o comportamento humano e estão relacionados aos processos mentais, emoções, crenças, valores e experiências individuais. Eles desempenham um papel fundamental na forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor, bem como na maneira como elas se comportam e tomam decisões. Esses fatores podem ser determinantes na saúde mental e emocional de um indivíduo, afetando sua qualidade de vida e bem-estar geral. (Barbosa, 2013).

³⁰ Embora não haja limites precisos entre eles, esta distinção é útil para descrever as diferentes.

a. Gravidez

É um processo natural e normal que permite que uma mulher em idade fértil tenha um filho. Após a primeira menstruação, que ocorre entre 10-15 anos a mulher já possui óvulos e pode engravidar. (Almeida, 2003).

b. Gestação

Condição daquela (mulher ou fêmea) cujo óvulo foi fecundado por um espermatozoide, fazendo com que um feto se desenvolva, em seu útero. (Almeida, 2003).

c. Parto

É o momento do nascimento da criança, ou seja, o fim de uma gravidez. O parto pode ser normal ou cesariano, ocorrendo intervenção cirúrgica nesse último caso. (Campbell, 2022).

d. Psicossociais

Se refere a relação entre o convívio social do ponto de vista da psicologia. Consiste num ramo de estudo que abrange os aspectos da vida social em conjunto com a psicologia clínica. (Areias, 2005).

8. Epidemiologia.

A maioria das mulheres desenvolve depressão pós-parto nos três primeiros meses após o nascimento do bebê (Cooper et al. 1998), revelando-se um pico da incidência por volta da 4.^a à 6.^a semana (Cox et al. 1993). A prevalência varia de acordo com a rapidez com que a mulher é diagnosticada no pós-parto, com a altura do pós-parto em que se tenta obter um diagnóstico e com os métodos e testes utilizados para diagnosticar a depressão pós-parto.

A Depressão Pós-Parto 2019 Estima-se que relativamente à prevalência, a depressão pós-parto atinja cerca de 10- 20% das mulheres (Cox et al. 1996; O'Hara et. al. 1996; Steiner, 1998), com alguma variação entre as populações (Halbreich & Karkun, 2006). Nas adolescentes verificou-se uma prevalência entre 16-44%, quase duas vezes superior à das gestantes adultas, o que pode estar relacionado com a falta de maturidade efectiva e dos relacionamentos, bem como, o facto de grande parte delas terem de abandonar os estudos em devido à maternidade (Szigethy & Ruiz, 2001).

A depressão é um problema que pode afectar a mulher durante a gravidez, logo após o nascimento do bebê, ou até o filho completar 1 ano de idade, podendo durar duas semanas ou mesmo meses, se não for diagnosticada e tratada adequadamente. Caracterizada com a alteração do comportamento da mulher depois do parto, com os constantes questionamentos sobre a mudança da vida depois da vinda do bebê, a depressão pós-parto é um problema que não deve ser ignorado e carece de intervenção de especialistas na matéria.

9. Caracterização da Depressão Pós-Parto.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014) a depressão foi apontada como a terceira causa de morbidade no mundo. Resultados de estudos literários apontam que mulheres apresentam maiores chances do que os homens para desenvolverem depressão³¹.

³¹ Este fato está ainda mais associado à fase da vida em que se encontram no dever de cuidar de seus filhos.

O período gravídico/puerperal é considerado um período de grandes transformações biopsicossocial, sendo considerada uma fase de alta vulnerabilidade podendo resultar na ocorrência de transtornos psiquiátricos (Zambaldi, Cantillino, Sougey, & Rennó Jr, 2010). Por se tratar de um período de grandes mudanças e reestruturações para a mulher, e por sua preparação associada aos novos papéis maternos (Canavarro, 2009), as exigências desta fase está ligada à quadros de perturbações da saúde mental.

A Depressão Pós-Parto (DPP) é caracterizada como Transtorno Depressivo Pós-Parto, o qual trata-se do estado depressivo maior que afecta mulheres no período da gravidez e/ou no pós-parto. De acordo com o DSM-V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5th edition – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5º edição), a DPP é definida como Transtorno Depressivo Pós-Parto ou Depressão Pós-Parto Materna (DPP – M) que afecta mulheres em seu período gravídico e/ou puerperal, onde ocorre nas quatro primeiras semanas após o parto, tendo normalmente, início durante a gestação (APA, 2013), no qual sofrem de sintomas depressivos semelhantes aos sintomas do Transtorno Depressivo Maior que afecta a população em geral.

A DPP não é considerada uma categoria de diagnósticos independentes no DSM-V da Associação Americana de Psiquiatria APA (2013). Mas o DSM-V reconhece que a Depressão Pós-Parto pode ser uma forma específica de depressão ao considerar o especificador “com início no periparto” para se referir aos sintomas depressivos que ocorrem durante a gravidez e/ou no período pós-parto (American Psychiatric Association: APA, 2013). Assim, a depressão pós-parto não apresenta uma fenomenologia específica, sendo semelhante clinicamente em termos de sintomatologia, à depressão que ocorrem em outros períodos da vida (Milgrom & Gemmill, 2014).

No entanto, o DSM-V traz a compreensão da DPP não como diagnóstico, mas como especificador, já que os sintomas da Depressão pós-parto não diferem dos sintomas apresentados em episódios de alteração de humor que ocorrem fora do período puerperal. De acordo com o DSM-V (American Psychiatric Association: APA, 2013) as principais características podem ser analisadas de acordo com alguns quesitos para o diagnóstico do Transtorno Depressivo, manifestando no período e aspectos apresentados a seguir:

Cinco (ou mais) dos seguintes sintomas estiveram presentes durante o mesmo período de duas semanas e representam uma mudança em relação ao funcionamento anterior; pelo menos um dos sintomas é (1) humor deprimido ou (2) perda de interesse ou prazer” (APA, 2013, p.160).

10. Conclusão

O presente estudo dedica-se a um problema psicossocial segundo reflexão bibliográfica, partindo do preocupante e difícil diagnóstico feito por profissionais de saúde. A depressão pós-parto possui maior risco de se desenvolver em pessoas mais vulneráveis tanto socialmente como economicamente, sendo normalmente detetada em pessoas de baixa renda, desempregadas, sem apoio do companheiro e/ou da família, sendo este perfil encontrado em pessoas com maior dificuldade de acesso a saúde.

A depressão pós-parto configura-se em um transtorno de humor assim como o transtorno depressivo maior, que traz consigo consequências para a relação mãe e filho capaz de deixar sequelas por um longo tempo, principalmente no desenvolvimento do bebê. Deste modo, necessita-se do preparo por parte dos profissionais de saúde afim de promover métodos de prevenção e tratamento da doença e meios de diagnosticar possíveis mulheres que já se encontra deprimida no período gravídico. Porém, ainda há dificuldades na realização do diagnóstico,

principalmente pelo despreparo dos profissionais de saúde e a falta de instrumentos adequados para a identificação de tal transtorno.

Os factores psicossociais que estão na base da depressão pós-parto em puérperas visando apontar possibilidades de prevenção e tratamento para a mesma, tendo em vista a sua necessidade e nesta senda deixamos como sugestões o seguinte:

Para sociedade:

Convidando os demais membros da sociedade académica, mestres e doutores na promoção de palestras, workshop, e cursos intensivos sobre o papel da psicologia nas diversas instituições, de modo a alavancarmos a psicologia em mais um pedestal no nosso país.

Ao Ministério da Saúde que:

- Que periodicamente realize vários Seminários de refrescamento para que as enfermeiras do departamento de maternidade continuem a prestar um bom trabalho.
- Criar mais campanhas publicitárias para a Saúde mental e medidas de prevenção de doenças, tanto nas vias públicas e não só também através dos órgãos de informação e divulgação massiva.
- Procurar estar sempre presente nas resoluções dos problemas da mesma.
- O carinho e o afecto devem ser fundamentais para um bom desenvolvimento psicoemocional dos pacientes que tiveram sua perda.
- Que nas unidades Hospitalares reforcem as áreas de atendimento psicológico.

Referências Bibliográficas

- American Psychiatric Association. (1994). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (4ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- American Psychiatric Association. (2022). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5ª ed., texto revisado). [Tradução].
- Araújo, M., & Schiavo, C. (2018). *As configurações subjetivas da depressão pós-parto: Para além da padronização patologizante* (Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília). Universidade de Brasília.
- Areias, M. E. G., Augusto, A. R., Figueiredo, B., Calheiros, J. M., & Figueiredo, E. (2005). Psicologia do puerpério: A depressão pós-parto – revisão sobre epidemiologia, etiologia e extensão das consequências. *Arquivos de Medicina*, 6(2), 104–108.
- Batista, M. N., Batista, A. S. D., & Oliveira, M. G. (2014). Depressão e gênero: Por que as mulheres se deprimem mais que os homens? In N. Batista (Org.), *Suicídio e depressão: Atualizações* (pp. 50–59). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Beck, C. T. (2001). Predictors of postpartum depression: An update. *Nursing Research*, 50(5), 275–285.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Beck, J. S. (2007). *Terapia cognitiva: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Campbell, S., & Cohn, J. (2022). Implicações psicológicas da depressão. [Referência incompleta – necessário mais dados de publicação].

- Cantilino, A., et al. (2010). Transtornos psiquiátricos no pós-parto. *Archives of Clinical Psychiatry*, 37(6), 288–294.
- Da Cunha, A. B., et al. (2012). A importância do acompanhamento psicológico durante a gestação em relação aos aspectos que podem prevenir a depressão pós-parto. *Saúde e Pesquisa*, 5(3), [ISSN 2176-9206].
- De Campos, B. C., & Rodrigues, O. M. P. R. (2015). Depressão pós-parto materna: Crenças, práticas de cuidado e estimulação de bebês no primeiro ano de vida. *Psico*, 46(4), 483–492.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221–231.
- Dias, M. N. (2003). *Teoria: Aplicações de casos clínicos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Faisal-Cury, A., & Menezes, P. R. (2012). Depressão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 34(4), 446–450.
- Felix, G. M. A., Gomes, A. P. R., & França, P. S. (2008). Depressão no ciclo gravídico-puerperal (pp. 51–60). [Referência incompleta – necessário título do livro ou periódico].
- Fonseca, A., & Canavarro, M. C. (2017). Depressão pós-parto. In *PROPSICO: Programa de atualização em Psicologia Clínica e da Saúde – Ciclo 1* (pp. 111–164).
- Freud, S. (1976). Luto e melancolia. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kächele, H., & Kordy, H. (1993). Sobre os resultados das psicoterapias. *Revista de Psiquiatria do Rio de Janeiro*.
- Konradt, C. E., et al. (2011). Depressão pós-parto e percepção de suporte social durante a gestação. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 33(2), 76–79.

DA BIOÉTICA À HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE EM ANGOLA

Messias Mateus Francisco Cassange³²
FHUAN

Resumo

Neste Artigo Científico aborda-se a temática: “Da Bioética à Humanização da Saúde em Angola”, com o objectivo de reflectir a importância da Bioética e a Humanização da saúde em Angola. A bioética é um dos supervisores da ciência, é a ponte que liga a ciência biológica e a ética. Cremos que a saúde é o bem mais preciso do estrato social, reconhecer no doente os seus direitos, é obrigação de todos os profissionais de saúde e da sociedade. A humanização chama atenção ao homem para que trate a si mesmo e a seus semelhantes com humanidade, com respeito, de modo que não seja visto como mero instrumento para a consecução de uma finalidade qualquer. O profissional de saúde deve agir sempre, de tal maneira que o doente não seja visto como meio, mas como o fim, defendendo o princípio da dignidade humana. Metodologicamente, o presente artigo científico enquadra-se numa pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e serve-se do método bibliográfico ou documental.

Palavras-chave: Bioética, Ética, Humanização, Doente, Saúde.

Abstract

This Scientific Article addresses the theme: “From Bioethics to the Humanization of Health in Angola”, with the aim of reflecting on the importance of Bioethics and the Humanization of health in Angola. Bioethics is one of the supervisors of science, it is the bridge that connects biological science and ethics. We believe that health is the most precious asset of the social stratum, recognizing the patient's rights is an obligation of all health professionals and society. Humanization calls man's attention to treat himself and his fellow men with humanity, with respect, so that he is not seen as a mere instrument for achieving any purpose. The healthcare professional must always act in such a way that the patient is not seen as a means, but as an end, defending the principle of human dignity. Methodologically, this scientific article is part of exploratory research with a qualitative approach and uses the bibliographic or documentary method.

Keywords: Bioethics. Ethics. Humanization. Sick. Health.

Introdução

O presente Artigo Científico intitulado “Da Bioética à Humanização da saúde em Angola”, é uma abordagem filosófica e clínica, com o objectivo de reflectir a importância da Bioética e a

³²Cassange, Messias. Filósofo/Formado em Bioética – Faculdade de Humanidades – Universidade Agostinho Neto. Tel.: +244 933 585 815. E-mail: messismcassange@gmail.com

Humanização da saúde em Angola. Buscamos fontes teórico-bibliográfico para identificar a importância da bioética e a humanização da saúde; caracterizar o doente e os seus direitos; descrever os princípios éticos da saúde; discutir sobre a ética médica e a bioética. Sendo que, a bioética e a humanização representam uma nova reflexão obrigatória e transdisciplinar sobre o homem e o mundo biológico, posto em confronto com os enormes progressos da ciência e da tecnologia. Os estudos da ética no campo das ciências biológicas e áreas afins denominam-se bioética, que significa “ética da vida”. O termo tem origem grega: bios (vida) e ética (costumes, valores de uma determinada sociedade). A finalidade da bioética é alcançar benefícios e assegurar a integridade dos seres humanos, defendendo o princípio da dignidade humana.

Estamos de acordo, é necessário humanizar a prestação dos cuidados de saúde. A humanização da saúde tornou-se um conceito largamente aceite, ninguém se lhe opõe. Muitos são os que convictamente se batem pela sua implementação. Mas não há dúvida de que esta adesão de princípio nem sempre tem consequências práticas e que muitas tentativas generosas se vão desfalecendo, por falta de apoios, de compreensão e de clima propício. Neste contexto, em 2018, com aprovação do Estatuto Orgânico do Ministério da Saúde, Decreto Presidencial nº 21/18 de 30 de janeiro, foi criado o Gabinete de Ética e Humanização, tendo como objectivo primordial a melhoria do atendimento de cuidados e serviços de saúde, através da promoção e implementação do programa de humanização na rede sanitária, bem como da boa gestão dos gabinetes do utente em todo Serviço Nacional de Saúde.

1. Bioética

Ter uma ciência que se preocupa com as acções do homem e seus efeitos é a protecção que cada sociedade necessita, na eventualidade de qualquer violação do seu direito, pois a filosofia moral mostra que não basta curar ou buscar curar uma doença, acreditamos que o modo como se cura, deve obedecer determinados padrões éticos e profissionais, estando sujeito a observação e crítica, para ir mais além, punir quando o acto se revê em negligência ou outra transgressão. Para Dall'Agnol (2004: 15), a bioética é um campo da ética que trabalha directamente com as questões da vida. Em outros tempos, as discussões morais e éticas estavam voltadas, quase de forma exclusiva para a condição humana, porém, é necessário problematizar as regulamentações normativas para a sustentabilidade da vida, em todo ecossistema, pois a bioética é a parte da ética prática que estuda os problemas morais relacionados com o início, o meio e o fim da vida. Por isso ela é de grande importância para as sociedades e para o homem enquanto indivíduo.

Segundo Pegoraro (2006),

“o termo bioético é uma definição que parte da palavra: bios e ethos, ou ética da vida. Então a bioética, em primeiro lugar, cuida da vida, especialmente da vida fragilizada, (Pegoraro, 2006)”.

É neste contexto que a Bioética e a humanização se preocupam com as acções humanas e suas consequências (Dall'Agnol, 2004: 22). Como declara d'Ornellas (2008), a bioética, longe de se confinar a um simples confronto entre ciências biomédicas, humanas e éticas, apresenta-se como uma nova questão de sociedade que interpela a responsabilidade parlamentar. As escolhas legislativas em matéria de bioética têm consequências sociais porque tocam no equilíbrio do sistema de saúde e no acesso a cuidados médicos. É necessário acrescentar ainda o direito ao emprego de pessoas doentes ou potencialmente doentes, as escolhas orçamentais respeitantes à investigação ou aos cuidados médicos, o olhar que as pessoas saudáveis lançarão amanhã sobre os portadores de deficiências e a sua família, a vivência da gravidez e os direitos das mulheres grávidas.

2. Humanização: dignidade da pessoa humana.

Um homem deve respeito ao outro pelo simples facto de saber que é homem, neste sentido o respeito não deve cingir-se sobre o que o outro possui, mas pelo mérito do ser semelhante. Como ensina Rabenhorst (2001, 14), o termo dignidade expressa tudo aquilo que merece respeito, consideração, mérito ou estima. A dignidade da pessoa humana é, acima de tudo, uma categoria moral; significa a qualidade ou valor particular que atribuímos aos seres humanos em função da posição que ocupam na escala dos seres. A dignidade é atributo do que é insubstituível e incompatível, daquilo que, por possuir um valor absoluto, não tem preço. É preciso que o homem trate a si mesmo e a seus semelhantes com humanidade, com respeito, de modo que não seja visto como mero instrumento para a consecução de uma finalidade qualquer, mas capaz de se submeter às leis oriundas de sua própria vontade, por intermédio de seus representantes e de poder formular um projecto de vida deliberado e consciente.

O respeito pela pessoa humana é universal, sendo dever de todos. Na nossa realidade angolana, “o pai do outro, também é teu pai”, esse é um dos ensinamentos da nossa cultura, fruto da vivência dos nossos antepassados, e isso pode se adequar ao atendimento humanizado, tendo o pai, a mãe ou o filho do outro como seu; atendendo o outro como se estivesse a atender o seu familiar.

De acordo com a Constituição da República de Angola (2023), sobre Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais, sito no seu segundo capítulo, secção um, sobre Direitos e Liberdades Individuais e Colectivas, Artigo 30º, declara que o Estado respeita e protege a vida da pessoa humana, que é inviolável. Neste contexto (Conferência Geral da UNESCO, 2005), que a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser plenamente respeitadas. Os interesses e o bem-estar do indivíduo devem prevalecer sobre o interesse exclusivo da ciência ou da sociedade.

Segundo Comparato (2019: 14),

“a dignidade da pessoa não consiste apenas no facto de ser ela, diferente das coisas, um ser considerado e tratado, em si mesmo, com um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado, (Comparato 2019: 14)”.

A dignidade da pessoa resulta também, do facto de que pela sua vontade racional, se a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita. Pela sua vontade racional, a pessoa, ao mesmo tempo que se submete às leis da razão prática, é a fonte dessas mesmas leis, de âmbito universal, sendo o imperativo categórico, age unicamente segundo a máxima, pela qual tu possas querer, ao mesmo tempo, que ela se transforme em lei geral, ou seja, que abrangesse a todos, (Comparato, 2019).

a. Humanizar a Saúde

A todo tempo haverá pessoa a necessitar dos serviços médicos e medicamentosos. A busca por estes serviços na nossa realidade angolana é frustrante e por vezes impossível. De tal modo que, Osswald (2004: 61) é questionado algumas vezes sobre: o que é humanizar? Haverá prioridade na humanização? Não será mais importante e urgente velar pela garantia de qualidade e no seu controlo? Não será a humanização uma espécie de escapatória, um bode expiatório das frustrações do sistema de saúde, uma tentativa de minimizar coisas mais importantes e mais graves que essas, para remediar ou expurgar, tais como má prática da medicina, violação dos direitos do doente, faltas disciplinares, corrupção administrativa?

Todas estas questões sérias merecem resposta verdadeira e adequada, começaremos por partilhar algumas situações extraídas da realidade, que espelha o nosso cotidiano, como nos diz Osswald (2004, 62):

1ª As nossas consultas:

Às sete da manhã passo de carro junto de uma extensão de um Centro de Saúde, albergada em edifício novo e elegante. À porta, um grupo de gente comprime-se no alpendre, procurando, refúgio da chuva gelada que cai. O meu companheiro elucida: são utentes que desejam garantir o acesso à consulta, vindo às 5 ou 6 horas da manhã. Perante a minha surpresa, acrescenta que o administrativo recebe presentes e dinheiro, mas que aos mais pobres, não podendo competir com os desafios, só lhes resta ir fazer bicha (filas), para apanharem as consultas sobranes. E os médicos não sabem disso? E ninguém se queixa? Bem, consta, lá isso consta. Mas não há provas, e os médicos não se metem nessas coisas e denunciar, ninguém denuncia, por medo de represálias.

2ª A responsabilidade profissional:

A criança de seis anos, vítima de atropelamento, foi rápida e eficientemente atendida no Serviço de Urgência. Após uma informação inicial, os pais vêm passar horas em angústia crescente. Finalmente, surge uma médica jovem, terrivelmente embaraçada, que “lamenta muito ter de lhe comunicar que o vosso filho não sobreviveu à gravidade das lesões, apesar de todos os cuidados” e desaparece de novo, para ser substituída por uma enfermeira madura e empática.

3ª O comunicar dos nossos profissionais

Após controlo de rotina de uma gravidez normal, a gestante, sozinha em casa, recebe um telefonema de uma secretária: o senhor doutor manda dizer que vai ser preciso repetir a ecografia, porque esta deu um resultado anormal e, por isso, daqui a oito dias venha cá novamente. Mas que anormalidade foi detectada, o que é que se passa? Aí isso só o senhor doutor pode dizer e agora não está aqui; mas é possível que não seja nada, daqui a oito dias já se tiram as dúvidas (realmente, o exame repetido ao fim de oito dias de ansiedade e choro não revelou qualquer anormalidade).

Face à essa realidade, esta casuística recente dá que pensar e fornecer respostas às interrogações acima formuladas. Humanizar é reforçar o clima humano de inter-relação confiante e confidencial, entre pessoa (utente, doente, familiar) e pessoa (profissional de saúde). Humanizar é atender com cortesia, benevolência e paciência: é ter compreensão com quem se encontra angustiado, tenso, apavorado, porventura pouco racional ou até agressivo; é informar com verdade e delicadeza, é acolher com simpatia; é, sobretudo, respeitar as pessoas enquanto pessoas ameaçadas ou fragilizadas pela doença. Na prática, a atitude interior é que conta.

Quem não se deixa cair na rotina, não ceder a tentação burocrática, não aceitar a coisificação da pessoa, não vir no doente o pretexto para a sua actividade profissional (é às vezes até o empecilho, quiçá o adversário) mas sim a razão de ser o primeiro motor da sua profissão, essa ou esse estará de facto a humanizar a saúde. Essa ou esse profissional preocupar-se-á não só com a qualidade da sua actividade, mas também com o clima em que ela se desenrola. Para ela ou para ele, não será admissível que haja doentes à espera desde a madrugada para serem atendidos ao fim da manhã; não entregarão a difícil tarefa de anunciar a morte de uma criança a seus pais a um jovem e inexperiente membro da equipe, pelo contrário, será a pessoa mais experiente e mais capaz de empatia a que tomará sobre si essa dolorosa tarefa, dispondo-se a perder tempo, a ser compassivo, a consolar. O profissional de saúde para quem a humanização não é palavra vã nunca encarregará um elemento administrativo de contactar com um doente para lhe comunicar uma

suspeita séria de malformação fetal e a necessidade de repetir um exame daí a oito dias, (Osswald, 2004, 63).

Para humanizarmos a saúde temos que exercitar os seguintes elementos: escuta activa (prestar atenção as palavras do paciente e o seu acompanhante); sensibilidade profissional (reconhecer e dar resposta às situações emocionais, físicas e espirituais do paciente); empatia profissional (é o lembre-se de agir e reagir colocando-se no lugar do paciente, de modo a entender a dor, a angústia e as emoções do paciente); autoconsciência (conhecer e reconhecer os seus limites como profissional e pessoa). Diante destes elementos o profissional de saúde não pode confundir os seus deveres com os seus sentimentos.

Para Osswald (2004), humanizar é, finalmente, ter presente aquela regra de ouro que, tantas vezes expressa na sua forma negativa por filósofos e escolares (não faças aos outros o que não queres que te façam a ti). De facto, se fizermos com frequência o salutar exercício mental de nos colocarmos na situação da pessoa doente ou do seu familiar, não nos será difícil entender o que é humanizar a saúde e por que razão é urgente humanizar e por que é que humanizar é dar qualidade aos serviços de saúde.

O doente

O ser humano embrionário, a pessoa doente, portadora de deficiência ou idosa, apelam à nossa solidariedade. d'Ornellas (2008: 15) afirma que, pela sua simples existência, são o garante da nossa própria humanidade e de uma sociedade verdadeiramente humana na qual os mais fracos são acolhidos, amados e protegidos. Rende-se homenagens àqueles que, em grande número, praticam uma obra de justiça e de solidariedade devotando-se à prestação de cuidados junto de pessoas vulneráveis.

Em termos de concepção, o doente é acima de tudo uma pessoa que precisa de atenção médica e medicamentosa, estando a sua vida num estágio de fragilidade. É neste sentido que se reconhece a vida e busca-se a melhoria do corpo e da alma, através de profissionais comprometidos a arte de curar. Para Mondin (2011: 43), a vida é fenómeno bastante rico e complexo: abrange uma gama vastíssima de seres (dos moluscos, às plantas, aos animais, aos homens) e se apresenta com propriedade marcadamente diversa nos grupos em separado. Isso propõe o problema de descobrir no fenómeno da vida aquele mínimo denominador comum que se realiza em todos os seres vivos e os separa dos não vivos. Uma das propriedades fundamentais e mais evidentes do ser humano é a vida.

b. Cuidar das pessoas doentes e a Responsabilidade moral da enfermagem

Segundo Stanhope e Lancaster (2000: 117), a necessidade de cuidados de saúde constitui a base da relação entre enfermeiro e utente e impõe ao enfermeiro um dever moral para beneficiar o utente através de acções de enfermagem. O comportamento de cuidar é esperado do enfermeiro e é geralmente considerado fundamental para o seu papel. O cuidar tem uma relação directa com a saúde humana, cuidar pode significar ser encarregue da protecção, bem-estar, ou manutenção de algo ou alguém. Cuidar em enfermagem dirige-se especificamente à protecção da saúde e bem-estar dos utentes na comunidade. Quando o comportamento de cuidar é considerado como importante para o papel de enfermagem, isso indica um compromisso face a protecção da dignidade da pessoa humana bem como da preservação da saúde humana.

Por outro lado, a necessidade dentro da prática de enfermagem, de responsabilidade moral em resposta a direitos básicos humanos, tem sido reconhecida há muito tempo. Até mesmo Florence Nightingale fez supostamente fortes objecções à supressão da vontade de uma pessoa para benefício de outros no desempenho dos cuidados de enfermagem. Em enfermagem comunitária, as acções de enfermagem são orientadas não só pela ética profissional e a sua prioridade relativamente aos princípios éticos, mas também pela ética de saúde pública, que tem uma prioridade diferente de princípios, (Stanhope & Lancaster, 2000).

Refere ainda Stanhope e Lancaster (2000), a responsabilidade moral na prática de enfermagem significa que os enfermeiros são responsáveis pelo modo como provem, protegem e vão ao encontro das necessidades de saúde dos utentes, respeitando simultaneamente os direitos individuais à autodeterminação nos cuidados de saúde. Em enfermagem comunitária, onde a maior ênfase é em agregados mais que em clientes individuais, a responsabilidade moral significa ser responsável por como a saúde dos grupos agregados tem sido promovida, protegida e atingida.

c. Os direitos dos doentes

O doente é uma pessoa frágil, com dor e angústias. Stanhope e Lancaster (2000: 104), afirmam que, o assunto respeitante aos direitos do doente é um problema na prestação de cuidados de saúde porque a sociedade não expressa as suas obrigações para com os cidadãos tendo em vista a saúde. Para corrigir este problema, os profissionais de saúde precisam perguntar: Quais são as obrigações sociais para com os cidadãos tendo em vista a saúde? Que tipo de responsabilidade têm os prestadores de cuidados de saúde em resposta aos direitos dos doentes? Acontece que as

peças não gozam sempre de saúde e que uma apreciável percentagem de cidadãos está, ou se declara, cronicamente doente ou sujeita a doenças de longa duração. Seria absurdo admitir que esta situação de “anormalidade” ou de excepção representasse um impedimento à fruição dos Direitos Humanos atribuídos a todos os representantes da espécie humana, sem excepção nem excepção de sexo, raça, língua, religião, estatuto social ou riqueza. Sendo assim, os doentes continuam no pleno gozo dos seus direitos fundamentais, mas alguns desses adquirem tonalidades ou expressões práticas que são específicas da condição em que se encontram.

Para os autores (2000), os requisitos morais dos princípios de autonomia e justiça ainda são importantes em enfermagem comunitária, mas são menos importantes do que os requisitos do princípio de beneficência. Em enfermagem comunitária, a ênfase da ética profissional inclina-se para o benefício para com os agregados, o que implica seguir uma regra de utilidade no planeamento, implementação e avaliação dos serviços de enfermagem comunitária. Vejamos assim, alguns direitos dos doentes:

- O direito a igualdade pressupõe, para os doentes, um acesso idêntico aos cuidados de saúde, tratamento da mesma qualidade para todos, distribuição equitativa dos bens escassos (por exemplo intervenções diagnósticas ou terapêuticas de alto custo e elevado grau de especialização).
- O direito a um nível de vida aceitável leva-nos imediatamente à questões do direito à saúde. Esta expressão tem sido muito constatada, por poder sugerir um direito fundamental a não adoecer, uma inexistente prerrogativa de negação da doença e quiçá da própria morte. É, porém, claro que não é disto que se trata: o que se entende por direito à saúde é o direito a gozar de condições ambientais e de vida que não ponham em risco a saúde e de poder recorrer a cuidados de saúde adequados, quando se manifesta a doença. A pessoa humana tem direito a viver numa atmosfera não poluída, a dispor de água potável, a não estar sujeita a radiações perigosas, a não ter de viver e de trabalhar em condições degradadas e insalubres, a dispor de um sistema de saúde que vele pela saúde pública, tenha um programa de vacinação e o execute, ofereça os cuidados apropriados, acolha os doentes, os encaminhe, trate e acompanhe.
- A procriação da servidão e da detenção arbitrária têm como consequência, para o doente, o direito a exercer a sua autonomia no que concerne a resoluções acerca da sua terapêutica, bem como da sua permanência em regime de internamento. Consequências importantíssimas, já que se opõem às piores formas de paternalismo médico (a adopção, contra vontade do doente, de determinada opção médica ou cirúrgica) e ao internamento compulsivo ou à recusa de dar alta. Só em pessoas incapazes (e com mecanismo cautelares, mesmo nesse caso) se admite o internamento compulsivo ou o prolongamento do internamento sem aquiescência do doente. O doente tem o direito de dar ou de recusar o seu consentimento às medidas diagnósticas ou terapêuticas que lhe são propostas, sugeridas, aconselhadas; mas para esta decisão não seja um acto de puro voluntarismo, um exercício gratuito e irracional de um direito, é indispensável que obtenha informação verdadeira, tão completa quanto possível, isenta e não enviesada. Podemos ainda considerar direito a obter uma segunda opinião acerca do seu caso como um ramo deste mesmo tronco, já que a opinião de outro profissional de saúde poderá habilitar o doente a melhor informação e, conseqüentemente, a um mais esclarecido consentimento.
- Finalmente, o direito que o doente tem a ser assistido, na sua doença, por ministro ou representante da religião que professa (e, naturalmente, a recusar qualquer assistência espiritual) insere-se, claro está, no direito à prática de uma religião. Pessoa quer dizer antes de tudo, autonomia no ser, domínio de si mesmo, inviolabilidade, individualidade, incomunicabilidade, unidade.

Respeitar os direitos dos doentes constitui um verdadeiro desafio para a modernidade, pela simples razão de que muitos dos valores, objectivos e procedimentos actualmente adoptados (ou pelo menos aceites em plano de igualdade com aqueles que fazem parte da herança cultural) são, claramente, de difícil conciliação com observância dos referidos direitos.

3. Princípios éticos da saúde

A coisificação do homem, que é já uma tentação da ciência, encontra-se de facto agravada pelas pretensões do mercado. Ao tomar decisões morais, recorre-se geralmente a várias regras, princípios ou teorias. As regras afirmam que certas acções devem ou não ter lugar porque estão certas ou erradas. Um exemplo, será que “os enfermeiros devem dizer sempre a verdade aos doentes”. Os princípios são mais abstractos do que as regras e servem como fundamento para estas. As teorias, contudo, são conjuntos de princípios e regras. Fornecem fundamentos teóricos para decidir o que fazer quando os princípios e regras entram em conflito. Exemplos de algumas teorias importantes são utilitaristas, deontológicas e lei natural, conforme D’Ornellas (2008: 14).

a. Princípio de autonomia

A autonomia para Phipps, Sands e Marek, (2003: 110), é uma palavra de origem grega, formada pelos elementos *autos*, próprio e *nomos*, regra ou lei. A noção central de autonomia é a de auto-regra ou liberdade de seguir a vontade de cada um. O princípio da autonomia é fundamental para o estudo da ética.

Nesse contexto, a autonomia diz respeito à liberdade de acção que um individuo escolhe. As pessoas que são autónomas são capazes de escolher e agir em planos que elas próprias tenham seleccionado. Respeitar as pessoas como indivíduos autónomos é reconhecer os seus direitos pessoais, de fazer escolhas e agir relativamente a isso (Stanhope e Lancaster, 2000: 110). São respeitadas como agentes morais ou pessoas autodeterminantes. Quando os profissionais de saúde respeitam as pessoas como agentes morais, estão a agir de acordo com os requisitos do princípio moral de autonomia.

Na visão de Stanhope e Lancaster (2000), o princípio de autonomia é aplicado da saúde comunitária através do respeito pelas pessoas, protecção da privacidade, fornecimento de consentimento informado, liberdade de escolha, incluindo recusa de tratamento; e protecção de autonomia diminuída.

b. Princípio de beneficência

Em situações em que julgamos que o individuo não consegue tomar uma decisão autónoma, confiamos no princípio da beneficência para orientar as nossas acções, (Phipps, Sands e Marek, 2003: 112). O princípio de beneficência diz que “se deve fazer o bem e prevenir ou evitar fazer o mal” (Stanhope e Lancaster, 2000: 109). A beneficência é um dever de ajudar os outros, a ganhar o que é para seu benefício, mas não acarreta a obrigação de arriscar o bem-estar ou interesses próprios na ajuda aos outros. Alguns teóricos sustentam que a beneficência não requer moralmente que se beneficiem sempre os outros, mesmo quando o podemos fazer. Antes do mais, só nos é moralmente requerido prevenir o mal, o que pode ser verdade nas interações sociais gerais entre as pessoas.

O serviço que consiga o maior equilíbrio do bem sobre o mal, ou de benefício sobre o prejuízo, está em concordância com a regra da utilidade. Esta regra deriva do princípio da beneficência e inclui um dever moral de pesar e equilibrar benefícios contra prejuízos, para aumentar os benefícios e reduzir a ocorrência dos prejuízos. A saúde comunitária é uma regra de utilidade que representa a base para financiar certos programas de saúde mais que outros, realizar programas de vigilância de doenças transmissíveis, ou levar a cabo projectos de pesquisa nos quais se pode ter em atenção os direitos individuais à privacidade, (Stanhope & Lancaster, 2000).

c. Princípio de Não-maleficência

O princípio de não-maleficência é a exigência ética primária de que o médico não utilize os seus conhecimentos ou a sua situação privilegiada em relação ao doente para infligir dano. Expressa-o o juramento de Hipócrates ao afirmar: “do dano e da injustiça ao preservarei. Não darei a ninguém, ainda que me peça, nenhum fármaco letal, nem farei semelhante sugestão;

abstendo-me de todo o agravo intencional ou corrupção, em especial de práticas sexuais com as pessoas, quer sejam homens ou mulheres, escravos ou livres; o que no tratamento, ou inclusive fora dele, vir ou ouvir em relação a vida dos homens, aquilo que jamais deve divulgar-se, o calará tendo por segredo”. O juramento inclui a obrigação de não causar danos, juntamente a de fazer o bem, farei uso do regime de vida para ajuda do doente, segundo a minha capacidade, e recto entender do dano e da injustiça o preservarei, (Fernández, 2006: 37).

Conforme Fernández (2006), o princípio de não-maleficência é mais geral e obrigatório que o de beneficência: podem dar-se situações em que o médico não esteja obrigado a tratar um doente, mas estará, sim, obrigado a não lhe causar positivamente dano algum. Deste princípio derivam para o médico normas como não matar, não causar dor, não incapacitar nem física, nem mentalmente, não impedir o prazer. Afirma a obrigação de não causar dano intencionalmente. Este princípio é, sem dúvida, básico na vida moral e já o guardava a tradição cristã medieval no seu faz o bem e evita o mal, como princípio básico ou primário da lei natural. As obrigações negativas do princípio de não-maleficência, que nos proíbe causar dano, são claramente distintas das obrigações positivas que nos impõe o princípio de beneficência (por exemplo, partilha os teus bens com o necessitado). Estes autores sustentam que as obrigações de não-maleficência seria não façam X, tratar-se-ia sempre de prescrições negativas, que proíbem uma determinada acção ou conduta.

d. Princípio de Justiça

Como refere a UNESCO (2005: 8), a igualdade fundamental de todos os seres humanos em dignidade e em direitos deve ser respeitada para que eles sejam tratados de forma justa e equitativa. Com isto,

“O primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer, isto é, meu e encontrou gente bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria culpado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, estivesse gritado a seus semelhantes: Não escutem a esse impostor. Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra é de ninguém (Rousseau, 2012: 80)”.

Para D’Ornellas (2008) a igualdade, princípio fundador da democracia, encontra-se abalada pela biomedicina. Assistimos a uma entrada em jogo dos limiares de humanidade: humanidade supranumerária saída da procriação médica assistida, humanidade geneticamente incorrecta objecto de despistagem, de triagem e de investigação sem que ela possa dar o seu consentimento, humanidade desejada ou indesejável.

Ora, se noutras épocas, aceitando generalizadamente o conceito assim como as exigências da dignidade humana, se praticou a discriminação por motivos de raça, religião ou estatuto social, assiste-se hoje a uma não menos grave e injusta discriminação que conduz a não reconhecer o estatuto ético e jurídico dos seres humanos afectados por graves doenças e deficiências. Como pensar que estas discriminações, desembocando num verdadeiro apartheid genético, não tenham nenhuma consequência sobre a nossa sociedade? Elas influenciam já, de uma forma insensível, a ideia que nós fazemos do homem. Elas transportam uma ofensa à ideia mesma da solidariedade entre seres humanos, no entanto iguais em direitos. O princípio de humanidade não se divide.

Stanhope e Lancaster (2000), declaram que, o princípio formal de justiça sustenta que situações idênticas devem ser tratadas igualmente e aquelas que não são iguais devem ser tratadas de forma diferente de acordo com as suas diferenças. Ao considerar-se a saúde de uma comunidade, apela-se a princípios materiais de justiça.

Fernández (2006), cita alguns princípios materiais de justiça distributiva que se encontram na literatura ética:

- A cada pessoa uma parte igual.
- A cada pessoa de acordo com a necessidade.
- A cada pessoa de acordo com o esforço.
- A cada pessoa de acordo com a contribuição,
- A cada pessoa de acordo com o mérito.
- A cada pessoa de acordo com os intercâmbios do livre mercado.

A aplicação da justiça distributiva da saúde, diz Stanhope e Lancaster (2000: 114), podem ser consideradas diferentes teorias de justiça na decisão de como distribuir recursos de cuidados de saúde. Estas teorias incluem:

- 1- **Teoria da capacitação:** defende que todos os indivíduos têm direito àquilo com que nascem. A teoria não confere responsabilidade ao governo ou aos seus órgãos para melhorar o destino dos menos afortunados. Se as pessoas são saudáveis e ricos e foram capazes de adquirir bens por compra, oferta, ou troca legítima, têm direito ao que têm. Podem também aumentar as suas posses de qualquer forma possível, desde que não enganem os outros. É lamentável que algumas pessoas sejam mentais ou fisicamente incapazes, mas os outros não têm obrigação de dar dinheiro aos incapacitados para tornar as suas vidas mais confortáveis. A ajuda aos desafortunados é simplesmente um acto de caridade dos membros da comunidade. Nesta teoria, as desigualdades entre os indivíduos relativamente à saúde, posição e bem-estar económico são toleradas. Apenas a agressão ou o mal contra outros e a aquisição injusta de bens são proibidas. Daí a distribuição real de bens parece estar mais de acordo com um princípio de autonomia de direito à liberdade do que com um princípio de justiça (Stanhope e Lancaster, 2000).
- 2- **Teoria utilitarista da justiça:** sustenta que a melhor forma de distribuir recursos entre os cidadãos é decidir como o despende ou utilizar recursos irá conseguir o maior bem económico e servir o maior número de pessoas (Stanhope e Lancaster apud Mill, 1957). Em tempos de recursos limitados, quando tudo aquilo que é preciso ou desejado não pode ser providenciado pela comunidade, este método de distribuição é atraente. Embora tende a ignorar as necessidades e desejos dos indivíduos, consegue maximizar benefícios líquidos sobre custos e serve o maior número de pessoas. Nesta teoria as necessidades e desejos de alguns indivíduos não serão satisfeitas e eles podem, mesmo, ser prejudicados no processo. Isto é lamentável. Ainda assim, ao distribuir recursos limitados de tal forma que “o maior bem para o maior número” seja alcançado, o governo e os seus órgãos iria realizar as suas obrigações para com os cidadãos. É fácil compreender que o princípio da beneficência domina outras considerações no utilitarismo. A justiça é servida ao beneficiar o maior número ao menor custo.
- 3- **Teoria da maximização da justiça:** identifica primeiramente os membros menos favorecidos da comunidade e decide como eles poderiam ser beneficiados em vez de decidir acerca dos maiores benefícios líquidos dos agregados. Isso permite então o exercício livre da liberdade por todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, permite a evolução de desigualdades sociais e económicas de modo que estas beneficiem os menos abonados e favorecidos (Stanhope e Lancaster apud Rawls, 2000). Muitos tipos de desigualdades na saúde, recursos de cuidados de saúde e posse de benefícios económicos serão tolerados e considerados, desde que a posição dos menos favorecidos seja melhorada ou beneficiada.

Para Rawls (2000), o estabelecimento da justiça social é um desafio persistente ao longo de tempos e espaços nas sociedades. As injustiças sociais parecem ter origens nas desigualdades criadas. Como explicava Rousseau (2012), há duas grandes desigualdades, a natural e a política. A desigualdade natural é aquela que torna cada indivíduo único, já a desigualdade política é criada ao proporcionar privilégios individuais ou para um grupo, em detrimento de outros.

A justiça social pode ser entendida como acções reparatórias de desigualdades causadas por interesses individualistas em detrimento da colectividade. As injustiças sociais se dão em

vários aspectos, não sendo uma exclusividade dos problemas econômicos. Nesse sentido, segundo Tealdi (2008), a justiça social está na raiz da bioética, como a causa originante de outros dilemas éticos, como o tráfico de pessoas, comércio de órgãos, acesso desigual à saúde e, principalmente, a qualidade de vida, tão discutida pela Bioética de Intervenção.

4. A ética médica e a Bioética

As questões fundamentais da ética dizem respeito ao Bem, ao que deve determinar a ação humana. O seu fim é de estabelecer os fundamentos do agir e de uma vida justa.

Em termos de obediência, a ética médica é oriunda dos estudos de acentuados médicos e filósofos da antiguidade, tendo em consideração um código de ética com base na honestidade, caridade e ciência. Segundo Biscaia (2005: 27-28), o exercício da profissão médica tem sido limitado ao longo dos anos por princípios éticos, com raízes no Juramento de Hipócrates, que regulavam fundamentalmente o comportamento em relação aos doentes e os colegas de profissão.

Um juramento profissional representa um propósito de vida livremente escolhido. Este tem a particularidade de centrar a cada médico a responsabilidade pelas decisões éticas que ele implica. Desenvolve depois um conjunto de compromissos de serviço: Serviço da Humanidade e serviço dos seus doentes cuja saúde e confidencialidade serão as grandes preocupações. Esta última deverá ser mantida mesmo para além da morte daquele que nos tiver confiado os seus segredos. Missão de serviço que deverá ser realizada independentemente da religião, raça, nacionalidade, partido político ou posição social que se acolherem aos nossos cuidados.

Nesse processo, a bioética é o ramo da ética aplicada que estuda as práticas e os desenvolvimentos no campo biomédico. Na mesma linha, a definição que mais cedo se impõe de referência constante na bioética, entende-se a ética médica como uma forma de ética aplicada, a utilização de teorias gerais éticas, princípios e regras aos problemas da prática terapêutica, dos cuidados de saúde e da investigação médica e biológica, (Coutinho, 2005: 18).

No entanto, a ética é o estudo do processo racional de tomar decisões de carácter moral. Quando nós levantamos questões éticas, estamos a procurar saber se numa determinada situação, a ação é moralmente correcta ou como devemos proceder para termos uma vida aceitável ou digna de ser vivida, (Chips, Sands & Marek, 2003: 107).

Para Potter (1971: 7-8), esta nova ciência, bioética, combina o trabalho dos humanistas e cientistas, cujos objectivos, são sabedoria e conhecimento. A sabedoria é definida como o conhecimento de como usar o conhecimento para o bem social. A busca de sabedoria tem uma nova orientação porque a sobrevivência do homem está em jogo. Os valores éticos devem ser testados em termos de futuro e não podem ser divorciados dos factos biológicos. Acções que diminuem as chances de sobrevivência humana são imorais e devem ser julgadas em termos do conhecimento disponível e no monitoramento de parâmetros de sobrevivência que são escolhidos pelos cientistas e humanistas.

Conforme Potter (2018: 244), a bioética é, portanto, a ciência sobre o uso da ciência. É o supervisor ético da ciência. Sem tal supervisor, a ciência pode escapar do controle humano e tornar-se conhecimento perigoso. A bioética deve, portanto, representar uma nova ética científica que conecte a humildade, a responsabilidade e a capacidade. Para Potrer (1998: 370-374), a teoria original da bioética era a intuição da sobrevivência da espécie humana, numa forma decente e sustentável de civilização, exigindo o desenvolvimento e manutenção de um sistema de ética. Na actualidade este sistema ético proposto segue sendo o núcleo da bioética ponte com sua extensão para a bioética global, o que exigiu o encontro da ética médica com a ética do meio ambiente numa escala mundial para preservar a sobrevivência humana.

Para Biscaia (2005), o médico e todos os outros profissionais de saúde, aceitaram a vocação de ser os primeiros a responder a esse apelo estando assim na essência de todas as relações inter-humanas. Aponta ainda, os outros compromissos de respeito pelos Mestres, pela dignidade e nobres tradições da profissão médica e pelos colegas, embora se possam interpretar num clima ético, têm vislumbres duma defesa corporativa. Porém qualquer que tenha sido o valor

e eficácia das fórmulas de Juramentos, os médicos não podiam ficar à margem das leis e dos princípios das sociedades nacionais em que estavam inseridos e das Declarações Internacionais sobre os Direitos do Homem.

Aparecem assim, os Códigos Deontológicos que procuravam enquadrar os princípios enumerados no Juramento numa jurisprudência nacional a cumprir. Estes Códigos, embora com esta perspectiva alargada, pretendiam continuar a ser definidos e regulados pelos organismos próprios da classe. Passava-se assim dum compromisso livremente assumido por cada um para uma legislação que, embora feita pelo médico, tinha de ter em atenção as leis do Estado aprovadas pelas suas Assembleias legítimas. Englobava-se assim toda uma sociedade e não unicamente a classe médica. Contudo, muito mais e antes de tudo esse comportamento era um acto moral.

Ora se podemos considerar moral como um conjunto de regras de conduta julgamos que, para nós, todas essas regras se devem agrupar em torno dum acontecimento central que é o encontro do outro. Este princípio relacional torna-se assim o ponto de partida de todo o imperativo ético que acaba por se concretizar no sentido de uma responsabilidade original pelo outro. Esse mesmo outro que, quando sofre fica fechado em si próprio, condenado ao isolamento até que alguém seja capaz de ouvir o seu apelo.

5. A relação médico-paciente

Quando se aceita intervir sobre a relação doente/profissional de saúde no contexto muito mais vasto da tomada de decisão sobre a intervenção terapêutica (o tratar) ou a abstenção (o não tratar), torna-se necessário situar o nosso contributo, a fim de delinear com clareza os seus estreitos limites, (Osswald, 2004, 26). Sendo que:

- A decisão de tratar ou não tratar é, antes de mais, do foro da actividade clínica; daí que se tenha restringido o presente texto à relação médico-doente, sem perder de vista que ela se não estabelece no vácuo, antes numa complexa situação com múltiplos actores (os familiares, outros profissionais de saúde, os financiadores do acto médico, a própria opinião pública);
- Existe um real risco de extravasamento destes limites e incursões transfronteiriças, por involuntária invasão de terrenos a cultivar por outros interventores neste simpósio; na medida do possível, esforçar-nos-emos por permanecer no espaço que nos foi atribuído;
- Pode-se cair na tentação de adoptar uma atitude formalmente sustentável, mas inadequada, de exclusivismo ou maximalismo, segundo a qual o dilema seria tratar ou não tratar, quando a questão é seguramente muito mais complexa, dado que existem muitas mudanças no tratar e talvez também no não tratar.

Conforme Osswald (2004, 27), a relação médico-doente é, certamente, uma das mais antigas e veneráveis formas de relação interpessoal. Confronto de dois corpos, logo de dois mundos correspondentes, só pode realizar-se plenamente na liberdade dos dialogantes. Nesta forma ideal e clássica, a relação médico-doente poderá ter uma inserção no plano conceptual do paternalismo médico. O doente confia, entrega-se e o médico decide: é advogado do paciente, defende os seus interesses, mas é igualmente juiz e decisor. Dada a universal rejeição do paternalismo médico (e seguramente de todos os paternalismos), a imagem que acima traçamos, da relação médico-doente, corre o risco de ser considerada obsoleta ou inconveniente e de ser rejeitada em conjunto com o paternalismo que parece prossupor. Todavia, não tem de ser assim, desde que a noção de autonomia, hoje firmemente ancorada no pensamento bioético como dos fundamentos principais que hão de reger as relações interpessoais, seja reconhecida e aceites as consequências deste reconhecimento, conforme (Osswald, 2004, 28).

Biscaia (2005: 41-42) afirma que, uma relação parte sempre de um apelo na busca de um encontro e vive na procura de uma resposta. Por isso na relação doente-médico, como em todas as relações, não se pode separar o apelo de um o doente, isto porque, aquele que se sente doente

recorreu desde sempre ao médico, na esperança de que a angústia causada pela doença real ou imaginária que o atingia fosse resolvida por quem ele achava capaz de o reconduzir ao estado de saúde em que ele até aí se sentia viver. Durante muito tempo, mesmo já na era moderna, a capacidade de resposta da medicina era precária porque os conhecimentos sobre as causas, a prevenção ou a cura das doenças eram limitadas.

O referido autor (2005) reafirma o surgiram dos cuidados intensivos com a possibilidade dum controlar mecânico do ritmo respiratório e cardíaco, que pareciam curar ou manter até à eternidade vidas até ali prometidas à morte imediata. Os medicamentos multiplicaram-se e começaram a ser mais eficazes no tratamento, quer das infecções, quer de muitas disfunções orgânicas. Os exames laboratoriais e imagiológicos permitem agora diagnósticos que antigamente eram impensáveis.

A cirurgia, à medida que as anestésias começaram a ser mais perfeitas e a provocar menos riscos, conseguiu intervenções extraordinárias, desde a reconstrução ou eliminação de órgãos e tecidos doentes, até próteses e transplantes que lhe davam prestígio e poder. As vacinas e as medidas de higiene pública erradicam doenças, consideradas até então como mortais. No entanto, compreende-se que o médico e o doente serão sempre companheiros, enquanto existir saúde, doença, dores e frustrações.

Contudo o médico a quem se pedia socorro era visto como um mágico de cujo poder se esperava muito. Na realidade, se as suas respostas terapêuticas eram mínimas, o seu acompanhamento feito de palavras e presença mantinha o clima da esperança até que o evoluir do mal terminasse, às vezes, numa cura quase espontânea.

6. Considerações finais

Num contexto caracterizado por mudanças, a necessidade de cuidados de saúde constitui a principal relação entre os profissionais de saúde e utente, impondo ao profissional um dever moral para beneficiar o utente através de acções médicas e medicamentosas. O comportamento de cuidar é esperado do profissional de saúde e é geralmente considerado fundamental para o seu papel. O cuidar tem uma relação directa com a saúde humana. É assim que aos resultados da presente pesquisa registamos que o doente é acima de tudo uma pessoa que precisa de atenção médica e medicamentosa, estando a sua vida num estágio de fragilidade. O médico, o enfermeiro e todos os profissionais de saúde, aceitaram a vocação de ser os primeiros a responder a esse apelo estando assim na essência de todas as relações inter-humanas. De realçar que os princípios éticos da saúde fornecem fundamentos teóricos para decidir o que fazer quando os princípios e regras entram em conflito. A noção central do princípio de autonomia é a de auto-regra ou liberdade de seguir a vontade de cada um. Reforçar que o princípio de beneficência nos apela a fazer o bem e prevenir ou evitar fazer o mal. Afirmar que, o princípio de não-maleficência é a exigência ética primária de que o médico não utilize os seus conhecimentos ou a sua situação privilegiada em relação ao doente para infligir dano. No entanto, o princípio de justiça sustenta que situações idênticas devem ser tratadas igualmente e aquelas que não são iguais devem ser tratadas de forma diferente de acordo com as suas discrepâncias.

Todavia, humanizar é atender com cortesia, benevolência e paciência. É ter compreensão com quem se encontra angustiado, tenso, apavorado, porventura pouco racional ou até agressivo; é informar com verdade e delicadeza, é acolher com simpatia; é, sobretudo, respeitar as pessoas enquanto pessoas ameaçadas ou fragilizadas pela doença. Acredita-se que a bioética, longe de se limitar a um simples confronto entre ciências biomédicas, humanas e éticas, apresenta-se como uma nova questão de sociedade.

Apelamos ainda que a humanização deve sempre começar nas políticas de saúde pública, na educação dentro dos lares, nas escolas em matéria de educação moral e cívica e afins, na sociedade em geral, nos exemplos que os mais velhos passam aos mais novos (...) pois é preciso que o homem trate a si mesmo e a seus semelhantes com humanidade e com respeito.

Contudo, cabe ao sector da saúde promover e estruturar um sistema mais solidário e equitativo, destacando, nesse sentido, o alcance, a médio e longo prazo, de uma cobertura equitativa e universal dos serviços essenciais, o acesso do uso e serviços de saúde para todos, envolvendo sempre os gabinetes de ética/bioética.

Referências bibliográficas

- BISCAIA, J. (2005). Bioética: Encontro e Relações (Exercícios e reflexões). Gráfica de Coimbra 2, - Publicações, Lda. Lisboa. p. 27-42.
- COMPARATO, F. K. (2019). A afirmação histórica dos Direitos Humanos – (12ª ed.), São Paulo – Brasil. p. 14.
- COUTINHO, V. (2005). Bioética e Teologia: Que paradigma de interação. Gráfica de Coimbra 2, - Publicações, Lda. Lisboa. p. 18.
- DALL'AGNOL, D. (2004). Bioética: princípios morais e aplicação. Rio de Janeiro: DP&A. p. 22.
- FERNÁNDEZ, J. G. (2006). Bioética. Paulus Editora. Lisboa. 37.
- D'ORELLAS, P. (2008). Bioética: Contributos para um diálogo. Editora Gráfica de Coimbra 2, - Publicações, Lda. Lisboa. p. 14-15.
- MONDIN, B. (2011), O homem, quem é ele? Elementos de antropologia filosófica. São Paulo: Paulus. p. 43.
- OSSWALD, W. (2004). Um fio de ética. Gráfica de Coimbra, - Publicações, Lda, (2ª ed.). Lisboa. p. 26-63.
- PEGORARO, O. Ética, dos maiores mestres através da história. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- PHIPPS, W. J. SANDS, J. K. Marek, J. F. (2003). Enfermagem Médico-cirúrgicos. Lusociência – edições Técnicas e científicas, lda. p. 107-110
- POTTER, V. R. (2018). Bioética global: Construindo a partir do Legado de Leopold. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola. p. 244.
- POTTER, V. R. (1971). Bioethics; Bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice Hall. p. 7-8.
- POTTER, V. R. (2016). Bioética: ponte para o futuro. Tradução de Diego Carlos Zanella. São Paulo: Loyola. p. 103.
- RABENHORST, E. R. (2001). Dignidade da pessoa humana e moralidade democrática, Português Editora. Brasília Jurídica. P. 14.
- RAWLS, J. (2000). Uma Teoria Da Justiça. São Paulo: Martins Fontes.
- ROUSSEAU, J. J. (2012). Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução: Paulo Nevez. Porto Alegre: L&PM. p. 80.

STANHOPE, M. LANCASTER, J. (2000). Enfermagem Comunitária: promoção da saúde de grupos, família e indivíduos. Lusociência – edições Técnicas e científicas, Lda, 4. ed. p. 109-117.

TEALDI, J. C. (2008). Dicionario latinoamericano de Bioética. Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética: Universidad Nacional de Colombia.

Legislação

ANGOLA. Assembleia Nacional., (2023). Constituição da República de Angola, Imprensa Nacional – E.P., Luanda.

DECRETO PRESIDENCIAL nº 277/20 de 26 de outubro, aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Saúde, art.º. 16.

UNESCO. (2006). Declaração Universal Sobre Bioética e Direitos Humanos, Lisboa – Portugal.

A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO MORAL

*Santos Manuel João*³³

Resumo

Uma análise da relação entre a formação da consciência moral e o trabalho pedagógico no Instituto Superior Politécnico Tocoísta. O desenvolvimento do trabalho agrega o entendimento da escola moderna como principal agência formadora do sujeito ético – moral, sendo essa discussão contínua e assumida no discurso legal da educação contemporânea. Assim, discute – se a formação de professores face aos desafios da constituição do sujeito moral. O docente democrático, deve cultivar em sua prática, o fomento á capacidade crítica do educando, sua insubmissão, sua curiosidade epistemológica. Deste modo, uma das tarefas primordiais do educador é trabalhar com os estudantes a rigorosidade metódica com que devem aprender os objectos de conhecimento, pois ensinar exige pensar certo: reflectir, relacionar, contextualizar, compreender criticar. Neste caminho de elaboração do conhecimento, ensinar exige criticidade e pesquisa, ou seja, a pesquisa torna – se um princípio educativo do sujeito moral. Diante das análises, afirmamos as limitações da escola no que concerne á constituição dos elementos necessários á consciência moral, seja ela heterónoma ou autónoma. Acrescenta – se também nesta abordagem, a motivação intrínseca do estudante, garante a um pensamento progressista na construção do seu Eu.

Palavras – chave: Consciência moral. Disciplina. Educação universitária, Formação docente, Sujeito ético – moral.

Summary

An analysis of the relationship between the formation of moral conscience and pedagogical work at the Instituto Superior Politécnico Tocoísta. The development of the work adds to the understanding of the modern school as the main formative agency of the ethical-moral subject, and this discussion is ongoing and assumed in the legal discourse in contemporary education. Thus, teacher training is discussed in the face of the challenges of the constitution of the moral subject. The democratic teacher must cultivate in their practice the fostering of the student's critical capacity, their insubordination, their epistemological curiosity. In this way, one of the primary tasks of the educator is to work with students on the methodical rigor with which they must learn the objects of knowledge, because teaching requires thinking correctly: reflecting, relating, contextualizing, understanding and criticizing. In this process of developing knowledge, teaching requires criticality and research, in other words, research becomes an educational principle for the moral subject. In the light of these analyses, we affirm the limitations of the school in terms of constituting the elements necessary for a moral conscience, be it heteronomous or autonomous. This approach also includes the student's intrinsic motivation, which guarantees progressive thinking in the construction of their Self.

³³ Prof. Mestre – em Ciências da Educação; - Docente do Instituto Superior Politécnico Tocoísta

Key words: Moral awareness. Discipline. University education, Teacher training, Ethical-moral subject.

1. Introdução.

Queremos antes de mais, aflorar que as práticas educativas vêm assumindo formas ao longo da história, variando conforma o tempo e o espaço social. Tal como é o conceito da “Educação” – é uma influência sistemática de costumes de geração em geração, pois decorre de imitação de ações e comportamentos ambientais. Diante desta abordagem, é notório que nossa ideia, junta – se aos demais pesquisadores em diversas áreas do conhecimento – História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Filosofia dentre outras – afirmam – se a existência de processos educativos em toda e qualquer sociedade humana, desde os tempos mais remotos, quando os indivíduos são submetidos a processos de aquisição de informações que convertem – se em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que constituem modos de compreensão do mundo.

Nossa abordagem sobre formação do sujeito moral, está ajustado ao lema do Instituto Superior Politécnico Tocoísta; rigor, inovação, excelência, pois actualmente ganha força o discurso sobre educação integral que compreende as várias facetas da formação humana: educação corporal, educação intelectual, educação sexual, educação ambiental, educação afectiva. Dentre essas diversas dimensões, encontra – se também a educação moral que, sendo um dos componentes da formação do homem, é essencial á completude de tal processo, pois atravessa todos os âmbitos da educação e da personalidade.

Em linhas gerais, podemos dizer que essa preocupação de: rigor, inovação, excelência, tende com a formação moral, embora não seja recente, deve – se a uma crise do período da guerra fratricida que decorreu em Angola, sendo generalizada quanto suas consequências que derrubaram os pilares culturais, dentro do círculo da destruturação familiar em parte. Sobretudo na dinâmica do controlo da vida humana institucional e associada, que provoca um redimensionamento dos valores e das regras de convivência, perdidos pela velocidade crescente dos órgãos de informação. É incontestável a afirmação de que o mundo contemporâneo está em transição e é marcado pelas constantes crises, seja no campo social, político, económico, cultural e marcado, também, pela corrupção e falência de algumas instituições sociais como a igreja a família e as Universidade, responsáveis pela educação num mundo globalizado.

2. A Educação Universitária como construtora do sujeito moral.

Em uma outra direcção, crescem com velocidade as mudanças de valores e crenças pessoais e culturais do universo que apontam para uma nova visão de mundo, em que a valorização do ser humano e do espírito passa a ser a própria essência da vida. Este rápido panorama evidencia a importância da Educação Superior no país, que, apesar das crises que atravessa, é uma das mais respeitadas instituições sociais capazes de alavancar o capital humano de cada um dos estudantes. As instituições educativas e de Ensino Superior, além de serem um lugar de transmissão de um saber sistematizado e socialmente legitimado, são também um local de internalização de ideias, valores e atitudes que podem contribuir para a manutenção ou transformação do status quo vigente.

Essa situação produz, entre outros efeitos, um bastante preciso; o poder económico que se fundamenta na posse de informação que, em consequência, torna – se secreta e, por fim, constitui um terreno de competição económica. (Tünnermann Bernheim, 2004, p. 6).

Tem –se em conta que este artigo pode reflectir uma das visões possíveis sobre as relações que podem ser estabelecidas entre o trabalho pedagógico da universidade e a socialização dos seus estudantes, no sentido de promover a formação do sujeito moral. A leitura aqui realizada pode contribuir para uma apreciação mais aprofundada sobre a responsabilidade que vem sendo atribuída ás instituições educativas na formação do sujeito moral, discernindo com mais clareza as

suas possibilidades e os seus limites no desempenho desse papel, para materialização prática do: rigor, inovação, excelência. Mas mesmo assim, ainda temos notado uma certa resistência em alguns estudantes que não vencem o passado pelo medo de enfrentar as consequências psicológicas que se impõem;

Os principais obstáculos à mudança provem de atitudes individuais: o medo do desconhecido, o medo de não ser capaz de enfrentar problemas, o desejo de “agarrar – se” ao que é familiar, ao que já foi experimentado e testado, a ignorância sobre a forma como seremos individualmente afectados, a dependência de padrões estabelecidos, o medo de não sermos suficientemente informados sobre todos os factos, a falta de confiança naqueles que procuram introduzir a mudança, porque eles não podem responder a todas as perguntas, a resistência emocional é própria mudança; (Nyhan, 1991, p. 103) .

A modernização das sociedades europeias promoveu significativas mudanças em vários âmbitos da sociedade – social, económico, político, cultural etc. – sobretudo na defesa cultural de seus países, o que gravitacionalmente este modelo, acaba de alavancar muitos países africanos, cujos melhores filhos adaptaram e melhoraram modelos de emancipando a consciência humana, e a racionalização da cultura. Entendemos sem dúvida que africa, deixou de ser aquela selva do homo – africanicus esquecido com outras espécies animais.

A educação Universitária terá como finalidade a formação do sujeito ético – político activo na sociedade do qual é parte integrante³⁴. Dentre essas instituições, a escola ocupa um lugar de destaque centralizado os processos educativos e responsabilizando – se pela formação da consciência moral do individuo. A intrínseca relação entre a educação e a estrutura socioeconómica e política na nossa urbe, caba de ser um desafio dos Estudantes no Instituto Superior Politécnico Tocoísta, quer no cumprimento dos deveres aos serviços prestados, quer na utilização da nova tecnologia que começa logo no momento da sua inserção da vida académica, familiarizando – se com o (SIGA) Sistema de Integração de Gestão Académica³⁵. Isto significa que a universidade também assume um carácter ideológico tornando – se um agente de disseminação e produção da cultura de gestão electrotécnica dominante no mundo globalizado. Assim sendo, o estudante converte – se no aparato ideológico do desenvolvimento humano na nova era.

Sendo assim, a Universidade pode ser conceituada como um lugar onde uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria, congregando – se em torno dela os seus membros como único objectivo de procurar, incondicionalmente, a verdade, que direcciona os seus objectivos, pois a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente, a investigação é o principal objectivo da Universidade; porque o âmbito da verdade é bem maior que o da ciência, a Universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, a Universidade ensina o mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral.

2.1. Universidade e sua finalidade.

Podemos em resumo destacar aqui os grandes fins da Universidade que estão associados ao lema: inovação, rigor excelência, no Instituto Superior Politécnico Tocoísta, que são:

- a) a transmissão da cultura;
- b) o ensino das profissões orientado para a formação integral;
- c) e a investigação científica.

³⁴ Alem da família e da igreja, outras instituições sociais (hospitais, prisões, etc.) constituem – se em locais formativos agindo em função do controle e da formação social, operando no sentido educativo.

³⁵ São mudanças refletidas no capital humano do estudante que começa uma nova era, e que deixam uma marca na sociedade contemporânea.

Aliás, a investigação, que é a busca desinteressada pela verdade, a paixão pelo avanço da ciência, constitui a marca ideológica da Universidade moderna. Sempre foi considerada o fundamento e a justificação da educação universitária, o contexto ideal para o florescimento dos valores morais que são essenciais á formação do carácter humano. O discurso legal referenda essa concepção ao elaborar documentos norteados da organização do trabalho pedagógico. A Educação Universitária em si, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ao destacarmos; rigor, inovação, excelência, para formação do sujeito moral, estamos incentivando que o dever da família e do Estado, na educação esteja sempre inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, seu prepara para o exercício da cidadania e usa qualificação para o trabalho. Estando a lei da disciplina e educação universitária observada e que desenvolve predominantemente, por meio do ensino, também em instituições universitárias similares ao (ISPT) Instituto Superior Politécnico Tocoísta.

Entende – se que esta similaridade conjugada em instituições do ensino superior com finalidade formativa, está ajustada a praticas universais capazes de levar o homem a maturidade desejada:

a educação superior é formada por programas educacionais posteriores á educação secundaria ministrados por universidades ou outros estabelecimentos qualificados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do país e / ou sistemas reconhecidos de homologação (UNESCO, 2019, p. 2).

Os programas de nível superior se apoiam ou partem do conhecimento adquirido na educação secundária³⁶. Contemplam a formação profissional, vocacional avançada e académica. A educação superior inclui programas educacionais terciários de ciclo de graduação e equivalentes a mestrados, especializações ou equivalentes e nível de doutorado ou equivalente, de acordo os programas curriculares.

Esta oferta de programação esta orientada para desenvolver habilidades que incluem a necessidade da formação do sujeito moral que novamente vai servir a sociedade. Sabemos que a política educacional de nível superior é composta pelo conjunto articulado, regulamentado e dirigido de investimentos, bens, serviços e repasses que os estados orientam para garantir o direito é educação de um lado e do outro, sociedades organizadas de direito publico – privado, desafiam seus meios e bens para esta aposta formativa.

Contempla também as decisões e a capacidade que cada Estado demonstra para sustentar o sistema educacional e reduzir a desigualdade de escolaridade entre os diferentes grupos sociais. São vários os desafios garantes para a formação do sujeito moral na sua verticalidade, pois entre os círculos horizontais, estão os recursos destinados pelos Estados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em três focos principais, a saber:

- a) Intervenção da política educacional é a infraestrutura educacional, onde um volume importante de recursos é destinado para manter, expandir, recondicionar, equipar e fornecer tecnologia para a rede de serviços educacionais;
- b) Intervenção da política em educação são os recursos e as acções utilizadas para fortalecer a articulação da educação superior com sector produtivo;

³⁶ Sua finalidade é que os estudantes desenvolvam habilidades complexas em um campo de estudo especializado.

- c) Gerar as condições ideais para sustentar a trajetória educacional dos jovens, no apoio financeiro através de bolsas de estudo, créditos universitários, subsídios de transporte, materiais educacionais, etc.

É assim que as instituições do ensino superior, são um celeiro para a formação completa do ser humano. Assim sendo, é cada vez mais importante ter em conta, a obrigatoriedade do dever ético do indivíduo formado. São sim sem dúvida, os verdadeiros condutores da sociedade, usando suas influências com o que aprender saber – fazer.

A vantagem comparativa é determinada cada vez mais pelo uso competitivo do conhecimento e das inovações tecnológicas. Esta centralidade faz do conhecimento um pilar da riqueza e do poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a trata – lo meramente como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta á apropriação privada; (Tünnermann Bernheim, 2004, p. 6)

Ao tornarem – se forças produtivas, o conhecimento e a formação integram – se ao próprio capital, que começa a despertar desses factores para a sua acumulação e reprodução. Á medida que a hegemonia económica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o conhecimento propriamente dito, pois, o capital financeiro funciona com a riqueza puramente virtual, cuja existência corresponde á própria informação. Entende – se que os estudantes provenientes do Instituto Superior Politécnico Tocoísta, serão capacitados com certa capital moral humana, onde o conhecimento será uma riqueza incubada nos referidos estudantes.

3. A Universidade e a sociedade.

Desde as suas origens, a educação universitária tem perseguido a meta de criar, transmitir e disseminar conhecimento. Conforme vimos, se o conhecimento ocupa hoje lugar central nos processos que configuram a sociedade contemporânea, as instituições que trabalham com e sobre o conhecimento participam também dessa centralidade. Essa consideração levou a nova análise neste artigo para reflectir acerca dos estudantes no Instituto Superior Politécnico Tocoísta, serem o alvo para uma formação do sujeito moral exigido pela sociedade, sendo essa instituição de matriz cristã. O ISPT – incluiu nos seus Programas curriculares a Unidade de: *Ética e Pensamento Social* – cujo objectivo é o da formação do sujeito moral na universidade, tornando este conhecimento transversal em todos os Cursos ministrados nesta referida instituição³⁷.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior reconhece, no seu preambulo, a importância estratégica da educação do terceiro nível na sociedade contemporânea. A declaração afirma que há “maior consciência da importância fundamental que esse tipo de educação tem para o desenvolvimento sociocultural e económico, e para a construção do futuro”, afirma que:

Devido ao escopo e ao ritmo das mudanças, a sociedade cada vez mais tende a fundamentar – se no conhecimento, de modo que a educação superior e a pesquisa actuam hoje como parte fundamental do desenvolvimento cultural, socioeconómico e ecologicamente sustentável dos indivíduos, comunidades e nações; (Tünnermann Bernheim, 2004, p. 16) .

A análise das relações sociais entre sociedade e universidade é um dos principais temas na agenda de estudos sobre a educação superior em várias facetas do mundo, concentrando o homem na atenção especial. Não há dúvida de que o mundo académico deva desenvolver – se mais com os processos sociais, económicos e culturais, mantendo as características que a distinguem como

³⁷ A ideia, leva de igual modo, qualquer instituição de ensino superior, a fortalecer a relevância do papel estratégico da educação superior.

academia. É o que dizem os parágrafos da Declaração Mundial (Art. 2); (Tünnermann Bernheim, 2004, p. Idem).

Como a relação entre universidade e sociedade não limita – se às aparências, não podemos considerar a universidade como entidade independente que devesse encontrar mecanismos ou instrumentos para relacionar – se com a sociedade. Pelo contrário, a universidade é uma instituição social e, como tal, expressa de determinada maneira a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que, dentro da universidade como instituição, encontramos opiniões, projectos e atitudes conflitantes, que refletem as divisões e contradições da sociedade.

De maneira geral, os conteúdos na educação superior são compostos pela herança das pesquisas científicas realizadas nas áreas de conhecimento, ou seja, os conteúdos possuem inexoravelmente um carácter social, dado que ela não é considerada obra individual, mas, no máximo, da comunidade académica constituída por gerações passadas e presente;

Os conteúdos da cultura, da ciência, da técnica, da arte e os modos de acção no mundo expressam os resultados da actividade pratica dos homens nas suas relações com o ambiente natural e social. Nesse processo, os homens vão investigando o mundo da natureza e das relações sociais e elaborando conhecimentos e experiências, formando o que chamamos de saber científico, acredita Libânio; (Alessandro de melo, 2009).

Da mesma forma, uma universidade funcional e operacional, que forma mão – de – obra especializada para o mercado de trabalho, espelha uma sociedade que considera o mercado como a ratio última da vida social. Por outro lado, uma universidade que considera o saber pelo prisma do direito do cidadão, faz o que pode para refrear a despersonalização e valoriza a democratização, reflecte uma sociedade em que os valores democráticos da cidadania são imperativos éticos e político da vida universitária.

Assim as decisões o que ensinar ou aprender mostram – se vinculadas às formas de controle do conhecimento que vão passando, numa perspectiva a história, de geração a geração; (Maria Isabel da Cunha, 2009, p. 82) .

A relação Universidade e sociedade, reside na legitimação das instituições formativas como é a própria Universidade. A legitimidade da Universidade moderna fundamenta – se na ideia da autonomia do saber face ao Estado e religião e, portanto, a ideia de um conhecimento guiado pela sua própria logica, por necessidades inerentes, do ponto de vista tanto da sua invenção quanto descoberta como da sua transmissão.

4. Educação elaborada na Modernidade.

Entendendo que a educação é uma influência cultural sistemática que o individuo sofre em qualquer sociedade, pois estas influências ambientais acabem de fazer a personalidade em seu *modu vivendi*. A concepção de educação elaborada no seio da Modernidade – racional associa – se á emancipação do homem e a formação do cidadão. Encontra – se arraigada a essa compreensão a formação da consciência moral desenvolvida, principalmente, sob a responsabilidade da Universidade, instituição que coloca o homem no mercado de trabalho com valências credíveis;

refere – se de facto, fundamentalmente a um sistema de transmissão de conhecimento e não a uma competência interna do formado. Esse sistema de transmissão de conhecimentos poderia ser talvez designado de forma mais correcta por “Aprendizagem Individualizada” ou “Aprendizagem Solitária” (Nyhan, 1991, p. 26).

As sociedades hoje em dia, principalmente nas sociedades urbanas, tendem muito a uma aculturação demasiada, a que denominam de “modernidade”, capazes de inverter os valores

sociais, idos de outras latitudes, com a influência da TV, Rádio e outros meios de informação. A família, escola e igreja, a tempo que foram substituídos pelos aparelhos eletrodomésticos que influenciam usos e costumes distantes da cultura costumeira do meio residual. Encontra – se arraigada a essa compreensão a formação da consciência moral exigida á acções positivas, onde a intervenção da Universidade é imprescindível.

Assim, actividades de aprendizagem, reme – te o estudante na reflexão, tendo em conta que os conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e altitudinais de actuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação activa e aplicação pelos estudantes na sua prática da vida.

Englobam, portanto, conceitos, ideias factos, processos, leis científicas, regras, habilidades cognitivas, modos de actividades, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudo, de trabalho e de convivência social, valores, convicções, atitudes; (Alessandro de melo, 2009, p. 108).

Cabe, contudo, ao docente como protagonista desta etapa didáctica da construção do conhecimento, poder valer – se de alguns expedientes que garantem ao longo do processo pedagógico, na sua relação com os estudantes um clima democrático, em que prevaleça a relação de companheirismo e de reciprocidade, em que todos possam sentir – se provocados a participar e ao mesmo tempo, tenham a real oportunidade de fazer – lo.

Considerando que a educação para formação do sujeito moral na Universidade exige – se manter um quadro de docentes altamente qualificados, os conteúdos a serem seleccionados devem ser um conjunto que permita aos académicos a apropriação daquilo que na área especifica seja – lhe de vital importância para a formação profissional de um lado e do outro transversalmente, haja a formação do sujeito moral á que estamos reflectir.

O professore sabe ou pensa saber, que existem teorias do conhecimento nos domínios cognitivo ou moral ou pedagógico que devem ser seguidas. Os elementos da acção didáctica não podem ser pensados nem praticados fora de sua necessária articulação, que é intrínseca, quer queiramos ou não, quer tenhamos ou não consciência dessa articulação. O facto é que o docente Universitário responsável não é dado a possibilidade de não pensar ou conhecer essas articulações, já que esse desconhecimento torna seu trabalho fragmentado, portanto, sem o carácter técnico – político que tem necessariamente de cumprir frente aos académicos e a sociedade em geral;

Como essas teorias nem sempre se superpõem (Gestalt, Piaget, Freud, Brunner, Chomsky, Lúria, Vygotsky e outros), esses “tempos” adquirem as mais variadas configurações. Assim os professores, no caso da Pedagogia, dão tempo ao estudante para discutir e até para transmitir parte do conteúdo. (Maria Isabel da Cunha, 2009, p. 54).

Portanto, a aquisição de conhecimento pelas novas gerações não é algo a ser encarado como estático., mas é pré-condição da vida social, porque justamente caberá a esta nova geração transmitir aos seus herdeiros esse conhecimento. E isso na educação superior e, especialmente, nas licenciaturas é de fundamental importância, considerando a formação dos docentes, cujo trabalho principal é justamente garantir, da melhor maneira possível, que essa transmissão ocorra, para termos o homem que é o sujeito moral desejado³⁸.

5. Discurso sobre a desigualdade na formação do sujeito moral.

A necessidade de pensarmos na formação do sujeito moral no Instituto Superior Politécnico Tocoísta, sob a perspectiva da análise da linguagem e suas implicações nos estudos

³⁸ Essa transversalidade, já ocorre no Instituto Superior Politécnico Tocoísta, na Unidade Curricula de ética e Pensamento Social.

sobre a função da retórica apresentada por docentes de várias disciplinas, bem como a inserção desta linguagem nos conteúdos na avaliação, pouca utilizada no decorrer das aulas perante estudantes. A concepção do homem natural auxilia na noção do sujeito moral e a narrativa sobre o estado de natureza revela – nos a tríade linguagem, língua e retórica. São de facto sucessões que integram a concepção do homem como indivíduo com consciência de si mesmo, na acumulação de vocábulos capazes de fazerem sua cabeça.

É no pensar o estudante que a actual reflexão recai, pois, de um ser disperso no estado de natureza, o homem constitui – se como sujeito moral que supõe o uso da linguagem. O sujeito moral também utiliza a língua de modo retórico ao propor o pacto político³⁹. As conjecturas sobre um estado de natureza hipotético no qual estaria a humanidade em sua origem, consta na origem das desigualdades consentidas na Universidade. A partir da caracterização metafísica do homem, considerado como ser que possui uma vontade livre, podemos elaborar uma teoria do suposto estado puro de natureza até seu extremo contrário, o estado de sociedade onde o estudante faz o juízo do forte e o fraco na universidade pela postura física e a condição político – económico. Cabe, contudo, o docente como facilitador, examinar o problema em cada momento, que leva este estudante ajuizar as razões que teriam levado os indivíduos dispersos no seio “Caverna da ignorância” da natureza ao estabelecimento do pacto de livres ou excluídos.

Como surgiram os laços de servidão entre o forte e o fraco? Em outros termos, como indaga o que teria levado o povo a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real? Estas são respostas que Rousseau responde: serem vícios que imputam – se ao coração humano não lhe são em absolutos naturais, mas sim sua genealogia por uma continua deterioração de sua bondade originária, os homens tornam – se, enfim... (Souza, 2010, p. 3).

A formação do sujeito moral da – se fora do estado puro de natureza e já supõe uma natureza humana modificada. Embora o homem do ponto de vista metafísico não reduza – se àquele ser que vive em total isolamento, mas sim, deve ser caracterizado a partir da concepção do homem original. Quando tratamos de homem original, estamos a falar de um ser amoral, assim como a bondade natural. Quando tratamos de sujeito moral não estamos mais, no terreno do puro estado de natureza; tal ideia corresponde ao homem que abandonou a condição “invariável” desse estado original.

O sujeito moral supõe uma natureza humana que difere de sua origem. É claro que, sendo um animal que possui a perfectibilidade – termo atribuído por Rousseau a faculdade de aperfeiçoar – se com o auxílio das circunstâncias; (Souza, 2010, p. Idem).

A perfectibilidade pode conduzir o homem tanto para o bem como para o mal. Este homem é um ser dotado de liberdade, qualidade que o faz aceitar ou não as necessidades que a natureza impõe – lhe, e é na consciência dessa liberdade que mostra – se a espiritualidade de sua alma, situação esta não existe para os outros animais. ⁴⁰ o afastamento deste homem do seu estado originário resulta de múltiplos factores, entre eles a linguagem. Quando mais investiga – se o distanciamento do género humano do seu estado originário, mais notáveis são as modificações em seu modo de viver ou de organizar a vida, assim como as modificações implicadas na aquisição de novas ideias, a construção de instrumentos, o uso da razão e a submissão das necessidades às paixões.

³⁹ Há conflito entre moralidade, política e retórica!

⁴⁰ É a consciência de liberdade.

6. Considerações finais.

Dado o reconhecimento da responsabilidade atribuída à Universidade no que concerne à formação do sujeito moral ético – moral, bem como da complexidade do tema ética, torna – se um imperativo contemplar tal conhecimento no processo de formação docente, já que este é o principal responsável por mediar o desenvolvimento dos valores morais ou conteúdos éticos que constituam a consciência moral dos estudantes. Cabe ao docente a responsabilidade pela mediação do processo de formação moral dos estudantes dada a sua supremacia técnica e cultural, daí a importância da qualidade da formação desses profissionais para realizar tal tarefa.

A Educação universitária, especialmente aquela desenvolvida no ambiente interno, ainda apresenta – se como possibilidade de forjar o sujeito ético – moral por ser um espaço destinado ao desenvolvimento integral do homem externo que concorrem para tal formação. Por esta razão, para a formação do sujeito moral na universidade o importante é sermos “docentes – discentes” buscando submeter a nossa natureza intuitiva a uma análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica. Por isso, nenhuma formação docente deve estar alheia ao exercício da criticidade, que implica na promoção da passagem da curiosidade ingênua para a epistemológica, e nem deixar alheia à valorização dos sentimentos, das emoções, da sensibilidade, da afectividade, enfim, optar para uma formação que gravita na formação do sujeito moral.

Com o lema do Instituto Superior Politécnico Tocoísta; rigor, inovação, excelência ajusta substancialmente os saberes indispensáveis à prática educativa que caracterizam uma proposta de formação que congrega as diretrizes curriculares nacionais para o homem do amanhã. Revelam de igual modo, os atributos pelos quais o docente deve usar como ferramenta justificável para a necessária constituição da consciência moral; consciência de si e reconhecimento do outro, vontade, responsabilidade e liberdade.

Como guisa da conclusão, entendemos que a formação do sujeito moral, produz mudança e exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural; a assunção de si mesmo enquanto um ser histórico, social, político, cultural humano. Implica uma prática educativa acolhedora, operando uma mudança. A mudança, pressupõe uma reflexão crítica sobre a prática o que significa sair da posição de sujeito, assumindo – se como objecto de seu próprio conhecimento. Ensinar exige a reflexão crítica sobre a prática pois este é um elemento fundamental do processo de formação permanente do docente e do homem em geral. Exige respeito aos saberes dos educandos. Isto implica no compromisso da Universidade e dos educadores com saberes dos educandos, sobretudo aqueles oriundos das classes populares.

7. Bibliografia

- Alessandro de melo, S. T. (2009). *Organização e Estratégias Pedagógicas*. São Paulo: IBPEX.
- B. de S. Pela mão de Alice, S. (2005). *O social e o político na pós modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Maria Isabel da Cunha, D. B. (2009). *Decisões Pedagógicas Estruturas de Poder na Universidade*. São Paulo: IBPEX.
- Nyhan, B. (1991). *Desenvolver a capacidade de Aprendizagem das pessoas*. Bruxelas: EUROTECNET.
- Rosa, D. (2001). *A contribuição da escola para a formação do sujeito moral*. Curitiba: Gestão em Rede.
- Souza, R. d. (21 de Dez de 2010). A linguagem e a formação do sujeito moral no discurso sobre a desigualdade de Jean Jacques Rousseau. *FAPIC/Reitoria*, p. 27.

Tünnermann Bernheim, C. [. (Novembro de 2004). UNESCO - Digital Library Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. *UNESCO Forum occasional paper series, 4 (20)*, p. 32.

UNESCO, I. I. (Maio de 2019). Educação superior | documento do eixo temático. *SITEAL*, p. 9

SUJEITO NÃO ACABADO NA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO PERMANENTE

Diviciano Samuel Lukoki⁴¹

lukokidivicianisamuel@gmail.com

Resumo

Este artigo discorre sobre a constituição do sujeito no conhecimento partilhado, bem como na subjectividade como abordagem sócio histórica, trazendo para discussão a questão da linguagem e produção de sentido em autores contemporâneos. Retomamos também autores como Vygotsky, no sentido de abordarmos a necessidade progressiva dos saberes e na partilha do conhecimento. O artigo é teórico e contextualiza a elaboração conceptual da obra de Vygotsky, a qual é marcada pela complexidade e inacabamento, condições que geram diversidades nas interpretações entre os autores Ocidentais e os saberes africanos na nossa abordagem. Busca-se explicitar e compreender as diferentes noções de sujeito e de produção de sentido entre eles. Para tanto são levadas em conta as contribuições de outros autores na argumentação sobre a dimensão subjectiva do sentido pessoal e da subjectividade individual e social. Ao se retomar o pensamento de Vygotsky, tem-se como interlocutores autores e dialogando com fundamento no materialismo histórico e dialético, possibilitando assim compreender o sujeito constituído pelo outro e pela linguagem, enfocando drama, subjectividade e produção de sentido nos aspectos interconstitutivos das múltiplas dimensões - singular e coletiva, subjetiva e objetiva, biológica e cultural, histórica e dialética, sem esquecer a necessidade da independência espiritual em África.

Palavras-chave: constituição do sujeito; conhecimento partilhado, subjectividade; linguagem.

Abstract

This article discusses the constitution of the subject within shared knowledge, as well as subjectivity as a socio-historical approach, bringing into discussion the issue of language and meaning-making in contemporary authors. It also revisits authors such as Vygotsky, in order to address the progressive need for knowledge and the sharing of understanding. The article is theoretical and contextualizes the conceptual elaboration of Vygotsky's work, which is marked by complexity and incompleteness—conditions that generate diverse interpretations among Western authors and African knowledge systems in our approach. The aim is to make explicit and understand the different notions of the subject and meaning-making among them. To this end, the contributions of other authors are considered in the argumentation regarding the subjective dimension of personal meaning and individual and social subjectivity. By revisiting Vygotsky's thought, the article engages in dialogue with authors grounded in historical and dialectical materialism, thus enabling an understanding of the subject as constituted by the Other and by language, focusing on drama, subjectivity, and meaning production within the inter-constitutive aspects of multiple dimensions—singular and collective, subjective and objective, biological and cultural, historical and dialectical—while also emphasizing the need for spiritual independence in Africa.

Keywords: constitution of the subject; shared knowledge, subjectivity; language.

⁴¹ Mestre em Ciências da Educação e Docente no Instituto Superior Politécnico Tocoísta - Luanda.

1. Introdução.

Falar da discussão sobre construção compartilhada de conhecimento, importa nesse sentido, lembrar que esta obra revela o esforço de pensamento acerca das intersecções da Educação Popular em seus diferentes acções humanas, onde o sujeito não é produto acabado na sua aprendizagem. É sim uma luta de resistência e existência, com base em uma abordagem crítica, solidária, amorosa e criativa que queremos trazer nesta discussão. Vale lembrar que a abordagem insere esta coletânea no âmbito da ampla e profusa discussão à respeito das contribuições da Educação Popular em diálogo com diferentes abordagens e perspectivas para a produção de conhecimentos. Falar a respeito de Educação Popular remetemos, a priori, ao entendimento sobre um conhecimento ausente do rigor, da sistematização e do critério científico ou filosófico autodenominados saberes por excelência⁴².

Essas narrativas ligadas a discussão sobre construção compartilhada de conhecimento, jogaram para debaixo do tapete da história da civilização ocidental as experiências de vida, as lendas, credices, folclores, mitos, isto é, os muitos saberes arraigados na vida do povo sofrido. Saberes construídos a partir do imaginário comum das pessoas. Principalmente aquelas que colocavam o africano como simples objecto selvagem. Em sua maioria, durante muitos anos alimentaram e encorajaram várias culturas, vários povos, de diferentes localidades geográficas do planeta o que cada sujeito é inacabado, embora é ele um mundo a parte. Estas riquezas de diversidades de conhecimentos não constam nas historiografias oficiais, pois surgem sempre desde o conhecimento empírico.

A concepção comumente admitida, que circula, que prevalece nos meios acadêmicos, é a de que a Educação Popular não deve receber status epistemológico ou mesmo rótulo de conhecimento acadêmico, a não ser de saber minguado e marcado pela supersticiosidade; uma visão de carácter, diga-se de passagem, preconceituosa, cuja característica tende a prevalecer. É necessário inculcar no sujeito não acabado, a ideia de uma formação continuada ao longo da vida em várias vertentes; quer na sua horizontalidade, quer na verticalidade.

1.1.A construção compartilhada do conhecimento.

A construção compartilhada do conhecimento remete à ideia de interação e cooperação entre saberes e experiências diferentes. Trata-se de uma metodologia que parte da prática para desenvolver a teoria e traçar um caminho conceitual. Busca-se, portanto, conhecer as experiências, necessidades e reivindicações das pessoas para que se possa dar conta da realidade em que vivem. Esse processo passa pela comunicação, e conseqüente troca de informações, e pelo campo da pedagogia, no sentido de construção de novos conhecimentos. É um arco fundamental no estudo das relações entre os conhecimentos científico/acadêmico e popular. Nessa troca, nenhum tipo de saber ou vivência vale mais do que outro. Movido por interesses coletivos, que unem as diferenças, o resultado desse trabalho é o surgimento de novas reflexões e novos instrumentos para a intervenção social.

Valorizar a construção compartilhada do conhecimento não deixar de perscrutar com os olhares da ciência e principalmente promover uma acção pedagógica a respeito do que há nesses lugares soa-nos como uma atitude de negligência. A não valorização do patrimônio histórico e dos elementos que constroem a memória de um povo permite que o tempo apague os traços de suas histórias por meio da nebulosidade da desinformação, sem que os municípios usufruam de seus significados e vantagens que tais conhecimentos podem gerar, como se apresentam adiante.

É preciso pensar a Educação como ferramenta de informação para conscientização e para a acção humana em direcção do conhecimento partilhado. Pois não trata - se

⁴² Tal como a história do Ocidente por exemplo, não se quis registrar nem reconhecer tal concepção de maneira diferente da mencionada.

de apenas escrever artigo a história local e mapear as manifestações culturais, o peso recai sobre a responsabilidade de tornar tudo isso notório, palpável no cotidiano dessas pessoas ou serão apenas palavras estanques, rios sem discurso, como disse o poeta cearense Patativa do Assaré e, como bem salienta Bosi (1994, p. 81), citado por; (Alexandre Soares de Sousa, 2020, p. 27).⁴³

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer neste artigo, que é educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal-ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante.

Do ponto de vista epistemológico, a razão transformadora orienta a existência do conhecimento para as necessárias transformações da vida no conhecimento compartilhado.

Mas a ciência “abstrata” que, simplesmente, leva ao estudo do fenômeno fora da realidade, conforme a imagem de Japiassu (1976, p. 14), retomado por: (Alexandre Soares de Sousa, 2020, p. 29).

Descaracterizar a necessidade da formação continuada para um sujeito em via do desenvolvimento é algo parecido com cegos que são conduzidos por outros cegos. E, mais: A ciência é a consciência do mundo⁴⁴.

A literatura sobre o processo de construção da cognição compartilhada mostra que, de uma maneira geral, o foco dos estudos concentra – se na verificação da similaridade entre os modelos mentais dos membros do grupo ou na análise dos factores que influenciam a construção dos modelos mentais compartilhados e suas inter-relações (Jeong e Chi, 2000 et al), citado por; (Almeida, 2008, p. 4)

As temáticas do sujeito e da subjetividade quanto a necessidade da educação do sujeito de forma continuada, elas surgiram com a ciência moderna e suas emergências na psicologia (*fortemente influenciada pela epistemologia dominante na época, o pensamento naturalista e positivista*) e estiveram subordinadas à disciplina, ao controle, à adaptação, à instrumentalidade e à utilidade.

No ponto de vista do conhecimento psicológico, passa a ser constituído ao longo do século XX com a marca das reduções conceituais e metodológicas, o que provocou inúmeras polêmicas teóricas e metodológicas que, por sua vez, sustentam concepções e posições bastante diferentes; (Molon, 2011, p. 2)

Na contemporaneidade, pergunta-se constantemente de que sujeito fala - se, estar presente nas diversas teorias, caso ele ser agente ou produto, activo ou passivo, autónomo ou prisioneiro, livre ou assujeitado, interactivo ou semiótico⁴⁵; se é construído ou constituído (*na história, nas relações sociais, nas narrativas, nas estruturas biológicas e cognitivas*) de determinações internas e/ou externas; se é gerador - fornecedor de sentidos pessoais ou negociador de sentidos colectivos; ou ainda, se é sem sentido, vazio, ou efeito de várias posições e contingências ou imanência psíquica, ou poderia ser tudo isso, dialeticamente, dependendo do lugar que o sujeito ocupa na sociedade de classes sociais antagónicas. Isso leva – nos a compreender que o empreendimento

⁴³ existe uma memória voltada para a acção, feita de hábitos e uma outra que simplesmente revive o passado.

⁴⁴ A doença do mundo moderno corresponde a um fracasso, a uma demissão do saber.

⁴⁵ da consciência, da actividade, da linguagem, do inconsciente.

monumental do saber Ocidental, não significa que os saberes são provenientes de nenhum lugar do planeta. São sim etnográficos e culturais compartilhados em várias esferas de vida.

Ante a ideologia pós-moderna e a compreensão da lógica da mercadoria, com base no marxismo, receia-se que essa negociação de sentidos fique deveras limitada. A subjetividade é entendida nas mais diversas formas: como intrapsicológica, como referente ao mundo privado, por configurações subjetivas, intersubjetividade, como resultante de cruzamento de fluxos linguísticos e sociais, portanto, está submissa ou sobreposta às condições sociais, históricas, linguísticas e psicológicas. Dentro disso, indaga-se se o sujeito existe ou não; se a subjetividade interfere ou não nos processos de construção do conhecimento⁴⁶.

Não obstante, a análise da natureza da participação da realidade social na constituição do sujeito e a conceptualização da gênese dos processos psicológicos no sujeito geram controvérsias e explicações ambíguas, demarcando um debate entre os especialistas que tendem a privilegiar determinados conceitos na busca de explicitação dos princípios e de explicações plausíveis para o funcionamento inter e intrapsicológico (Smolka, Góes e Pino, 1998; Molon, 2003), citado por: (Molon, 2011, p. 4).

Desse modo, o sujeito precisa encontrar formas de relação e de acção compatíveis com a organização e desenvolvimento de sua subjectividade individual e com sua inserção nos diferentes sistemas de relações em que constitui - se. Este é um processo permanente de crescimento nas múltiplas e contínuas reconfigurações da subjectividade, um carácter social e histórico⁴⁷. Um sujeito individual activo, centrado nas suas configurações subjectivas e autónomo em relação ao outro; de um sujeito que constantemente é funcional na sua própria consciência no desejo de adquirir conhecimento partilhado, apresenta um desenvolvimento sistémico tendente à estabilidade.

Para o sujeito considerado é a psique, personalidade, subjectividade, configurações subjectivas, sentidos subjectivos são vistos como sistemas que têm formas de organização próprias e se apresentam relativamente estáveis, e cujo sentido é gerado pelo sujeito, pois o sentido é uma verdadeira produção subjectiva, uma vez que não define - se pela acção direta de um evento social. Homem, sujeito é o espiritual conforme a filosofia africana ensina nos seus saberes de geração em geração.

2. Absolutismo científico na construção compartilhada do conhecimento.

Quanto ao absolutismo na construção do conhecimento, ocorre por causa do envolvimento e da própria constituição do termo Educação continuada ou permanente, a qual leva a entender, originar-se e destinar-se à vulgarização cotidiana, isto é, a práticas não ortodoxas do que se compreende por aqueles já citados conhecimentos ditos superiores e verdadeiros que não admitem censuras. Semelhantes práticas são atribuídas a pessoas iletradas, ou como preferir, ignorantes, analfabetas e/ou semianalfabetas, melhor dizer, os oprimidos⁴⁸. Disto infere - se que, este grupo gerador da cultura de massa não passa de gente passiva, sem futuro, que não tem condição sequer de levantar sua cabeça para olhar e identificar os que lhe oprimem.

É notório este comportamento de vários autores nas instituições, principalmente aquelas do ensino Superior. O crescimento de autores e Docentes titulares nas diversas Unidades Curriculares, acabam de arrogar “os tais supere - Docentes”, deixando de serem facilitadores das aprendizagens. Em referência à construção do conhecimento, as IES mostraram que não são somente guardiãs dele, mas ainda sem as mesmas seria impossível tal coisa. Frases como “sem

⁴⁶ a produção de sentido é uma dimensão subjetiva e individual ou relacional e colectiva.

⁴⁷ à subjectividade como um fenómeno homogêneo nem unidimensional, mas como um sistema processual.

⁴⁸ Seu poder chega a todos os recôncavos.

universidade não existe conhecimento”, deixava claro que o espaço de sua produção é o acadêmico do ponto final.

Isto caracteriza o modo de ser dessas instituições de ensino em todo o mundo, as quais estão atreladas ao prometimento oferecido no início da modernidade aos seres humanos, de que elas (as universidades) seriam daqui por diante suas redentoras e seus baluartes, quer dizer, a humanidade estava salva e protegida, uma vez que não haveria problemas que não fossem imediatamente solucionados; (Renan Soares de Araujo, 2020, p. 13)

A consciência científica é gerada nesse contexto e ambiente hermético da intelectualidade das universidades, na actualidade ela consta como saber onisciente, onipotente e, conseqüentemente, omnipresente. Isto vem a significar que, todas as formas de conhecer devem submeter-se a esse padrão, ou seja, para sobreviver e conseguir o reconhecimento nos tempos de hoje, todo e qualquer conhecimento tem de adequar - se, adaptar-se a esse paradigma epistemológico hegemônico denominado pela ciência⁴⁹. O que entende - se que os diferentes autores cuidem de velar pelo comportamento humildemente aceitável na partilha do conhecimento. Falar de partilha de conhecimento, ele é por excelência, chancela a entrada no cânon da cientificidade, ou melhor, é ele que determina e afirma epistemologicamente: este é conhecimento, esse talvez, aquele nem pensar; logo, tudo na base de uma concordância crítica que os conteúdos são cristalizados e publicados para durarem gerações. Pois das quais, é a influência sistemática que dá o sentido de educação.

O absolutismo no conhecimento partilhado, é anterior a esta era digital, o qual que podemos ainda lembrar num passado não tão remoto assim, competia à Igreja tudo nos explicar. Seu poder explicativo era praticamente absoluto, incontestável e inapelável⁵⁰.

Depois, os filósofos tiveram seu momento de glória. No século das Luzes, poderiam ter dito⁵¹. Agora, tudo se passa como se os cientistas viessem a ocupar os espaços culturais deixados mais ou menos vazios pelo “declínio” dos saberes teológicos e ideológicos. A chamada “secularização”, ou “desencantamento”, seria não o abandono do sagrado, mas a aplicação da tradição sagrada a fenômenos humanos precisos. Max Weber vê na sociedade capitalista a filha legítima do espírito calvinista. De onde o novo slogan: *Scientia locuta, causa finita* (a ciência falou, assunto encerrado) (Japiassu, 2011, p. 57), citado por; (Renan Soares de Araujo, 2020, p. 14).

O absolutismo torna cada vez mais enorme, pois a relevância da ciência para a vida da humanidade nos últimos séculos, por outro lado é preciso reconhecer que na modernidade, as tecnociências não estão isentas de responsabilidade na gênese desta crise planetária e civilizatória, na medida em que são decisivas para viabilizar o projeto burguês de dominar as leis da Natureza para explorá-la, assim como ao trabalho humano; contribuem na constituição da sociedade de risco que ameaça as actuais gerações, sua qualidade de vida e as próprias condições de sobrevivência das gerações futuras fragmentam e especializam o conhecimento em campos disciplinares, dificultando a compreensão dos complexos problemas⁵².

Em relação a isso, constatamos que há na história do Ocidente duas compreensões: uma oriunda da academia, o templo sagrado da ciência; e a outra do senso comum, em que se encontra a quotidianidade. A primeira considera - se, metaforicamente, o próprio Olimpo, local onde mora

⁴⁹ Isso para dizer que nada escapa e tudo é abrangido pela força da ciência.

⁵⁰ *Roma locuta, causa finita* (Roma falou, caso encerrado).

⁵¹ *Ratio locuta, causa finita*

⁵² ocultam-se sob uma suposta neutralidade para não revelar os valores e interesses que perpassam o campo científico.

os imortais deuses gregos, senhores dos destinos e das vidas humanas; a segunda, no que lhe concerne, é associada ao mundo dos pobres mortais: pessoas que mendigam diariamente por soluções divinas, as quais contentam - se tais quais cachorrinhos com as migalhas caídas da mesa do banquete celestial. Essa ideia, remete – os verdadeiramente absolutistas que caminham contra a construção do sujeito inacabado, na certeza de que a ciência está em constante evolução não havendo paradigmas dogmáticas.

3. Racionalização exagerada (análise da tradição platônica).

O Ocidente tende de supor outros saberes ao nível mais baixo da racionalidade. Desde os tempos remotos, a sabedoria africana foi sempre suplantada por estar literalmente ligada a oralidade. Queremos então trazer aqui a racionalização exagerada da tradição platônica. Esta é a única que ele considera de feições sofisticadas, a qual determina a canonicidade que conduz à sacralização do mais puro, verdadeiro e elevado conhecimento. Isto para dizer que há uma hegemonia, que segrega e seleciona os vários saberes existentes em: baixo clero e alto clero. Este pertencente a estirpe do nobre saber, que relegará ao esquecimento da história o outro. Foi esta exacerbação do racional que levou a ciência moderna dos saberes, e de lá não querer mais sair, porque de sua confortável, cômoda e majestosa situação continuará a submeter todos ao seu crivo. O que justamente não é o certo.

René Descartes, grande filósofo do início da modernidade, segue essa racionalização exagerada oriunda da tradição platônica. Para ele o conhecimento tem que ser de ordem racional, com base no método físico-matemático; (Renan Soares de Araujo, 2020, p. 17).

A razão humana está agora suficientemente madura para que empreendamos laboriosas investigações científicas, sem ter em vista algum fim estranho, capaz de agir fortemente sobre a imaginação, como aquele que se propunham os astrólogos e os alquimistas. Nossa actividade intelectual estimula- -se suficientemente com a pura esperança de descobrir as leis dos fenômenos, com o simples desejo de confirmar ou infirmar uma teoria, capaz de partilhar conhecimento na formação do sujeito de forma continuada ou permanente⁵³.

Sem as atrativas quimeras da astrologia, sem as enérgicas decepções da alquimia, por exemplo, onde teríamos haurido a constância e o ardor necessários para coletar as longas séries de observações e experiências que mais tarde serviram de fundamento para as primeiras teorias positivas de uma e de outra classe de fenômenos? (Comte, 1978, 41), retomado por: (Renan Soares de Araujo, 2020, p. Idem)

O que percebemos hoje em dia é que a ciência através de suas parafernalias tecnológicas, que são sua vertente prática e actualizada, demonstra seu contínuo poderio, no sentido de formação do sujeito com conhecimento partilhado em direcção ao progresso da humanidade. A informação é cada vez mais abrangente em vários meios de difusão e em qualquer lugar, no uso de dispositivos eletrónico portáteis capazes de galvanizar o seu poderio.

O pensamento científico não nega o seu modo depreciativo e estereotipado de enxergar o senso comum, a quotidianidade, isto é, o popular como um todo. Mas o contexto africano, mantém sempre a sabedoria como baluarte na edificação dos sobrepostos postulados que o homem vai adquirindo ao longo da vida. Contudo, é a vida a escola de experiência e não o contrário; pois que conteúdos não fornecem prática do *modo vivendi*.

Isto é notório, visto que no decorrer de nossa argumentação mostramos alguns ensaios, que corroboraram a tal maneira de pensar. Passa a ser irônico e trágico, se levarmos em consideração a forma como ele constituiu - se. Sobre isto, podemos levantar a seguinte conjectura:

⁵³ Mas isto não poderia ocorrer na infância do espírito humano.

a caso um filho pode negar que foi resultado da cópula de um casal? A não ser por autogênese ou ainda de certas praticas não éticas de homossexualismo que no mundo vão surgindo para inverter o ciclo verdadeiro da vida. Então, restamos supor que o conhecimento científico é um tipo de filho pródigo, que contrariamente ao da Parábola do Evangelho não quer de jeito nenhum voltar para a casa paterna, excepto para exaurir os bens que lá encontram - se, e posteriormente prodigá-los novamente.

Após termo apresentado que a ciência não é absoluta nem única forma de saber, e de que semelhante concepção não humaniza, pois desdenha os outros saberes, impossibilitando-os de colaborar com a construção de uma verdadeira maneira de pensar, que busque conhecer sem cessar⁵⁴. A epistemologia ocidental dominante não possibilita a copresença entre a humanidade moderna e a sub-humanidade moderna que esta mesma epistemologia engendrou: selvagens sub-humanos, indígenas cuja alma é um receptáculo vazio, carecendo da cristianização. Tal negação radical da existência percorre os séculos para além da independência das colônias e termina por fortalecer o monopólio da ciência moderna na distinção universal entre o verdadeiro e o falso, condenando ao passado todas as outras formas de conhecimento um violento epistemicídio.

O violento epistemológico ocorre, porque uma única forma de pensamento arroga para si o direito de ser porta-voz da verdade divina aqui na terra. Então, por este motivo sua maneira de conhecer deve subjugar àqueles que não receberam tamanha missão. Durante anos, povos, tribos, nações, grupos foram simplesmente classificados de incapazes, inferiores, não humanos. Por serem tachados assim, estavam e estão sujeitos a todo o tipo de barbárie, por parte dos autodeclarados senhores. Surge logo a consciência da ausência da liberdade espiritual que nas colônias é clamada em longos e em muitos países.

4. Conclusão

A abordagem deste artigo, na defesa da necessidade de formação do sujeito de forma continuada ou permanente, foi um exercício constante de analogia sem desprezar as diferenças históricas, geográficas, culturais, econômicas) e políticas que particularizam cada uma delas. A sabedoria africana e a intelectualidade Ocidental ambas na formação do sujeito moral de forma continua, exige uma partilha de conhecimento. Esse exercício de comparação poderia incidir em um anacronismo sutil ou espriado em todas as comparações se não tivéssemos, a todo o momento, destacando que cada uma das categorias aqui comparadas teve, ou ainda tem, seu lugar bem definido em um espaço e tempo histórico. O exercício de comparação é um exercício curioso.

Não nos foi permitido, pelo limite espacial deste artigo, debruçar-se sobre outras e mais profundas similitudes entre essas duas categorias sociais: africana e ocidental. No devir de cada uma delas reina a percepção que a humanidade aprisionada pelas dinâmicas da dominação, precisa ser restaurada e entregue, como factor histórico de produção da vida, a seus verdadeiros donos: o povo. Por isso, nossa primeira percepção foi que ambas tinham essa força que impulsiona seja as consciências reificadas ou as já desreificadas em direção à construção de um mundo livre das diversas formas de opressão que surgem da dominação econômica, política, étnica, religiosa e, por assim não dizer, social em suas próprias épocas e conjunturas históricas. Importa referirmos que África tem de despertar para assumir o seu verdadeiro lugar.

Enquanto isso não ocorre, a Educação permanente ou continua, vai minando velhas forças dominantes e vai conquistando pequenos espaços de sociabilidade, promovendo acções e trabalhos sociais que, igualmente a pedagogia socialista, vai tentando recolocar o homem em seu lugar devido, na construção de sua própria história através de processos de conscientização sobre suas próprias realidades e possibilidades históricas. Como ainda não é o fim da história, muito ainda tem a ser escrito pelo homem como sujeito de seu próprio mundo.

⁵⁴ Existem outros vários saberes que o sujeito deve usufruir ao longo da vida.

5. Bibliografia

Alexandre S. de S., P. J. (2020). *Caminhos da Construção Compartilhado do conhecimento*. Paraíba: CCTA/UFPB.

Almeida, M. D. (14 de Dezembro de 2008). A doença do mundo moderno corresponde a um fracasso, a uma demissão do saber. Grupos de trabalho: Um estudo de caso. *Dissertação submetida ao Programa de Pós - Graduação Stricto Sensu em Gestão - Brasil*, p. 198.

Molon, S. I. (4 de Dezembro de 2011). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e Linguagem. *SciElo* , p. 16.

Renan S. de A., P. J. (2020). *Educação Popular e construção compartilhada do Conhecimento*. Paraíba: CCTA/UFPB.

OS DESAFIOS DO TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (CMR) EM TERMOS DE SEGURANÇA LABORAL

Autor: Agostinho Paulo
E-mail: tinocoosta@gmail.com

Resumo

O artigo analisa os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis em Angola, com foco na segurança laboral e nas condições de trabalho na Centralidade do Kilamba. A investigação, de abordagem qualitativa, recorreu a entrevistas semiestruturadas e observação direta, com base no referencial do materialismo histórico-dialético. Os resultados revelam que esses trabalhadores desempenham papel relevante na economia circular e na gestão de resíduos sólidos urbanos, mas exercem suas atividades em condições precárias, sem equipamentos de proteção individual e expostos a riscos de acidentes, doenças, violência e discriminação social. Evidencia-se ainda a relação entre a pobreza, a vulnerabilidade social e a ausência de políticas públicas consistentes que assegurem reconhecimento e proteção a essa categoria profissional. Conclui-se que a superação dessa realidade requer medidas integradas de inclusão social, regulamentação do trabalho e promoção da dignidade humana.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis; Segurança laboral; Vulnerabilidade social; Pobreza; Angola.

Abstract

This article analyzes the challenges faced by recyclable waste pickers in Angola, focusing on occupational safety and working conditions in the Kilamba Centrality. Using a qualitative approach, the study employed semi-structured interviews and direct observation, grounded in the historical-dialectical materialist framework. The findings show that these workers play a relevant role in the circular economy and solid waste management, yet they perform their activities under precarious conditions, lacking personal protective equipment and being exposed to accidents, diseases, violence, and social discrimination. The research also highlights the link between poverty, social vulnerability, and the absence of consistent public policies that guarantee recognition and protection for this professional group. It concludes that overcoming this reality requires integrated measures of social inclusion, labor regulation, and the promotion of human dignity.

Keywords: Waste pickers; Occupational safety; Social vulnerability; Poverty; Angola.

1. Introdução

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis constitui uma das expressões mais visíveis da questão social nas sociedades contemporâneas, sobretudo em contextos urbanos marcados pela pobreza, desemprego e exclusão social. Para além de garantir a sobrevivência de milhares de famílias, essa actividade desempenha um papel essencial na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na economia circular, ao reduzir o volume de lixo destinado a aterros e possibilitar a reinserção de materiais no ciclo produtivo. No entanto, apesar de sua relevância social, económica e ambiental, a catação de materiais recicláveis permanece invisibilizada e estigmatizada, frequentemente associada à marginalidade e à precariedade laboral.

Em Angola, esse fenómeno ganha contornos particulares devido à persistência da pobreza, da vulnerabilidade social e da informalidade laboral. Nas periferias urbanas, como a Centralidade do Kilamba, a presença de catadores revela tanto a criatividade popular na busca por meios de sobrevivência quanto a ausência de políticas públicas estruturadas que assegurem protecção social e condições dignas de trabalho. A falta de equipamentos de protecção individual, a exposição a riscos físicos e químicos, a hostilidade social e a ameaça de violência configuram um quadro de insegurança laboral que compromete a saúde, a dignidade e os direitos desses trabalhadores.

Diante desse cenário, o estudo coloca a seguinte questão de pesquisa: *quais são os principais desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis em termos de segurança laboral na Centralidade do Kilamba?*

Para responder a essas questões, o artigo tem como objectivo geral analisar os desafios de segurança laboral enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis na Centralidade do Kilamba, em Luanda. Como objectivos específicos, busca: (i) caracterizar o perfil e as condições de trabalho dos catadores; (ii) identificar os principais riscos e vulnerabilidades associados à actividade; (iii) relacionar esses riscos com o contexto socioeconómico e a ausência de políticas; e (iv) reflectir sobre alternativas de inclusão social, regulamentação laboral e protecção da saúde e dignidade desses trabalhadores.

A estrutura do artigo organiza-se em cinco partes principais. Após esta introdução, apresenta-se uma revisão da literatura, que discute a relevância social da actividade de catação, bem como as noções de questão social, pobreza e vulnerabilidade. Em seguida, descreve-se a metodologia, baseada numa abordagem qualitativa que utilizou entrevistas semiestruturadas e observação directa. Posteriormente, são analisados e discutidos os resultados, destacando os principais desafios de segurança laboral enfrentados pelos catadores na Centralidade do Kilamba. Por fim, a conclusão retoma as principais constatações do estudo e aponta para a necessidade de políticas inclusivas e estratégias de protecção laboral que assegurem a dignidade e os direitos dos catadores de materiais recicláveis.

2. Catadores de Materiais Recicláveis

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis tem sido analisado como uma das expressões mais visíveis da questão social no contexto urbano, marcada por pobreza, desemprego e exclusão. A designação “catadores de lixo”, comumente utilizada, carrega uma conotação pejorativa, motivo pelo qual vários autores defendem o uso do termo “catadores de materiais recicláveis”, que reconhece a relevância social e ambiental da actividade (Paulo, 2021; Silva, 2018; Heine, 2012).

Para esses trabalhadores, os resíduos não representam apenas desperdício, mas sim fonte de sustento. A sua actuação vai além da sobrevivência individual, desempenhando função essencial na gestão de resíduos sólidos urbanos e na economia circular, ao reduzir o volume destinado a aterros e permitir a reinserção de materiais no ciclo produtivo (Heine, 2012; Baldim et al., 2020).

A literatura realça, contudo, que a catação ocorre em condições precárias. A maioria trabalha sem equipamentos de protecção, exposta a riscos de acidentes, contaminações e discriminação social (Maciel et al., 2011; Silva, 2018). Essa precarização é agravada pela instabilidade financeira resultante da flutuação dos preços dos recicláveis e pela ausência de

políticas públicas consistentes que assegurem protecção social e reconhecimento profissional (Schmitt & Esteves, s/d).

Autores como Abdel e El-Hakim (2019), ao estudarem experiências de comunidades de catadores no Egito, demonstram que a actividade pode ser organizada em moldes mais estruturados, através de cooperativas, associações e políticas estatais de incentivo, garantindo melhores condições de trabalho e maior inserção no mercado formal. No entanto, em contextos periféricos como o de Angola, a informalidade permanece como característica dominante.

Deste modo, os catadores configuram-se como actores fundamentais tanto no combate à pobreza quanto na sustentabilidade ambiental, mas permanecem invisibilizados nas políticas públicas. A revisão da literatura aponta, portanto, para a necessidade de ultrapassar a visão assistencialista e avançar para estratégias de inclusão económica e social que reconheçam esses trabalhadores como sujeitos de direitos e não apenas como sobreviventes da exclusão.

Nesta actividade, existe uma categorização entre os indivíduos que dela participam e que se distinguem pelos interesses que os levam aos locais de descarte. Alguns procuram alimentar-se directamente dele, ao retirarem dali alimentos para saciar a fome no momento.

Outros buscam reciclar matéria-prima e produtos comercializáveis, como eletrodomésticos avariados, roupas e outros materiais para os vender às pessoas interessadas, sucateiros ou passadores e até mesmo as empresas de reciclagem, que os destinam às indústrias para transformação, bem como para os vendedores informais, que os utilizam como recipientes para produtos que são vendidos avulsamente, e para uso pessoal, caso haja a necessidade. Há ainda aqueles que combinam ambas as formas de utilização, consomem parte do que encontram e revendem o restante, como ilustra a tabela 1.

Tabela 1: Categorias sociais dos catadores de materiais recicláveis

CATEGORIAS SOCIAIS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS		
Categoria	Descrição	Características Principais
Catadores de Subsistência	<i>Actuam prioritariamente em busca de alimentos descartados para consumo próprio.</i>	<i>Extrema vulnerabilidade; foco na alimentação ou busca de comida; alguns deles doentes mentais; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; com pouca ou nenhuma integração ao mercado informal.</i>
Catadores Comerciantes	<i>Recolhem materiais com valor de revenda (ferro, plásticos, roupas, eletrodomésticos), participam de redes de comercialização.</i>	<i>Visão económica, algum conhecimento técnico, redes de compradores, possível organização informal ou cooperativa.</i>
Catadores Híbridos	<i>Alternam entre consumo pessoal e revenda dos materiais encontrados.</i>	<i>Flexibilidade, adaptabilidade, reciclagem de produtos para uso e comercialização.</i>

Fonte: Categorização do próprio autor

Importa salientar que as categorias apresentadas na tabela 1 não são fixas nem exclusivas. Muitos catadores transitam entre elas conforme as condições económicas, a disponibilidade de resíduos ou suas necessidades imediatas. Essa tipologia permite compreender melhor a diversidade de estratégias de sobrevivência dos catadores e pode orientar políticas e intervenções sociais mais adequadas e segmentadas.

Por outro lado, esses trabalhadores enfrentam diversos desafios no seu quotidiano do trabalho e outras que derivam da sua qualidade de vida. É importante desmistificar aqui a palavra “desafio” pode assumir múltiplas dimensões quando a relacionamos com o mundo do trabalho, especialmente aquele realizado à margem das formas reconhecidas e protegidas pela legislação laboral. No caso dos catadores de materiais recicláveis, os desafios ultrapassam o simples esforço físico diário. São obstáculos profundamente enraizados em desigualdades sociais, invisibilização e falta de reconhecimento da actividade. Trabalhar na rua, entre lixo e descaso, exige não só

resistência física, mas também emocional, diante do estigma social que recai sobre esses trabalhadores.

O termo “desafio” também pode ser entendido como *enfrentamento*: uma forma de resistência quotidiana. Os catadores desafiam a lógica do descarte e da exclusão ao atribuírem valor ao que a sociedade considera inútil. Criam, a partir da precariedade, redes de solidariedade, estratégias de sobrevivência e até formas colectivas de organização. Nesse sentido, o desafio ganha contornos de luta – pela dignidade, pelo direito à cidade e pelo reconhecimento do seu papel ambiental e económico.

No entanto, apesar dessas leituras simbólicas e políticas, é necessário não romantizar a dureza do quotidiano enfrentado por esses trabalhadores. Por isso, olhamos para os “desafios” como dificuldades ou problemas concretos enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis no desempenho das suas actividades sem descorar os desafios descritos acima. Trata-se de compreender as barreiras objectivas e subjectivas que limitam o exercício pleno do seu trabalho, seja no acesso aos direitos, na estruturação do serviço, nas condições materiais, no ambiente de trabalho como na ausência de políticas e legislações eficazes.

3. Estado e a Questão Social

Trabalhar como catador de material reciclável é resultado da questão social, que tem como suas expressões a vulnerabilidade social, pobreza, entre outras, pois expressam as desigualdades estruturais geradas pelo modo de produção capitalista. Historicamente, a questão social emerge como consequência da contradição entre capital e trabalho, evidenciando-se em múltiplas expressões como a pobreza, o desemprego, a falta de acesso a direitos sociais e a exclusão de determinados grupos como expressa Pereira (2021).

A vulnerabilidade social, por sua vez, abarca os factores económicos, sociais e culturais que promovem a exclusão entendida como a fraca integração de indivíduos e comunidades ao tecido social (Castel, 2011; Yazbek, 2003). Segundo Iamamoto (2011, p. 27), falar da questão social é falar do,

[...] conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Esse fenómeno surgiu como um conceito associado às transformações geradas pelo processo de industrialização, especialmente no século XIX. Com a expansão da produção capitalista e a crescente urbanização, intensificaram-se as desigualdades sociais, a exploração da força de trabalho e o surgimento de problemas como a pobreza e o desemprego (Iamamoto & Carvalho, 2014). O conceito de questão social, portanto, está directamente relacionado às contradições estruturais do capitalismo, e evidencia a necessidade de intervenção do Estado para minimizar seus impactos (Monteiro, 2020).

A tradição marxista é uma das principais abordagens na análise da questão social. Para Marx (1984 citado por Pereira, 2021), a questão social surge da contradição estrutural entre capital e trabalho. Neste ponto de vista, a desigualdade social não é apenas um efeito colateral do sistema económico, mas sim um elemento inerente ao modo de produção capitalista. No entendimento do autor, Marx identifica a exploração da força de trabalho como um mecanismo central da acumulação capitalista, que, por sua vez, perpetua desigualdades e antagonismos de classe. Por sua vez, Engels (2015) reforça essa análise ao criticar o papel ideológico das explicações burguesas sobre a pobreza, que mascaram suas raízes estruturais.

Neste sentido, compreende-se que tanto para Marx como para Engels a questão social cujas expressões acentuam-se na vulnerabilidade social, desigualdades e pobreza dos indivíduos resultam do sistema de produção capitalista, pois na medida em que crise riqueza e lucro também cria pobres e descartáveis.

Para Ianni (1992; 2004 citado por Pereira, 2021), a questão social deve ser entendida como um conjunto de desigualdades estruturais que geram antagonismos entre classes. Ele argumenta que, dentro do capitalismo, essas desigualdades não são fenómenos naturais, mas sim

socialmente construídas e constantemente tensionadas por lutas políticas e sociais. Esse entendimento reforça a necessidade de analisar a questão social a partir das relações de dominação e resistência.

Castel (1998 citado por Pereira, 2021) apresenta uma abordagem que enfatiza as metamorfoses da questão social ao longo da história do capitalismo. Ele argumenta que a proteção social construída no século XX não eliminou as desigualdades, mas transformou sua configuração, tornando-as mais complexas. Para o autor, a precarização do trabalho e a erosão das proteções sociais no neoliberalismo reacendem formas de pauperização que remetem ao século XIX, o que ele denomina de "nova questão social".

Outro autor relevante, Rosanvallon (1998 citado por Pereira, 2021), trata a questão social a partir da exclusão social, que ele entende como um fenômeno moderno de rompimento com a integração social proporcionada pelo Estado de bem-estar. Ele defende que a desigualdade contemporânea não se expressa apenas na exploração econômica, mas também na fragmentação social, tornando a inclusão social uma preocupação central das políticas públicas.

Por sua vez, Pereira (2021) adverte contra a concepção da questão social como uma mera imagem reflexa das relações econômicas, ao destacar a necessidade de uma abordagem mais dialéctica. A autora critica análises que reduzem o fenômeno a epifenômenos econômicos, sem considerar os conflitos políticos e sociais que moldam sua expressão. Nesse sentido, Urry (1982 citado por Pereira, 2021) reforça que abordagens reducionistas comprometem a compreensão das contradições do capitalismo e das formas de resistência social.

As diferentes concepções teóricas da questão social mostram que se trata de um fenômeno dinâmico, que evolui conforme as mudanças no capitalismo. Enquanto a tradição marxista destaca a exploração estrutural do trabalho, abordagens mais contemporâneas, como as de Castel e Rosanvallon, dão realce a fragmentação social e a precarização das condições de vida. Ao mesmo tempo, autores como Pereira (2021) alertam para a necessidade de um olhar crítico sobre as explicações da questão social, garantindo que sua análise considere tanto suas raízes estruturais quanto as lutas sociais que a moldam.

Tendo em conta as diferentes concepções apresentadas, não podemos dissociar a questão social do Estado. A relação entre o Estado e a questão social é bastante evidente, especialmente quando analisado sob a ótica do capitalismo. Como argumenta Bizerra (2016), o Estado é uma instituição fundamental para a manutenção das relações de produção, ele atua não apenas como regulador da economia, mas também como mediador dos conflitos sociais e mecanismo de reprodução da dominação de classe. Assim, a questão social – compreendida como a expressão das contradições do sistema capitalista, que gera desigualdade, pobreza e exclusão – não pode ser dissociada da atuação estatal.

Segundo Engels (2010, p. 213), o Estado surge em resposta à luta entre classes, com o propósito de administrar os antagonismos sociais e evitar que eles levem à desorganização da sociedade. O autor afirma que:

Para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'.

No entanto, essa função mediadora do Estado não significa neutralidade. Pelo contrário, como destaca Bizerra (2016), ele se constitui historicamente como um instrumento da classe dominante, garantindo as condições para a exploração do trabalho e a acumulação de capital. Esse papel se manifesta de diversas formas ao longo da história do capitalismo, desde a sua fase concorrencial até a atual fase monopolista e neoliberal.

A intervenção do Estado na questão social sempre ocorreu de maneira estratégica e conforme as necessidades do capital. Durante o capitalismo concorrencial, o liberalismo econômico prevalecia e o Estado mantinha uma posição mais distante da economia, deixando a dinâmica do mercado regular a exploração do trabalho.

No entanto, com a transição para o capitalismo monopolista e a crescente instabilidade económica, tornou-se necessária uma atuação mais activa do Estado. Como aponta Bizerra (2016), essa reconfiguração estatal foi essencial para administrar os efeitos colaterais da acumulação capitalista, garantindo tanto a estabilidade social quanto a continuidade da exploração.

Marx (1996, citado por Bizerra, 2016, p. 297) destaca que "[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria acção, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza." No entanto, esse processo ocorre dentro de um sistema de dominação no qual o Estado desempenha um papel crucial. Como instituição voltada para a manutenção da ordem burguesa, o Estado impõe as condições necessárias para que a exploração do trabalho continue de forma sistemática e legitimada.

A partir do século XX, com a crise do capitalismo liberal e o advento do keynesianismo, o Estado passou a adotar políticas de bem-estar social como forma de conter as contradições do sistema e garantir sua estabilidade. Como observa Bizerra (2016), os chamados "anos dourados" do capitalismo foram marcados por uma forte intervenção estatal, que buscava equilibrar as exigências do capital e as demandas da classe trabalhadora. Esse período foi caracterizado pela adopção de políticas públicas que ampliaram os direitos sociais e promoveram melhores condições de vida para os trabalhadores, sem, no entanto, romper com a lógica da acumulação capitalista.

Com a crise do modelo keynesiano nos anos 1970 e a ascensão do neoliberalismo, houve uma nova reconfiguração do Estado, agora voltado para a desregulamentação económica, a privatização de serviços públicos e a redução das políticas sociais. Como observa Mészáros (2002, p. 95): "Os 'ganhos' alcançados pela classe trabalhadora só foram possíveis por estarem intimamente integrados à estrutura totalizadora do sistema do capital".

Isso significa que, ao contrário da narrativa liberal de que o Estado se tornou "excessivamente intervencionista", as políticas sociais sempre foram limitadas pelo contexto da acumulação capitalista. Assim, quando o capital não mais precisava dessas concessões para manter sua hegemonia, o Estado neoliberal reverteu muitas dessas políticas, aprofundando a precarização do trabalho e a exclusão social.

Bizerra (2016) reforça essa perspectiva ao afirmar que, no contexto neoliberal, a atuação estatal é redefinida para atender às exigências do grande capital, o que se traduz na flexibilização das relações de trabalho, na redução dos direitos sociais e na priorização dos interesses do sector financeiro em detrimento das necessidades da população. Essa nova configuração do Estado não eliminou a questão social, pelo contrário, tornou-a ainda mais intensa, ao mesmo tempo em que reforçou mecanismos repressivos para conter o descontentamento popular.

A atuação do Estado sobre a questão social não se limita à implementação de políticas públicas ou à regulação da economia. Como aponta Lukács (1981, citado por Bizerra, 2016), o Estado desempenha um papel crucial no controle social, utilizando não apenas mecanismos administrativos e jurídicos, mas também ideológicos e coercivos. Segundo o autor, a divisão social do trabalho, na sua expansão quantitativa e qualitativa, cria encargos especiais, formas de mediações específicas entre complexos sociais singulares que adquirem peculiar estrutura interna.

Isso significa que o Estado se estrutura de modo a garantir a reprodução da ordem social e a legitimação do sistema capitalista. No contexto neoliberal, esse papel se intensifica, com o fortalecimento do aparato repressivo do Estado e a criminalização dos movimentos sociais que contestam a lógica do capital. A proibição das manifestações pelo governo, bem como a criação de situações de convulsão na realização das mesmas em Angola são exemplos claros desta realidade descrita acima.

Além disso, o Estado moderno também desempenha um papel fundamental na produção do consenso. Como argumenta Gramsci (1999, citado por Bizerra, 2016), a hegemonia burguesa não se sustenta apenas pela coerção, mas também pela disseminação de uma visão de mundo que naturaliza as desigualdades e torna legítima a dominação de classe. Nesse sentido, o Estado opera

através de instituições como a escola, a mídia e a cultura, promovendo valores que reforçam a aceitação da exploração capitalista.

Essa análise permite compreender que a atuação estatal não é neutra, mas sim determinada pelas necessidades da classe dominante. Como destaca Bizerra (2016), o Estado desempenha um papel essencial na manutenção da ordem capitalista, regulando os conflitos sociais e garantindo as condições para a acumulação de capital. Mesmo quando implementa políticas sociais, essas medidas não visam transformar a estrutura de exploração, mas apenas administrá-la para evitar crises mais profundas que possam prejudicar o capital.

No contexto neoliberal, essa dinâmica se intensificou, com o Estado assumindo um papel ainda mais subordinado aos interesses do capital. Isso resultou na precarização do trabalho, na redução dos direitos sociais e no fortalecimento dos mecanismos repressivos. Diante disso Mészáros (2002), observa que a única forma de romper com essa lógica é através de uma luta que transcenda as demandas imediatas e busque a superação da ordem capitalista.

Nesta ordem de ideias, a questão social é um dos principais factores que geram e reproduzem situações de vulnerabilidade social. As desigualdades estruturais do capitalismo produzem exclusão e marginalização, e afectam grupos que já estão em condições precárias (Iamamoto & Carvalho, 2014). Segundo Souza (2017), a história da pobreza e da vulnerabilidade social está intrinsecamente ligada ao processo de exclusão promovido pelas relações económicas e sociais.

Neste sentido, a vulnerabilidade social e a pobreza são fenómenos complexos que afectam milhões de pessoas em todo o mundo, manifestando-se de maneiras diversas conforme o contexto socioeconómico e cultural de cada país, daí a aparição de catadores de materiais recicláveis em várias partes do mundo. Como bem dizia Dog Murras, cantor angolano, em uma das suas músicas de que o "*sofrimento na cidade aumentou a criatividade*", demonstrando que com o aumento da pobreza as pessoas tornam-se mais criativas ao buscarem formas acrobáticas para sobreviver ainda que a sua dignidade como pessoa humana esteja em risco.

Segundo Castel (2011), a vulnerabilidade social pode ser entendida como um estado de precariedade que ameaça a integração social dos indivíduos e grupos. Esse conceito abrange não apenas a falta de recursos materiais, mas também a fragilidade das redes sociais de apoio e a exclusão das oportunidades de participação activa na sociedade. Entretanto, ao partilhar desta visão, Yazbek (2003) entende que a vulnerabilidade social deve ser analisada a partir de uma perspectiva multidimensional, onde factores económicos, sociais e culturais se entrelaçam, criando um quadro de exclusão e marginalização.

A vulnerabilidade social é frequentemente associada às desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade. Conforme aponta Souza (2017, p. 22), "a pobreza é resultado de um histórico processo de exclusão social que remonta ao período colonial e se perpetua através das práticas políticas e económicas contemporâneas". A autora destaca ainda que, apesar dos avanços nas políticas públicas nas últimas décadas, as desigualdades persistem, reflectindo-se em altos índices de pobreza, especialmente.

Em Angola, a situação não conhece contornos diferentes, embora marcada por particularidades históricas e culturais próprias. De acordo com Santos (2007, p. 17), "a vulnerabilidade social em Angola é exacerbada pelos efeitos prolongados da guerra civil, que devastou a infraestrutura do país e desarticulou as redes de apoio social". Embora seja verdade o aspecto levantado pelo autor, actualmente já não se justifica. Na actualidade, e mesmo durante a guerra, a vulnerabilidade social e a pobreza em Angola nunca tiveram uma só causa.

Nesta ordem de ideias, a pobreza em Angola configura-se como uma realidade intrinsecamente complexa e multifacetada, decorrente de dinâmicas históricas, estruturais e socioeconómicas que concorrem para a perpetuação de processos de exclusão social. Tanto Carvalho (2008) quanto Nzatuzola (2006) apontam que a pobreza no país é consequência do conflito armado. Essa visão é também partilhada por Santos (2007), que acrescenta a crise económica e as dinâmicas de fechamento social, factores que se entrelaçam e moldam a actual

conjuntura como responsáveis pela condição de pobreza em que se encontra a maioria da população angolana.

Ressalta-se que o conflito armado (1975-2002) teve um impacto devastador sobre a economia e a sociedade angolana. Durante quase três décadas, a guerra destruiu infraestruturas, deslocou populações e desviou recursos para o financiamento do conflito. Carvalho (2008, p. 90) observa que,

[...] as consequências do conflito armado são desastrosas para Angola. Se por um lado se assiste à delapidação das riquezas, por outro lado vem aumentando a concentração urbana (com deslocamento forçado de pessoas, sobretudo a partir do meio rural e de outras áreas do interior do país), diminui a produção alimentar e grande parte das crianças vê-se forçada a trabalhar desde tenra idade, para sustento próprio e de familiares.

De acordo com Nzatuzola (2006), a destruição da classe camponesa e das actividades agrícolas foi um dos efeitos mais graves da guerra, pois levou à dependência excessiva das importações e à insegurança alimentar, factores que aprofundaram a pobreza.

A crise económica que se seguiu ao conflito também teve impactos estruturais significativos. O governo angolano, segundo Carvalho (2008), adotou políticas económicas voltadas essencialmente para a guerra e negligenciou sectores produtivos essenciais. Como resultado, o país enfrentou um aumento do défice público, queda na produção de bens e serviços e crescente desemprego. Nzatuzola (2006) complementa essa visão, afirmando que a transição para um sistema económico liberalizado gerou instabilidade, inflação galopante e perda constante do poder de compra da população. Além disso, a corrupção e a falta de transparência na gestão dos fundos públicos agravaram ainda mais a situação e impediu que os recursos fossem adequadamente investidos em infraestrutura e desenvolvimento social.

As dinâmicas de fechamento social, conforme descritas por Carvalho (2008), contribuíram para a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma elite política, militar e económica. Esse fenómeno dificultou o acesso da população pobre a oportunidades de ascensão social e perpetuou a desigualdade estrutural. De maneira semelhante, Nzatuzola (2006) aponta que a privatização de empresas e a redistribuição de meios de produção beneficiaram grupos já privilegiados e consolidaram um modelo económico excludente. Esse contexto que estruturou a sociedade angolana, trouxe consigo a pobreza que colocou muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

A relação entre vulnerabilidade social e pobreza é evidente quando se considera a definição de pobreza proposta por Sen (2010). Para o autor, a pobreza não deve ser vista apenas como a falta de renda, mas como a privação das capacidades básicas que permitem aos indivíduos levar uma vida digna. Esse enfoque é particularmente relevante para entender as dinâmicas da pobreza em contextos de vulnerabilidade social, aonde a exclusão vai além do económico e afecta a saúde, a educação e a participação do cidadão.

Além disso, a análise de Costa (2011, p. 22) *sobre a pobreza e a vulnerabilidade social em áreas urbanas revela que "a segregação espacial agrava a exclusão social, limitando o acesso das populações vulneráveis a serviços essenciais e oportunidades de emprego"*. Em seu estudo, o autor demonstra que as políticas de urbanização muitas vezes falham em integrar essas áreas ao restante da cidade e mantém inalterado os ciclos de pobreza e marginalização.

Na tabela 2, a seguir, apresentamos uma tabela que indica a diferença entre vulnerabilidade social e pobreza, fenómenos que têm eco na vida e no trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Tabela 1: Diferença entre Pobreza e Vulnerabilidade Social

Aspecto	Vulnerabilidade Social	Pobreza
<i>Natureza</i>	Multidimensional (abrange condições sociais, políticas e culturais).	Foco na falta de recursos materiais e económicos.
<i>Causa</i>	Resulta de desigualdades estruturais, exclusão social e discriminação.	Geralmente relacionada à renda insuficiente ou desigual distribuição de riqueza.

Âmbito	Inclui aspectos não necessariamente económicos, como acesso à saúde, educação e discriminação.	Centra-se em recursos materiais necessários para a sobrevivência.
Exposição a riscos	Relacionada à suscetibilidade de grupos a eventos adversos.	A pobreza pode ser um dos factores que agrava a vulnerabilidade social.
Abordagem	Exige estratégias amplas, como inclusão social, acesso a direitos e redução de desigualdades.	Soluções geralmente envolvem políticas redistributivas e geração de renda.

Fonte: do autor

A tabela revela que, embora a pobreza e a vulnerabilidade social estejam interligadas, tratam de dimensões diferentes da exclusão social que afectam directamente a vida e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. A pobreza, com seu foco na escassez de recursos materiais e económicos, explica a razão objectiva pela qual muitos desses trabalhadores recorrem à catação como estratégia de sobrevivência diante da ausência de renda formal. Já a vulnerabilidade social aprofunda esse cenário ao evidenciar que, além da falta de dinheiro, esses indivíduos enfrentam a exclusão no acesso à saúde, educação, habitação digna e reconhecimento social — aspectos que agravam ainda mais sua condição.

Diante desta realidade, percebe-se que a vulnerabilidade social sempre afectou a população angolana, especialmente no período colonial, que culminou com a independência em 1975, e nos anos subsequentes, marcados pelo conflito armado. Durante a guerra civil, muitas famílias foram deslocadas de suas terras e viram suas condições de vida se deteriorarem drasticamente, levando à formação de comunidades empobrecidas em zonas urbanas, os famosos *musseques*.

No dizer de Castel (1998, p.13), “a vulnerabilidade social é o risco de queda na exclusão, ou seja, a perda dos mecanismos de integração social, como o trabalho e a proteção social”. Este cenário se intensificou durante o período de guerra em Angola, como observa Pacheco (2011, p. 92), ao destacar que “os conflitos armados em Angola deixaram marcas profundas na estrutura social, desarticulando as bases familiares e comunitárias”.

No período pós-guerra, embora houvesse um esforço de reconstrução nacional, a desigualdade social persistiu e o acesso aos serviços essenciais permaneceu limitado para amplas camadas da população. Segundo PNUD (2021), Angola continua a enfrentar desafios significativos em termos de desenvolvimento humano, figurando entre os países com índices mais baixos de acesso a serviços básicos.

Actualmente, de forma paradoxal, a vulnerabilidade parece ter se acentuado, com uma parcela da população a depender do lixo para sua subsistência. A pobreza urbana aumentou e o trabalho informal se expandiu, fazendo com que muitos encontrem no lixo uma alternativa de sustento. De acordo com Wacquant (2007, p. 109), “a informalidade e a marginalidade urbana não são apenas fenómenos económicos, mas formas de gestão social da pobreza em contextos neoliberais”. Isto é visível nas periferias de Luanda, onde a precarização extrema das condições de vida se naturalizou.

Se antes as dificuldades eram impulsionadas pelo conflito armado e suas consequências, hoje são agravadas por um modelo económico que não consegue absorver a mão de obra disponível. Como aponta Harvey (2005, p. 76), “o neoliberalismo promove uma redistribuição de baixo para cima, concentrando riqueza enquanto deixa vastas populações à deriva”. O resultado é a informalidade massiva, a sobrevivência por meio da reciclagem e da economia do lixo.

No nosso entendimento, essa condição de pobreza e vulnerabilidade social tem como pano de fundo vários factores interligados. Em primeiro lugar, destaca-se a crise económica e financeira que o país enfrenta, agravada pela dependência dos recursos petrolíferos. Autores como Auty (2001) apontam para a chamada “maldição dos recursos”, na qual países ricos em recursos naturais acabam por ter desempenhos económicos e sociais piores que os países com menos recursos.

A limitação da capacidade do Estado de investir em programas sociais eficazes é resultado direto dessa dependência. Como observa Bayart (2009, p. 212), “em muitos Estados africanos, a elite política capturou os recursos estratégicos, transformando o Estado em instrumento de acumulação patrimonial e não de redistribuição”. Assim, o desemprego cresce, a inflação corrói o poder de compra e os serviços básicos tornam-se cada vez mais inacessíveis para os mais pobres.

Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à qualificação profissional empurra muitos para o trabalho informal. Segundo Souza (2010, p. 46), “a desigualdade no Brasil e em outras nações periféricas não é apenas uma consequência do subdesenvolvimento, mas uma construção política e social mantida ao longo do tempo” Tal observação aplica-se igualmente a Angola, onde as estruturas sociais herdadas e reproduzidas bloqueiam a mobilidade social e mantêm os pobres à margem.

Os dados estatísticos corroboram com essa realidade alarmante. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020), a taxa de pobreza em Angola permanece elevada, com cerca de 40% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. O desemprego supera os 30%, atingindo de forma ainda mais intensa os jovens. Como afirma Amartya Sen (2010, p. 87), “a pobreza não é apenas falta de renda, mas a privação das capacidades básicas para viver com dignidade”. A juventude angolana vive esta privação diariamente.

Além disso, estima-se que aproximadamente 80% da população economicamente ativa dependa de atividades informais para sobreviver, uma vez que as oportunidades de emprego formal são escassas. Segundo Davis (2006, p. 32), “as cidades do terceiro mundo estão sendo convertidas em espaços de exclusão, onde a informalidade se tornou a regra, e não a exceção”. O crescimento desordenado das cidades e a ausência de políticas públicas estruturadas intensificam o ciclo de exclusão e marginalização.

O exposto acima é o retrato de um país com vastas riquezas naturais que, infelizmente, não se refletem na melhoria das condições de vida da sua população. O país é o segundo maior produtor de petróleo da África, com uma produção que ultrapassa 1,1 milhão de barris por dia, representando cerca de 90% das exportações e 60% das receitas do governo (ANPG, 2025). Apesar disso, os indicadores sociais continuam abaixo da média africana.

A má gestão desses recursos tem impedido o desenvolvimento sustentável. Sachs (2005, p. 54) argumenta que “sem instituições sólidas e políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo, os recursos naturais tornam-se fonte de instabilidade e não de prosperidade”. A corrupção e a concentração da riqueza nas mãos de uma elite tornam invisível a maioria da população nos planos de desenvolvimento.

A falta de diversificação económica e os fracos investimentos em sectores produtivos dificultam a criação de empregos e o combate à pobreza. Como destaca Rodrik (2007, p. 91), “o crescimento sustentado requer um esforço deliberado de transformação estrutural, algo que está ausente em muitos países africanos”. Em Angola, o fraco desenvolvimento industrial e a baixa produtividade agrícola são reflexos de uma economia dependente do petróleo e alheia à população pobre.

Por outro lado, quando se observa outros países africanos com menos recursos que Angola, nota-se que suas condições socioeconômicas são relativamente melhores. O exemplo de Ruanda é emblemático. Apesar de ter passado por um genocídio devastador em 1994, o país reconstruiu sua economia através de políticas públicas eficazes e de forte aposta na educação e tecnologia. De acordo com Kagame (2020, p. 4), “a nossa estratégia foi simples: investir nas pessoas, criar instituições e não roubar”.

Cabo Verde é outro exemplo relevante. Um país pobre em recursos naturais, mas com boa governação e estabilidade política. Segundo a ONU (2021), Cabo Verde figura entre os países com melhores indicadores sociais da África, graças ao investimento consistente em saúde, educação e turismo sustentável.

Botsuana também se destaca, ao conseguir transformar seus diamantes em desenvolvimento. Como observa Acemoglu e Robinson (2012, p. 412), “a chave do sucesso de

Botsuana foi a existência de instituições inclusivas que impediram a captura do Estado e permitiram uma distribuição mais equitativa da riqueza”.

Em Angola, as políticas de combate à pobreza têm enfrentado desafios significativos, como apontados por Fernandes (2016, p. 32). O autor observa que "as estratégias de desenvolvimento implementadas pelo governo angolano muitas vezes não alcançam as populações mais vulneráveis, devido a problemas de gestão e corrupção". Os catadores de materiais recicláveis são frutos das contradições entre o capital e o trabalho, e demandam a intervenção do Estado para melhorar as suas condições de trabalho de modos a minimizar o impacto da vulnerabilidade social e pobreza.

Diante desta realidade, percebe-se que a vulnerabilidade social sempre afectou a população angolana, especialmente no período colonial, que culminou com a independência em 1975, e nos anos subsequentes, marcados pelo conflito armado. Durante a guerra civil, muitas famílias foram deslocadas de suas terras e viram suas condições de vida se deteriorarem drasticamente, levando à formação de comunidades empobrecidas em zonas urbanas, os famosos *musseques*.

No dizer de Castel (1998, p. 13), “a vulnerabilidade social é o risco de queda na exclusão, ou seja, a perda dos mecanismos de integração social, como o trabalho e a protecção social”. Este cenário se intensificou durante o período de guerra em Angola, como observa Pacheco (2011, p. 92), ao destacar que “os conflitos armados em Angola deixaram marcas profundas na estrutura social e desarticularam as bases familiares e comunitárias”.

No período pós-guerra, embora houvesse um esforço de reconstrução nacional, a desigualdade social persistiu e o acesso aos serviços essenciais permaneceu limitado para amplas camadas da população. Segundo PNUD (2021), Angola continua a enfrentar desafios significativos em termos de desenvolvimento humano, figurando entre os países com índices mais baixos de acesso a serviços básicos.

Actualmente, de forma paradoxal, a vulnerabilidade parece ter se acentuado, com uma parcela da população a depender do lixo para sua subsistência. A pobreza urbana aumentou e o trabalho informal se expandiu, fazendo com que muitos encontrem no lixo uma alternativa de sustento. De acordo com Wacquant (2007, p. 109), “a informalidade e a marginalidade urbana não são apenas fenómenos económicos, mas formas de gestão social da pobreza em contextos neoliberais”. Isto é visível nas periferias de Luanda, onde a precarização extrema das condições de vida se naturalizou.

Se antes as dificuldades eram impulsionadas pelo conflito armado e suas consequências, hoje são agravadas por um modelo económico que não consegue absorver a mão de obra disponível. Como aponta Harvey (2005, p. 76), “o neoliberalismo promove uma redistribuição de baixo para cima, concentrando riqueza enquanto deixa vastas populações à deriva”. O resultado é a informalidade massiva, a sobrevivência por meio da reciclagem e da economia do lixo.

No nosso entendimento, essa condição de pobreza e vulnerabilidade social tem como pano de fundo vários factores interligados. Em primeiro lugar, destaca-se a crise económica e financeira que o país enfrenta, agravada pela dependência dos recursos petrolíferos. Autores como Auty (2001) apontam para a chamada “maldição dos recursos”, na qual países ricos em recursos naturais acabam por ter desempenhos económicos e sociais piores que os países com menos recursos.

A limitação da capacidade do Estado de investir em programas sociais eficazes é resultado direto dessa dependência. Como observa Bayart (2009, p. 212), “em muitos Estados africanos, a elite política capturou os recursos estratégicos, transformando o Estado em instrumento de acumulação patrimonial e não de redistribuição”. Assim, o desemprego cresce, a inflação corrói o poder de compra e os serviços básicos tornam-se cada vez mais inacessíveis para os mais pobres.

Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à qualificação profissional empurra muitos para o trabalho informal. Segundo Souza (2010, p. 46), “a desigualdade no Brasil e em outras nações periféricas não é apenas uma consequência do subdesenvolvimento, mas uma construção política e social mantida ao longo do tempo”. Tal

observação aplica-se igualmente a Angola, onde as estruturas sociais herdadas e reproduzidas bloqueiam a mobilidade social e mantêm os pobres à margem.

Os dados estatísticos corroboram com essa realidade alarmante. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020), a taxa de pobreza em Angola permanece elevada, com cerca de 40% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. O desemprego supera os 30%, atingindo de forma ainda mais intensa os jovens. Como afirma Sen (2010, p. 87), “a pobreza não é apenas falta de renda, mas a privação das capacidades básicas para viver com dignidade”. A juventude angolana vive esta privação diariamente.

Além disso, estima-se que aproximadamente 80% da população economicamente activa dependa de atividades informais para sobreviver, uma vez que as oportunidades de emprego formal são escassas. Segundo Davis (2006, p. 32), “as cidades do terceiro mundo estão sendo convertidas em espaços de exclusão, onde a informalidade se tornou a regra, e não a exceção”. O crescimento desordenado das cidades e a ausência de políticas públicas estruturadas intensificam o ciclo de exclusão e marginalização.

O exposto acima é o retrato de um país com vastas riquezas naturais que, infelizmente, não se refletem na melhoria das condições de vida da sua população. O país é o segundo maior produtor de petróleo da África, com uma produção que ultrapassa 1,1 milhão de barris por dia, representando cerca de 90% das exportações e 60% das receitas do governo (ANPG, 2025). Apesar disso, os indicadores sociais continuam abaixo da média africana.

A má gestão desses recursos tem impedido o desenvolvimento sustentável. Sachs (2005, p. 54) argumenta que “sem instituições sólidas e políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo, os recursos naturais tornam-se fonte de instabilidade e não de prosperidade”. A corrupção e a concentração da riqueza nas mãos de uma elite tornam invisível a maioria da população nos planos de desenvolvimento.

A falta de diversificação económica e os fracos investimentos em sectores produtivos dificultam a criação de empregos e o combate à pobreza. Como destaca Rodrik (2007, p. 91), “o crescimento sustentado requer um esforço deliberado de transformação estrutural, algo que está ausente em muitos países africanos”. Em Angola, o fraco desenvolvimento industrial e a baixa produtividade agrícola são reflexos de uma economia dependente do petróleo e alheia à população pobre.

Os catadores, portanto, não apenas vivem na pobreza, mas também são altamente vulneráveis por estarem expostos a riscos físicos, sociais e institucionais, sem apoio ou protecção do Estado. Essa realidade exige mais do que políticas de transferência de renda, mas sim de estratégias amplas de inclusão, reconhecimento e justiça social que enfrentem a desigualdade em suas múltiplas dimensões.

4. Metodologia

O estudo adoptou uma abordagem qualitativa, adequada para compreender as experiências e percepções dos catadores de materiais recicláveis. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação directa junto a 10 catadores da Centralidade do Kilamba, seleccionados com base em critérios de inclusão previamente definidos.

A recolha de dados ocorreu no próprio espaço de trabalho dos participantes, permitindo captar tanto as condições materiais quanto os significados atribuídos à actividade. As informações foram tratadas por meio da análise de conteúdo, de forma a identificar categorias e padrões de sentido emergentes.

O referencial teórico utilizado foi o materialismo histórico-dialético, que possibilitou compreender a actividade da catação como expressão das contradições sociais e económicas estruturais em Angola.

5. Desafios dos CMR em Termos de Segurança Laboral

Na Centralidade do Kilamba, esses trabalhadores enfrentam dificuldades que vão além das questões económicas, o que abrange aspectos como segurança laboral, reconhecimento social e protecção social. Apesar da importância de sua actividade para a cadeia de reciclagem e para a

redução do impacto ambiental, eles lidam com condições precárias de trabalho, exposição a riscos e a marginalização.

Os catadores de materiais recicláveis na Centralidade do Kilamba enfrentam diversos desafios em termos de segurança laboral, que têm impacto directo na sua integridade física e psicológica. Embora alguns considerem a área relativamente segura, a ausência de equipamentos de protecção individual, como luvas, os expõe a cortes e contaminações ao manusear resíduos, obrigando-os a improvisar com sacos plásticos e paus. Além disso, a hostilidade de alguns moradores e a presença de grupos violentos representam riscos adicionais, incluindo agressões verbais e até assaltos de materiais recolhidos. A precariedade das condições de trabalho e a exposição contínua a materiais insalubres fazem com que a actividade seja extremamente perigosa e desprotegida, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 2: Desafios em termos de Segurança Laboral

DESAFIOS	DEPOIMENTOS
Percepção de Segurança Relativa	E2: "Quanto à segurança nessa área vou dizer que está um pouco seguro porque geralmente nos contentores de lixo onde nós passamos..."
Falta de Equipamento de Protecção	E6: "As coisas nós recolhemos mesmo assim sem luvas, às vezes pegamos um saco para servir de luva e um pau."
Hostilidade de Algumas Pessoas	E3: "A área aqui está segura, mas o problema que nos interrompe são esses jovens joados (irrequietos) que às vezes nos encontram aqui e nos ofendem..."
Exposição a Condições Insalubres	E8: "Recolhemos essas coisas sem luvas, às vezes usamos sacos plásticos para proteger as mãos... É perigoso, já me cortei várias vezes com lâminas e cacos de vidro."
Risco de Violência e Conflitos	E4: "Há outros que aparecem aqui com faca, uma lâmina para te receber aquilo que tu conseguiste encontrar no lixo."

Fonte: Pesquisa de Campo Realizada em Abril de 2024 pelo Próprio Autor

Nota-se, portanto, que a percepção de segurança entre os trabalhadores é contraditória; embora alguns considerem a área relativamente segura, a falta de equipamentos de protecção individual, como luvas, os expõe a um alto risco de cortes e contaminações durante o manuseio de resíduos. Os relatos dos catadores evidenciam essa situação, onde o improvisado se torna comum, reflectindo a precariedade de suas condições de trabalho (Waldvogel, 2005; Iriart et al., 2008). A ausência de regulamento da actividade e a desprotecção legal realçam a vulnerabilidade destes trabalhadores, uma questão notável no contexto do trabalho informal em Angola.

Relativamente a hostilidade de alguns moradores em relação aos catadores, os depoimentos indicam que, apesar da percepção de segurança geral, a presença de jovens que frequentemente interrompem o trabalho dos catadores representa um risco adicional. Essa hostilidade pode se manifestar em formas de agressões verbais e psicológicas, o que contribui para um ambiente de trabalho ainda mais estressante e inseguro (Lamattina & Morais, 2024). A má relação com a comunidade não só coloca em risco a integridade dos catadores, mas também prejudica sua autoestima e saúde mental, reflexões importantes no entendimento do impacto psicológico da informalidade (Mendes & Campos, 2004).

A falta de equipamentos adequados e a exposição a materiais insalubres emergem como um dos principais factores de risco para esses trabalhadores. Os catadores mencionam que, frequentemente, eles recolhem resíduos sem protecção, o que os coloca em contacto directo com agentes nocivos, como lâminas e cacos de vidro. Isso se conecta com o argumento de que a informalidade priva os trabalhadores dos benefícios dos direitos laborais formais, tornando-os mais suscetíveis a acidentes e doenças ocupacionais (Lamattina & Morais, 2024). Essa falta de cuidados básicos acentua a precariedade da actividade e destaca a necessidade de medidas de protecção e regulamentação no sector informal.

Além dos riscos físicos, os catadores de materiais recicláveis também enfrentam ameaças de violência. Os relatos de um catador mencionando a presença de indivíduos armados com facas sugerem um ambiente de trabalho perigoso que não apenas compromete a integridade física, mas também gera um estado constante de alerta e medo. Isso reforça a gravidade da exclusão social em que esses trabalhadores se encontram, pois além da falta de protecção, eles não têm garantias de segurança em suas actividades diárias (Itikawa, 2006). A violência no trabalho informal não é apenas uma questão de segurança física, mas também um reflexo da marginalização desses indivíduos na sociedade.

A precariedade das condições de trabalho, a falta de equipamentos de protecção, a hostilidade social e o risco de violência formam uma rede complexa de vulnerabilidade que exige uma abordagem integrada para a protecção desses trabalhadores (Minayo-Gomez & Lacaz, 1997). Portanto, é fundamental que políticas públicas e ações conjuntas entre o sector formal e informal sejam implementadas para melhorar as condições de trabalho e oferecer suporte adequado a esses trabalhadores, promovendo não apenas a sua segurança, mas também a sua dignidade e direitos básicos (Mendes & Campos, 2004).

Além disso, a interdependência entre o sector formal e o informal expõe um ciclo de exploração que beneficia as grandes empresas através da terceirização e da desregulamentação. As empresas, ao transferirem responsabilidades para o sector informal, não apenas minimizam seus custos operacionais, mas também eludem a responsabilidade pelas condições de vida e trabalho de muitos.

Essa lógica reforça o conceito de luta de classes, onde os trabalhadores informais se tornam uma reserva de mão de obra precária, sempre disponível para o capital, mas sem os devidos direitos e protecções. Assim, para uma transformação significativa, torna-se imprescindível a articulação de uma luta colectiva em prol da justiça social, que questione e desafie o sistema capitalista, propondo uma reestruturação das relações de trabalho que priorize a segurança, a saúde e a dignidade dos trabalhadores em sua totalidade.

6. Conclusão

A pesquisa evidenciou que os catadores de materiais recicláveis em Luanda compõem um grupo social marcado pela pobreza estrutural, pela informalidade e pela exclusão histórica do mercado formal de trabalho. O perfil desses trabalhadores é predominantemente formado por jovens e adultos com baixa escolaridade, rendimentos irregulares e condições de vida precárias, o que confirma o carácter de sobrevivência imediata que orienta a actividade da catação. A ausência de políticas públicas estruturadas e de reconhecimento institucional aprofunda a vulnerabilidade social e laboral dessa categoria, condenando-a a um ciclo contínuo de precariedade e invisibilidade.

No que diz respeito às condições de trabalho, constatou-se que os catadores exercem suas funções em ambientes insalubres, sem equipamentos de protecção, expostos a riscos físicos, biológicos e químicos, além de enfrentarem estigmas e discriminação social. A actividade, embora essencial para a sustentabilidade ambiental e para a gestão dos resíduos urbanos, permanece desprovida de regulamentação específica que garanta direitos trabalhistas, segurança ocupacional e acesso a serviços básicos de saúde e protecção social.

Os riscos identificados não se limitam ao plano físico, mas se estendem à dimensão simbólica e social. A estigmatização e o desprezo pelo trabalho manual com o lixo reforçam processos de marginalização e negam a esses sujeitos o reconhecimento como trabalhadores legítimos. Esse quadro reflete um contexto socioeconómico mais amplo, em que a desigualdade, o desemprego e a ausência de políticas públicas efectivas convergem para reproduzir a exclusão social e laboral dos catadores.

A análise demonstra, ainda, que a catação é um reflexo directo das contradições do modelo de desenvolvimento angolano — rico em recursos naturais, mas profundamente desigual em termos de distribuição de renda e oportunidades. Essa contradição expressa o que autores como Castel (2011) e Yamamoto (2011) denominam de “metamorfoses da questão social”, na

medida em que o trabalho informal e precarizado se torna um mecanismo de sobrevivência diante do fracasso das políticas de emprego e protecção social.

Como alternativa a essa realidade, o estudo aponta para a necessidade urgente de inclusão social e laboral dos catadores, através da criação de políticas públicas específicas, da formalização da actividade, do acesso à protecção social e à saúde ocupacional, e do reconhecimento legal da categoria como parte integrante da economia circular. A institucionalização de cooperativas e associações, o apoio técnico e financeiro, bem como a implementação de programas de capacitação e educação ambiental, configuram caminhos concretos para a transformação dessa realidade.

Por fim, os catadores de materiais recicláveis representam uma força de trabalho essencial para a sustentabilidade urbana de Luanda, mas que continua a operar na sombra do descaso institucional e da desigualdade social. Reconhecer sua dignidade e assegurar-lhes condições de trabalho seguras e justas é mais do que uma exigência económica — é um imperativo ético e social. O futuro de uma cidade mais limpa, justa e sustentável depende, inevitavelmente, do reconhecimento e valorização desses trabalhadores invisíveis que, do lixo, constroem vida e esperança.

7. Referências

- Abdel, A., & El-Hakim, A. (2019). *Zabbaleen: The informal waste pickers of Egypt*. Springer.
- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Por que as nações fracassam*. Rio de Janeiro: Campus.
- Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANPG). (2025, janeiro). *Resumo mensal sobre a produção petrolífera, janeiro 2025*. ANPG. <https://anpg.co.ao/producao/resumo-mensal-sobre-a-producao-petrolifera-janeiro-2025/>
- Auty, R. M. (2001). *Resource abundance and economic development*. Oxford University Press.
- Baldim, M. L. L. S. et al. (2020). *Catadores de materiais recicláveis: Uma análise sobre a conquista de seus direitos e contribuições para o desenvolvimento sustentável*. *Revista Humanidades & Inovação*, 7(17), 365–375.
- Bayart, J. F. (2009). *O Estado na África: a política do ventre*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bizerra, F. A. (2016). *Estado e capital: Uma coexistência necessária*. Maceió: Coletivo Veredas.
- Carvalho, P. (2008). *Exclusão social em Angola: o caso dos deficientes físicos em Luanda*. Luanda: Editorial Kilombelombe.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.
- Castel, R. (2011). *As metamorfoses da questão social: Uma crítica do pensamento sociológico*. Petrópolis: Vozes.
- Costa, N. (2011). *Pobreza e vulnerabilidade social nas áreas urbanas: O caso das favelas do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2(1), 45-67.
- Davis, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- Engels, F. (2010). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo.

- Engels, F. (2015). *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo.
- Fernandes, C. I. S. (2016). *Análise das estratégias de combate à pobreza em Angola: Contributos para um modelo de planeamento e avaliação*. [Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa].
- Gramsci, A. (1999, citado por Bizerra, 2016). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Heine, M. L. F. (2012). *A importância dos catadores de materiais recicláveis na cornucópia do lixo* [Tese de doutorado]. Faculdade de Ilhéus / UNEB. Disponível em: http://www.faculdadedeilheus.com.br/revista/revista11/artigos/artigo_03.pdf
- Iamamoto, M. V. (2011). *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. A. (2014). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 36ª ed. São Paulo: Cortez.
- Ianni, O. (1992). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2020). *Relatório do Inquérito sobre o Bem-Estar da População*. Luanda: INE.
- Kagame, P. (2020). *Building Africa's resilience: Post-COVID strategies*. Kigali: Government of Rwanda.
- Lukács, G. (1981, citado por Bizerra, 2016). *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maciel, R. H., Matos, T. G. R., Borsoi, I. C. F., Mendes, A. B. C., Siebra, P. T., & Mota, C. A. (2011). *Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(no.sp.), 1-104.
- Marx, K. (1984, citado por Pereira, 2021). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Monteiro, A. A. (2020). *Serviço social, Estado e políticas sociais em Angola: mediações teórico-metodológicas*. Alexa Cultural.
- Pacheco, R. (2011). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Sousa, R., Pereira, R., & Calbino, D. (2021). *Limites e desafios das organizações de catadores: uma análise da ASMARE [An analysis by ASMARE]*. *Interações*, 22(2), 583–596. <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2404>
- Pereira, P. A. P. (2021). *Questão social, trabalho e política social: reflexões críticas sobre o contexto contemporâneo*. São Paulo: Cortez.PNUD. (2021). *Relatório do*

Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- Rodrik, D. (2007). *One economics, many recipes: globalization, institutions, and economic growth.* Princeton: Princeton University Press.
- Rosanvallon, P. (1998). *A nova questão social: repensando o Estado providência.* Rio de Janeiro: FGV.
- Sachs, I. (2005). *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte.* São Paulo: Cortez.
- Santos, B. de S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.* São Paulo: Boitempo.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, A. L. (2018). *Catadores de Materiais Recicláveis: Condições de Vida e Trabalho.* São Paulo: Expressão Popular.
- Souza, J. (2010). *A ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte: UFMG.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato.* Leya.
- Urry, J. (1982). *Capital, trabalho e classes sociais.* São Paulo: Zahar.
- Wacquant, L. (2007). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Revan.
- Yazbek, M. C. (2003). *Classes subalternas e assistência social.* São Paulo: Cortez.